

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria do Carmo Aguiar da Cunha Silveira

A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E A
SUSTENTABILIDADE: TECENDO NOVAS RELAÇÕES
SOCIAIS – ESTUDO REALIZADO NAS EMPRESAS
AGRACIADAS COM O PRÊMIO DELMIRO GOUVEIA,
NO CEARÁ, EM 2005

FORTALEZA
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO
E POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA DO CARMO AGUIAR DA CUNHA SILVEIRA

**A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E A
SUSTENTABILIDADE: TECENDO NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS -
ESTUDO REALIZADO NAS EMPRESAS AGRACIADAS COM O
PRÊMIO DELMIRO GOUVEIA, NO CEARÁ, EM 2005**

FORTALEZA

2006

MARIA DO CARMO AGUIAR DA CUNHA SILVEIRA

A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E A
SUSTENTABILIDADE: TECENDO NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS -
ESTUDO REALIZADO NAS EMPRESAS AGRACIADAS COM O
PRÊMIO DELMIRO GOUVEIA, NO CEARÁ, EM 2005

Dissertação de Mestrado submetida à Universidade Estadual do Ceará,
como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em
Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena de Paula Frota

FORTALEZA
2006

S587r

Silveira, Maria do Carmo Aguiar da Cunha.

Responsabilidade social empresarial e a sustentabilidade: tecendo relações sociais – estudo realizado nas empresas agraciadas com o prêmio Delmiro Gouveia, no Ceará, em 2005. Maria do Carmo Aguiar da Cunha Silveira. -- 2006.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, 2006. Orientação: Profª Drª Maria Helena de Paula Frota.

1. Responsabilidade Social. 2. Sustentabilidade Social. 3. Relações Sociais. I. Título.

CDD: 658.408



Universidade Estadual do Ceará
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas
Av. Paranjana, 1700 Campus do Itaperi CEP. 60.740-000 Fortaleza-Ce Fone:85-3101-9880,

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Título da dissertação: "A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E A SUSTENTABILIDADE: TECENDO NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS. ESTUDO REALIZADO NAS EMPRESAS AGRACIADAS COM O PRÊMIO DELMIRO GOUVEIA NO CEARÁ, EM 2005".

Nome da Mestranda: Maria do Carmo Aguiar da Cunha Silveira.
Nome da Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena de Paula Frota.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Helena de Paula Frota.

-Orientadora-

Profa. Dra. Maria Celeste Magalhães Cordeiro

1° Examinadora-

Prof. Dr. Hermano Machado Ferreira Lima

2° Examinador

Data da defesa: 15/12/06

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer representa um estágio de plenitude e o reconhecimento sublime do compartilhamento.

É com esse sentimento que venho agradecer ao Deus da vida, e a cada um de vocês, pelo compartilhamento do amor, do incentivo, da compreensão, da colaboração e das vitórias, mas que também se fez presente nas horas dos desânimos, do sono, fragilidades teóricas e tecnológicas, trazendo sempre uma palavra amiga de fortalecimento e de incentivo.

A você, que acreditou e abriu espaço para possibilitar a chegada. Obrigada pela partilha do saber, pelas horas roubadas do trabalho e do aconchego do amor.

Agradeço, de coração, ao SESI, na pessoa de Francisco das Chagas Magalhães, aos empresários, trabalhadores, aos representantes das comunidades, às amigas e companheiras de trabalho e a minha família.

DEDICATÓRIA

Ao Vandick, Victor, Mariana e Laura, amores da minha vida.

À Aurilene Furtado e Vera Sylvia, companheiras no compartilhamento do saber.

“A dialogação implica na responsabilidade social e política do homem. Implica num mínimo de consciência transitiva, que não se desenvolve nas condições oferecidas pelo grande domínio.”

Paulo Freire

RESUMO

A relevância de estudarmos o tema RSE e sustentabilidade caracterizou-se pela sua importância na sociedade atual nas práticas empresariais no Brasil e Ceará, revelando as iniciativas sociais e de sustentabilidade do Planeta. Conscientes da complexidade dessa temática, partimos da indagação: o que leva as empresas a investirem em responsabilidade social? Além dessa, outras inquietações sinalizaram nosso caminho investigativo: a) quais os impactos da ação de responsabilidade social empresarial (RSE) para a sustentabilidade da população envolvida (trabalhadores e comunidade)?; b) as práticas de responsabilidade social vêm provocando o empoderamento e a autonomia do público envolvido ao longo da vida? Assim, nosso objetivo principal nessa pesquisa foi avaliarmos as práticas de responsabilidade social empresarial no Ceará, suas contribuições na melhorias da qualidade de vida, a partir das representações dos públicos interno (trabalhadores) e externos (comunidade) diretamente envolvidos em tais práticas. Para subsidiar nossa análise dos dados, a partir da concepção da realidade, buscamos os fundamentos nos autores: Hobsbawm (1995); Friedman (1997); Santos (1997); Dupas (1999a); Dowbor (1997, 2002 e 2003); Giddens (1991); Castells (1999) e Draibe (1988, 1996). O processo metodológico consistiu na utilização do método qualitativo junto aos públicos envolvidos com responsabilidade social das empresas mediante entrevistas. A consolidação dos dados qualitativos nos permitiu refletirmos e compreendermos as lógicas da RSE e sua dimensão na sustentabilidade humana e na ambiental, considerando os aspectos da racionalidade e da subjetividade a partir da análise dos impactos e dos significados, à luz dos discursos dos entrevistados, o que nos favoreceu compreendermos as lógicas da RSE, como perspectiva de melhoria de qualidade de vida para os trabalhadores e as comunidades, e nos possibilitou percebermos que as práticas não realizaram transformações substanciais na perspectiva de sustentabilidade dos segmentos pesquisados, mas reconhecemos a importância do investimento social privado para além dos lucros, atribuindo à empresa o papel social de gerar emprego, bens e serviços para a sociedade, referendando como essência o cumprimento da lei. Nesse percurso, as categorias: competitividade, produtividade, qualidade de trabalho, melhoria de vida, competências, solidariedade, participação emergem, tecendo relações de responsabilidade nos planos social, econômico e ambiental.

ABSTRACT

The relevance to study subject RSE and sustainability was characterized for its importance in the current society in practical the enterprise ones in Brazil and Ceará, disclosing the social initiatives and of sustainability of the Planet. Conscientious of the complexity of this thematic one, we leave of the investigation: what it takes the companies to invest in social responsibility? Beyond this, other fidgets had signaled our investigation: a) the impacts of the action of RSE for the sustainability of the involved population (diligent and community); b) How do the social actions have promoted sustainable development, provoking autonomy of the involved public throughout the life? Thus, the main objective of the research is to evaluate the actions of social responsibility in Ceará and its contributions for the sustainable development, from the internal (employees) and external publics (consumers and community) directly involved in such practical. To subsidize the analysis we based on the ideas of the authors: Hobsbawm (1995); Friedman (1997); Santos (1997), Dupas (1999^a), Dowbor (1997, 2002 and 2003) and Giddens (1991), Castells (1999), Draibe (1988, 1996). The methodological process of the studies consisted in the use of qualitative method and interviews with the public involved in social responsibility in organizations. The consolidation of the qualitative material allowed us to reflect and to understand the logic of Social Responsibility and its dimension in the human and ambiental sustainability. Considering the aspects of rationality and the subjectivity from the analysis of the impacts and the meanings, based on the speeches of enterwiwed one, help us to understand the meaning of social responsibility, as a perspective of quality of life and strenght of communities. The results let us to perceive that the practical ones had not carried through substantial transformations in the perspective of sustainability of the searched segments, but we khow the importance of the private social investment for beyond profits, attributing to the company the social paper to generate job, benefits and services to society, authenticating as essence the fulfilment of the law. In this context, the categories: competitiveness, productivity, quality of work and life, abilities, solidarity, participation emerge, weaveeing relations of responsibility in social, economical and ambiental areas.

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1 - Matriz de indicadores de prioridades	88
QUADRO 2 - Matriz de indicadores de prioridades.....	89
QUADRO 3 - Matriz de indicadores de prioridades.....	91
QUADRO 4 - Matriz de indicadores de prioridades.....	91
QUADRO 5 - Motivos que levam a empresa a investir em RSE na dimensão da sustentabilidade.....	93
QUADRO 6 - Manifestações das ações RSE que proporcionam melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores	97
QUADRO 7 - Ações de RSE para a comunidade.....	98
QUADRO 8 - As práticas de RSE com o meio ambiente.....	100
QUADRO 9 - Representações da comunidade (alunos) envolvida com educação ambiental	112
QUADRO 10 - Representações da comunidade (professores) envolvida com educação ambiental.....	113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NA DIMENSÃO DA SUSTENTABILIDADE.....	22
1.1 Singularidades que marcam os caminhos da RSE e da sustentabilidade	32
1.2 Responsabilidade social empresarial: concepção – trajetórias – discursos	41
1.3 Responsabilidade social nos discursos de alguns empresários brasileiros	53
2 CONTEXTUALIZANDO O PRÊMIO DELMIRO GOUVEIA	56
3 PERFIL DAS EMPRESAS AGRACIADAS EM 2005 NA CATEGORIA DESEMPENHOS SOCIAL QUE PARTICIPARAM DO PRESENTE ESTUDO ..	64
4 OS MISTÉRIOS DOS BILROS E AS PRIMEIRAS FORMAS DO LABIRINTO PARA COMPREENDER AS PRÁXIS DAS RSE	79
4.1 A polifonia dos discursos nos arranjos conceituais da RSE	87
4.2 Explicando as práticas para compreender os discursos	96
5 TECENDO A TEIA DA RSE: IMPACTOS E SIGNIFICADOS	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICES	141
ANEXOS	149

INTRODUÇÃO

O tema responsabilidade social empresarial (RSE), na perspectiva da sustentabilidade, recebe cada vez mais atenção da sociedade, mas também reflete nas práticas e adesões das empresas. Toma, na atual conjuntura, proporções mundiais, a exemplo da proposta da Organização das Nações Unidas (ONU), pois, em 1999, em Davos, no Fórum Econômico Mundial, o Secretário *Kofi Annan* lançou o *Global Compact*, uma série de princípios e metas para serem alcançadas pelos empresários, governo e sociedade civil até 2015, as chamadas Metas do Milênio. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2003, demonstra os índices crescentes da prática de responsabilidade social empresarial no Brasil e, em especial, no Ceará.

Nesta pesquisa, analisamos a trajetória que permeia as relações econômicas e sociais, visualizando as transformações sociais e as mudanças impostas pelo mundo do trabalho, assumindo novos eixos definidores de intervenção social para as corporações empresariais à medida que provocam impactos nas condições econômicas sociais e ambientais pela via da responsabilidade social empresarial.

São múltiplas as concepções sobre o tema responsabilidade social empresarial. Registramos, ao longo da história, a concepção da visão clássica, defendida pelo economista Milton Friedmam, cuja maximização do lucro é a grande contribuição social que o empresário disponibiliza à sociedade, por ensejar emprego, impostos, produtos e serviços, cuja gênese se encontra nas concepções do neoliberalismo (ASHLEY, 2002).

Numa abordagem mais contemporânea, também fortalecida nos ideais neoliberais, cujos paradigmas estão balizados nos princípios de sustentabilidade, constatamos uma nova cultura de preocupação com o Planeta. Essa visão congrega forças intersetoriais de responsabilidades compartilhadas entre Estado, sociedade civil e mercado.

Ressaltamos a importância da gênese histórica, que remonta as primeiras manifestações do Clube de Roma¹ nos anos 1970, tornando claro os riscos de

¹ O Clube de Roma é uma organização internacional cuja missão é "agir como um catalisador de mudanças globais, independente de quaisquer interesses políticos, econômicos, ou ideológicos". A organização busca analisar os problemas chave diante da humanidade. Seus trabalhos, como a publicação em 1972 do notório "*Limits to growth*", possuem significativo impacto no cenário político internacional.

sustentabilidade do Planeta frente ao contexto específico do desenvolvimento industrial. A partir da década de 1980, repaginamos os movimentos que marcaram as lutas pelo desenvolvimento sustentável em seu sentido mais amplo, os quais foram protagonistas pela incorporação dos princípios de sustentabilidade na atuação da responsabilidade social empresarial. Essa incorporação teceu novas relações entre as corporações e os seres humanos na interação com a natureza. Portanto, não abrimos mão, para efeito desta pesquisa, para analisarmos nos discursos vários, condições inarredáveis, aceitas globalmente, que se postaram como condição de regulação e reprodução social.

A responsabilidade social empresarial, na dimensão da sustentabilidade, na visão dos autores, passa pela exigência de um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório, não se restringe às práticas assistenciais, mas à formação de bases confiáveis e constantes; um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado; um sistema de produção de respeito e obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento; um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções; um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; um sistema administrativo flexível e capaz de auto-correção.

Nesses termos, a responsabilidade social empresarial para o desenvolvimento sustentável se refere, principalmente, aos patamares da qualidade de vida, tanto presente quanto futura. Assim, a atividade econômica, o meio ambiente e o bem-estar da sociedade formam um tripé básico no qual se apóia a idéia de sustentabilidade, que forma opinião e exige determinação e atitude no compromisso com a vida.

Independentemente do viés ideológico, entendemos que o segmento empresarial sempre expressou perfil proativo nos seus investimentos no conhecimento, na ciência, na efetivação prática da racionalidade, via desenvolvimento de tecnologia e no bem trabalhado discurso ideológico da “igualdade, fraternidade e liberdade”, lema da Revolução Francesa, marco da modernidade democrática.

Parafraseando o ritmo da célebre frase dos antigos navegadores em seus sonhos e impulsos empreendedores, de que “navegar é preciso, viver não é preciso”, podemos refletir o sonho burguês que atravessa os séculos, nas mais variadas fases do Capitalismo:

viver o ideal de classe é preciso, sobreviver é consequência; portanto, é preciso!

Modernamente, no ambiente convulsionado por mudanças cada vez mais amplas e profundas especialmente relacionadas à sustentabilidade da geração futura, não podemos isolar nem ignorar as demandas da sociedade, que também estão expressas nos discursos dos empresários. Portanto, “navegar é preciso...”

Cada vez mais refletindo a realidade das empresas pesquisadas, nos clamores crescentes da participação social e ética nos negócios, nossas reflexões apontaram claramente no sentido de uma interação cada vez mais intensa da organização empresarial com o Estado e a sociedade e, dentro desta, com outros grupos e instituições.

Várias são as necessidades permanentes de redefinição do papel das organizações empresariais, em sua atuação socialmente responsável, diante do efervescente ambiente mutante, o que torna desafiante a adaptação das empresas aos novos tempos como preço da sua sobrevivência.

Convivendo em um ambiente corporativo, tão amplo e complexo pelos variados interesses representados, como o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Ceará (SFIEC), no qual, presenciamos as primeiras iniciativas, o debate e os propósitos dos empresários sobre responsabilidade social e as alternativas de efetivação prática que levam à sustentabilidade, entendemos ser esse um campo fértil a qualquer pesquisador em suas mais diversas preocupações de investigação sobre o tema.

Nossa vivência de mais de vinte anos no SFIEC e, nos últimos três anos, junto ao grupo empresarial de responsabilidade social, colocando-nos diante de “discursos” e “sentido” vários, como observadores íntimos, concedeu-nos privilégio e amadurecimento para refletirmos sobre o tema, mesmo considerando os limites da condição de técnica e das dificuldades de acesso às organizações empresariais.

Não foram poucos os discursos de algumas iniciativas desenvolvidas por empresas sob o rótulo de responsabilidade social, identificando atitudes de fortalecimento da imagem da empresa, mas que também buscavam justificar suas intenções na preocupação com o outro.

Os fatores que dificultaram a análise constaram de dois aspectos: primeiro, a exigüidade do material produzido pela Academia e, segundo, a crescente discussão do

tema, publicado em periódicos - revistas especializadas - na promoção do capital empresarial. Exemplos que merecem destaques são: a Exame e suas variações temáticas, Valor Econômico, Você S.A., que são mais completas, no entanto, não discutem a questão em sua plenitude; na maioria das vezes promovem *ranking* e/ou descrevem experiências exitosas, estaticamente comparadas na mais tradicional abordagem positivista de “público atingido”, “beneficiário”, traduzido na perspectiva da responsabilidade empresarial como público “interessado”, cujas ações têm fim em si mesmas.

Iniciando o processo investigativo, analisamos superficialmente, do ponto de vista da racionalidade, os balanços sociais das empresas pertencentes ao universo da pesquisa. Nossa primeira impressão, antes mesmo da coleta dos dados, foi que os investimentos sociais privados, destinados às práticas de responsabilidade social, são insignificantes, frente aos seus lucros declarados.

Tal impressão se justificou durante o estudo, por não existir ainda uma cultura empresarial para avaliar os retornos de tais práticas em seus balanços e/ou como isso foi auferido. Para eles, a avaliação, até então desenvolvida, está centrada na satisfação do público interno com relação à empresa ou aos serviços a ele proporcionados. Compreendem, ainda, que estão cumprindo as exigências legais e sociais, para com o empregado e a sociedade; nos seus discursos, a responsabilidade social e a produtividade interagem entre si.

Frente a esse posicionamento, compreendemos não existir um compromisso empresarial de que seus investimentos sociais provoquem a transformação da realidade onde beneficiam. Essa lógica nos permite perceber que a racionalidade capitalista atua na dimensão da responsabilidade social para atender às necessidades do mercado e da produtividade, mesmo quando estão contribuindo com as melhorias das condições de vidas para o público interno ou externo.

Constatamos, ainda, nos aspectos da sustentabilidade sobre os âmbitos do *empowerment*² e da autonomia, nas manifestações dos entrevistados, que a educação e formação para o trabalho têm um sentido de visão de futuro, que formam as bases para

2 *Empowerment*, expressão inglesa. Neste estudo, contextualizada como empoderamento, que significa a ajuda ou auto-ajuda para que as pessoas desenvolvam capacidades de gerir os processos de transformação de suas vidas e da comunidade, na perspectiva de sustentabilidade a longo prazo.

atender as necessidades pessoais e coletivas com autonomia a longo prazo; entretanto, em algumas ações junto à comunidade, tendo em vista que, devido ao tempo destinado à investigação, não percebemos a dimensão mais ampla dos impactos da formação para o trabalho, merecendo ser revisitadas.

O que nos propomos aqui é analisar em que medida as práticas de responsabilidade social promovem melhorias nas condições de vida do público envolvido, provocando sustentabilidade a longo prazo, independente dos resultados contábil-financeiros dos balanços sociais das empresas.

Amadurecendo nessa reflexão, procuramos responder as hipóteses investigadas durante a pesquisa. A primeira é se, de fato, as empresas promovem e elegem, em suas estruturas formais, práticas de responsabilidade social que impactem na melhoria das condições de vida do público pesquisado; a segunda é se, com suas práticas de responsabilidade social, as empresas promovem sua sobrevivência no mercado, sendo reconhecidas como organizações socialmente responsáveis, o que as leva a se legitimarem e angariarem proteção do consumidor; a terceira, é se elas promovem tais ações sem a preocupação legítima de verificar seus impactos sobre a população envolvida, mediante instrumentos de avaliação que vão além das estatísticas de atendimento; a quarta é se, suas práticas de responsabilidade social promovem a sustentabilidade a longo prazo ou se apenas se bastam na assistência social e no repassar de recursos sem perspectivas de futuro, não obstante a ênfase dada por tais práticas nos públicos infantil e adulto e algumas em Meio Ambiente, privilegiando a preservação da natureza, necessária à competitividade no mundo global, como os selos, que garantem sua permanência no futuro.

Situando os primeiros dados sobre RSE no Brasil, segundo pesquisa realizada pela Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing (ABV) junto a 1.715 empresas brasileiras em 2001, os principais públicos beneficiados pela ação empresarial são crianças (48%), jovens (46%), comunidade (36%), adultos (23%), idosos (20%), família (19%), portador de deficiência (17%), empregado da organização (15%), familiares dos empregados (14%). As áreas de maiores atuações são: educação (58%), saúde (46%), Meio Ambiente (39%), cultura (31%), alfabetização (23%), estímulo ao emprego (19%), lazer e recreação (16%), alimentação (15%), esporte (12%), defesa dos direitos (11%), programa

especial para mulheres (08%) e segurança (07%) (BARROSO, 2001).

Outro informativo, que situa o crescimento das empresas em tais práticas, como indicador desse crescimento, é a pesquisa do IPEA realizada em 1999. Numa amostra de 1.752 empresas, ela destaca as organizações mineiras (já que 81% delas declaram ter realizado algum tipo de ação social), seguida das empresas sediadas no Rio de Janeiro, com percentual de 59%. Em São Paulo, verificamos uma performance próxima à média de 67%, ficando em menor índice as empresas do Espírito Santo (45%). Desse universo, destacamos os seguintes indicadores: 67% realizam algum tipo de atividade social para a comunidade, 63% atendem seus funcionários, 16% não realizam ação social, 61% das microempresas dão suas contribuições.

As ações das empresas extensivas à comunidade incluem ações de assistência e de alimentação com índices, respectivamente, de 57% e 39% das empresas pesquisadas; 43% das empresas de maior porte privilegiam os jovens, 81% realizam atividades humanitárias, 61% atendem pedidos das comunidades vizinhas e 47% atendem pedidos de entidades sociais ou de políticos. O mais crítico é que 81% das empresas não realizam avaliações do atendimento prestado.

Verificamos, com base nos dados aferidos na pesquisa do IPEA de 2004, avaliando o ano de 2003, um aspecto novo que se refere às modificações ocorridas no Nordeste, onde o percentual de empresas privadas, que se dedicam a fazer algum tipo de ação social, foi da ordem de 35% em 1999, passando para 74% em 2003.

Em 2003, os empresários nordestinos destinaram cerca de 505 milhões ao atendimento das comunidades carentes, valor correspondente a 0,24% do Produto Interno Bruto (PIB), quando em 1999 essa relação era de 0,19. Em quatro anos, o investimento na área social das empresas aumentou em 26%, percentual inferior aos 35% que correspondem ao crescimento, no mesmo período, entre as empresas que declaram realizar ações sociais.

Percebemos que a pesquisa destaca, ainda, o crescimento da atuação do Ceará, que passa de 45%, em 1999 para 74% em 2003. Houve crescimento de 64% na participação social empresarial, cerca de duas vezes mais do que o observado no Nordeste. Proporcionalmente, o Nordeste, muito mais do que Sudeste, de 67% em 1998 passou para

71% em 2003, crescimento de 4%.

Os dados do IPEA, em sua segunda edição(2006), reafirmam que, em 2004, no Nordeste e no Ceará, o investimento social privado apresenta um desenvolvimento mais rápido do que a média brasileira.

O último, e mais instigante ponto, é compreendermos como a população envolvida percebe tais ações, testemunho concreto em nossas hipóteses, se há preocupação ou atenção por parte das empresas com os propósitos de desenvolvimento sustentável, modernamente discutidos na abrangência do Estado, mercado e sociedade.

Novamente, o cotidiano nos estimulou a buscarmos compreender os processos de reprodução social em suas múltiplas determinações, considerando, fundamentalmente, a concepção de sustentabilidade como expressão emancipatória de empoderamento e autonomia, presentes no referencial teórico e nas representações discursivas, simbólicas ou ideológicas dos segmentos pesquisados.

A tarefa de continuarmos a perceber a intencionalidade dos discursos constitui a dimensão portadora de significado para entendermos as iniciativas de responsabilidade social empresarial, sua contribuição e impactos na vida dos trabalhadores e nas comunidades.

Ao incorporarmos tais desafios, percebemos a força do compromisso das questões que “embalaram” nossa inquietação, sem nos portarmos como “advogados do diabo”, nem como “pelegos investigadores”, mas tão somente com o compromisso de desnudarmos os sentidos lógicos, presentes nas ações da responsabilidade social desenvolvidas pela “mão invisível” do mercado, precisamente em algumas empresas no Ceará.

Iniciamos o processo da pesquisa conscientes da complexidade do tema, compreendendo que o contexto das empresas pesquisadas não responderia às nuances que o tema exige e que, muito menos, as concepções dariam conta da subjetividade contida no universo empresarial do Ceará, mas, com certeza, serviriam para buscarmos os nexos para desconstruirmos e construirmos novos paradigmas.

Os primeiros passos na compreensão do tema foi decidirmos como percorrermos uma estrada “movediça”, na qual, a qualquer momento, um “passo em falso”

poderia tirar-nos a possibilidade de percebermos a certeza da próxima “passada”.

A subjetividade do tema tornou o caminho estreito para visualizarmos os sentidos mais amplos dos significados que, de modo interativo, se transformaram um no outro, impulsionando uma força na compreensão da RSE na dimensão da sustentabilidade como um vetor da Modernidade.

O processo metodológico, na perspectiva qualitativa, que adotamos, nos permitiu analisar a responsabilidade social nas suas múltiplas determinações, possibilitando-nos uma análise epistemológica para elucidarmos os conceitos cristalizados no cotidiano da prática, reconstruindo-os à luz dos fundamentos dos autores estudados.

As afirmações de Boaventura Santos (1997) deram-nos pistas significativas para entendermos as condições complexas, o processo político e social que implicam a criação de novas formas de organização produtiva e renovada de novos conceitos e conhecimentos, o que reafirmou a metáfora de “estrada movediça” na compreensão das formas de reprodução social³.

Por assim entendermos, tomamos de empréstimo a reflexão de Engels, ao asseverar que a observação da realidade e o pressuposto de que o mundo não é um complexo de coisas acabadas, mas um complexo de processos, encontrando-se sempre em via de se transformar e se desenvolver; para ele, o fim de um processo é sempre o começo de outro (LAKATOS et MARCONI, 1991).

Nesse sentido, Lakatos et MARCONI (1991) referem-se ao método dialético, considerando que nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido isoladamente, somente sendo possível interagir a partir de um rico diálogo com a realidade (DEMO, 1991).

Assim, buscamos, nas bases teóricas e metodológicas da ciência, o método qualitativo pela possibilidade de nos permitir uma aproximação com a realidade a ser estudada na elucidação dos fragmentos objetivos e subjetivos e uma compreensão de seus significados e interação com a teoria e a prática.

Considerando que este estudo envolve segmentos sociais e universos

3 A reprodução social, concebida neste estudo, tem como fundamento a concepção abordada por Dowbor, constituindo-se de um processo que envolve a produção, como serviços sociais, e as diversas atividades de gestão, do desenvolvimento, planejamento, segurança e outros, numa visão de reprodução a longo prazo, envolvendo a sociedade que, no seu conjunto, se reproduz e evolui.

diferentes, entendemos que a eleição desse método foi uma atitude acertada, uma vez que, para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e reflexões humanas, um lado não perceptível e não captável em questões médias e estatísticas.

Nossa análise, nos capítulos que seguem, está voltada para a explicação das concepções de responsabilidade social e sustentabilidade. Durante a fase exploratória de campo, visualizamos as práticas sociais das empresas, destinadas aos trabalhadores e à comunidade, na perspectiva crítico-reflexiva, inter-relacionando-as, em suas singularidades, como parte intrínseca vinculada à concepção de seus promotores na lógica do mundo globalizado. Fundamentamos tal paradigma nos discursos e nas práticas de responsabilidade social articuladas aos referenciais teóricos deste trabalho.

Assim, nosso primeiro passo foi compreendermos qual a lógica que move o fato do capital privado a investir no social; e o segundo, analisarmos os impactos de tais investimentos para os trabalhadores e a comunidade.

Nesse sentido, o método qualitativo contribuiu para a análise da relação intrínseca de complementaridade presente na complexidade dos significados entre os atores envolvidos com a responsabilidade social articulada entre o mercado e a sociedade. Para nortear as bases metodológicas da investigação, tomamos como referência as recomendações de Minayo (1994), que dedica particular interesse à fase exploratória, o que nos exigiu particular sensibilidade no trabalho de artesã.

Na primeira atividade da fase exploratória, buscamos identificar as empresas que atuam no Ceará e são reconhecidas como “socialmente responsáveis”, por desenvolverem ações de responsabilidade social para os públicos interno e externo. Chegamos a esse indicador, visualizando as empresas agraciadas com o Prêmio Delmiro Gouveia³ em 2005, haja vista sua publicação nos meios de comunicação local, constituindo-se de uma iniciativa cearense criada em 2001.

Respeitando o cronograma de intervenção no campo, nossos primeiros

³ Delmiro Gouveia, industrial nascido em 1863 na cidade de Ipu/CE, é considerado respeitado pelo seu empreendedorismo; começou a vida como bilheteiro de trem em Recife/PE, onde se tornou comerciante, exportador de couros e peles e industrial; realizou estudos para usar a força da cachoeira de Paulo Afonso; criou a Cia Agro-fábrica Mercantil, indústria de beneficiamento do algodão egípcio, usando algodão Seridó; trouxe e adotou o uso do telégrafo; introduziu o automóvel no sertão. Sua fábrica incluía pavilhões para teares, uma vila operária, ambulatório médico, cinema e rinque para patinação. Morreu em 1917.

procedimentos foram junto às cinco indústrias agraciadas e seus representantes, como ação estratégica, para validarmos a realização da pesquisa e sensibilizarmos os empresários quanto à importância da investigação, abrindo espaço de acesso aos demais informantes.

Esse foi um momento difícil, haja vista a não aceitação dos dirigentes de três organizações industriais para a realização da pesquisa em suas empresas, sob a justificativa de que as normas internas não permitem ou que a gestão de responsabilidade social para o público externo não tem um projeto definido ou mesmo, as práticas sociais são revertidas em repasse financeiro para instituições sociais. Essas resistências foram específicas do segmento industrial de base nacional. Já por parte das indústrias cearenses de médio porte, tivemos uma adesão acolhedora.

Na força da nossa instigante insistência, na tentativa de validarmos os espaços para realização da pesquisa, contamos com a flexibilização de uma das três indústrias, permitiu a entrevista com o público externo. Essa postura nos levou a redefinirmos o universo das empresas a serem pesquisadas. Optamos por incluir a que foi agraciada em primeiro lugar com o Prêmio Delmiro Gouveia em 2005. A empresa do ramo de transporte coletivo nos acolheu prontamente perfazendo um total de quatro empresas no universo da pesquisa.

Incluímos, ainda, dois momentos de reflexões informais com a equipe coordenadora do Prêmio Delmiro Gouveia, integrante da Bolsa de Valores no Ceará, atualmente BOVESPA, na tentativa de entendermos o processo da premiação frente à atitude das indústrias de não permitirem o princípio fundamental da transparência.

Como instrumentos de coleta de dados, utilizamos uma matriz de prioridades e um roteiro semi-estruturado, contendo aspectos relativos à missão da empresa, ao histórico da adesão ao programa de responsabilidade social, ao sistema de avaliação.

Paralelamente ao processo investigativo, serviu-nos como base de dados o dossiê das empresas participantes do Prêmio Delmiro Gouveia, publicado pelo Jornal O Povo em 2005.

Contemplamos, também, no espaço empírico da pesquisa, os informantes das comunidades que desenvolvem projetos sociais há mais de um ano patrocinados pelas empresas. O tratamento investigativo, aplicado a tais grupos, foi diferenciado, pois ocorreu

por meio das entrevistas e grupo focal. Acreditávamos, como hipótese, que, livres das “amarras” institucionais-corporativas, tais grupos poderiam funcionar como “fiéis da balança” diante de algumas hipóteses que nortearam “nossas perguntas de partida”.

Também fizemos consultas nos sítios eletrônicos das empresas, bem como nos documentos do Prêmio Delmiro Gouveia. Na segunda fase de investigação, no âmbito corporativo, coletamos dados secundários contidos nos projetos, relatórios, balanço social e em outros documentos disponibilizados pela empresa, como, seus registros formais relativos à gestão de responsabilidade social e às práticas desenvolvidas.

Consolidamos o objeto de estudo em questão, dividindo-o em cinco capítulos, nos quais evidenciamos os fragmentos da realidade, contextualizados e enriquecidos com os fundamentos teóricos e mantivemos, na íntegra, os depoimentos dos atores envolvidos, caracterizando-os como discursos, no sentido de elucidarmos a “práxis” vivida nos processos referente às ações de responsabilidade social empresarial portadoras de sustentabilidade na óptica de seus diversos atores.

O primeiro capítulo consta das teorias que fundamentam a análise da RSE e da sustentabilidade. Expressamos a trajetória que permeia os vários fatores mundiais, os quais influenciaram na concepção do desenvolvimento econômico e social, historicamente absorvido pelo sistema capitalista globalizado e que, por conseguinte, influenciaram na vida social, exigindo novas formas de sociabilidade entre o Estado, o mercado e a sociedade.

No segundo capítulo, descrevemos a contextualização do Prêmio Delmiro Gouveia, como iniciativa da Bolsa de Valores Regional em parceria com outros segmentos do mercado local, permitindo-nos uma visão bem mais próxima do universo da pesquisa. Esse módulo traz, ainda, a primeira aproximação da inter-relação das bases teóricas e as empresas pesquisadas, sinalizando os significados e as lógicas do mercado para com a RSE.

No terceiro capítulo, relacionamos os perfis das empresas pesquisadas, descrevendo a história, a missão, a visão e as práticas de responsabilidade social que se configuram no entendimento das empresas como seu compromisso no âmbito de seus negócios.

No quarto capítulo, abordamos a polifonia da responsabilidade social, ao refletirmos as lógicas da RSE e sua dimensão na sustentabilidade humana e ambiental, considerando-se tanto os aspectos da racionalidade como da subjetividade.

No quinto capítulo, nos concentramos na análise das práticas de responsabilidade social como manifestações das relações de trabalho, que consistem numa teia de relações fundamentadas nos paradigmas contemporâneos das transformações do mundo do trabalho. Especialmente, nesse capítulo, analisamos os impactos e os significados à luz dos discursos, dando corpo as suas lógicas e significados como perspectiva de interação de qualidade de vida e fortalecimento das comunidades para além dos lucros.

Por fim, retomamos os referenciais para nortearmos nossas considerações e conclusões, entendendo as sintonias e contradições, percebendo as práticas de RSE nas suas múltiplas determinações. Segue-se a lista de autores e obras que assinaram teórica e empiricamente a investigação.

1 FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NA DIMENSÃO DA SUSTENTABILIDADE

Para pensarmos a responsabilidade social na dimensão da sustentabilidade, concebida na lógica do contexto atual, consideramos ser necessário compreendermos as bases influenciadoras do social, sua subjetividade e racionalidade no âmbito da sociedade globalizada. Assim, iniciamos pela compreensão do mercado mundializado, portador de mudanças radicais nas condições de regulação e reprodução social. Nesse sentido, tomamos como referência Abrahamson (1995) ao tornar claro o modelo triangular de bem-estar dentro da sociedade moderna.

Abrahamson (1995) concebe *Welfare Plurams* como modelo triangular de bem-estar, inspirado na estrutura europeia, cujo resultado vem das exigências do mercado internacional e de relativas mudanças nas políticas sociais, que vai se consolidando à medida que esses elementos se empenham na provisão do bem-estar pluralista, conhecido também por bem-estar mix, evidenciado pelo tripé Estado, mercado e sociedade civil.

Essa estrutura fundamenta-se no Estado, como recurso de poder no mercado, como recurso de dinheiro, e na sociedade civil, como recurso da solidariedade, inspirada nos discursos do teórico Habermas voltados à compreensão do mundo dos sistemas, para o qual os diferentes meios - dinheiro, poder e solidariedade - indicam diferentes lógicas ou formas de se articularem entre si (ABRAHAMSON, 1995).

Tal estrutura social, para Abrahamson (1995), pode representar um desenvolvimento positivo ou negativo, dependendo da intencionalidade proposta. Nesse sentido, considera o autor que há boas razões para duvidar da capacidade dos setores comerciais, voluntários e informais, em substituir efetivamente o Estado no campo do bem-estar, uma vez que a economia de bem-estar mista é vista, basicamente, como uma ameaça para o desenvolvimento de um mundo mais justo e uma política social igualitária.

Carvalho (1999) considera que o bem-estar pluralista está inserido nas novas formas de regulação social, as quais, produzidas no tripé referido, indicam uma perspectiva de garantia de desenvolvimento social, coadunada com a complexidade do tecido social nos cenários constituídos pelo Capitalismo global.

Para explicar essa perspectiva, recorreremos aos fundamentos de Boaventura Santos (1997) sobre o princípio da racionalidade e da subjetividade. Com base na concepção liberal, ele analisa o bem-estar sobre as bases da cidadania sob diversas formas e significados, seja da emancipação ou da regulação. Essa lógica remete à reflexão sobre a RSE, uma vez que é construída e ampliada na fase de re-hegemonização do princípio do mercado e do Estado sob a compatibilização da comunidade.

Segundo as reflexões de Boaventura Santos (1997), as relações sociais são definidas conforme as determinações do modelo capitalista, em cuja configuração está a economia liberal como geradora de lucro e a reprodução social como eixo influenciador da organização da vida social.

Na busca de explicações para responsabilidade social empresarial, encontramos possíveis sinalizações no século XVIII quando, nos países europeus, já se redesenhavam as relações sociais baseadas nas vinculações mercantis e no advento da indústria moderna, definindo-se a ordem social para a economia do mundo na qual o imperativo do lucro e da produtividade do trabalho tem um significado subjetivo na perspectiva de melhoramento da vida social. Esses pensamentos tiveram concepções distintas com relação aos dos clássicos: já desde 1776, Smith conduzia essa questão social pela óptica de que o crescimento da riqueza de uma nação depende, essencialmente, da produtividade do trabalho, sendo a produção da riqueza o caminho aberto para a melhoria da humanidade, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo possibilita o alcance da vida bruta para o refinamento (SMITH, 1979).

Para Marx e Engels (1977), a economia não trata das coisas, mas das relações entre pessoas e, em última instância, entre classes sociais, muito embora elas estejam ligadas a coisas e apareçam como tais.

Marx e Engels (1977, p. 69) referendam uma nova concepção de sociedade, considerando que

Uma sociedade nos moldes do Capitalismo tem como base as classes sociais (burguesia e proletariado) revolucionárias e antagônicas, no meio das quais são geradas as relações de produção, que também são as relações sociais alteradas e transformadas, a partir das modificações e do desenvolvimento dos meios de produção e das forças produtivas.

Com a visão nessas concepções, começamos a desenvolver a compreensão da dimensão ideológica, perpassada pela Economia Política, como configuração social, sinalizando, ao mesmo tempo, a necessidade de entendermos o contexto histórico, as particularidades e a existência da complexidade da sociedade ante o antagonismo de classe expresso por Marx.

Para melhor compreendermos o momento contemporâneo, nas particularidades de racionalidade e subjetividade entre o social e a economia, a partir da concepção do mundo, buscamos os fundamentos em Hobsbawm (1995); Friedman (1997); Boaventura Santos (1997), Dupas (1999a), Dowbor(1997, 2002 e 2003) e Giddens (1991), pelo fato de eles serem pensadores contemporâneos, sem, contudo, negarmos outros pensadores que se consagraram na capacidade interpretativa do tema, os quais citamos para referendarmos algumas análises, como Castells (1999) e Draibe (1988, 1996), que nos permitem desvendarmos a lógica da responsabilidade social empresarial.

Em Hobsbawm (1995), procuramos compreender a trajetória do século XX pela especificidade das mudanças na forma de organização social, motivadas, principalmente, pelas revoluções e guerras que marcaram o século XX e representaram o embate entre os modelos capitalista e socialista, sendo este solapado por aquele, alcançando dimensão mundial.

Na visão do referido autor, esses dois sistemas, que influenciaram a formação de dois mundos, foram o estopim para a explosão de conflitos em largas escalas, a exemplo do massacre vivido pelo mundo, por meio da “guerra fria”, que originou dois blocos: o dos países capitalistas, comandado pelos Estados Unidos, e o dos países socialistas, liderado pela ex-União Soviética.

Os conflitos produzidos desse mundo em guerras, para ele, foram confrontos políticos e ideológicos entre duas potências mundiais em busca da prevalência da hegemonia, que impactam nas relações econômicas, políticas e sociais dos dois lados. Várias foram as seqüelas e lições deixadas pela crueldade e impessoalidade da guerra, que destroça vidas humanas, o que Hobsbawm (1995, p. 57) chama de “matança compulsória em escala astronômica”.

Nada demonstra mais globalidade da grande depressão e severidade de seu impacto, prossegue o autor, contudo, não se deve julgar somente esse aspecto, principalmente por seus efeitos políticos e pela destruição avassaladora da esperança de restaurar a economia e a sociedade, quadro que se revitaliza tempos depois, após a Segunda Guerra Mundial, quando os trabalhadores ingleses começam a defender os princípios de liberdade e os direitos sociais, a partir da percepção de que a sociedade precisa tomar medidas de proteção.

Segundo os autores, o século XX é o século da guerra, com um número de conflitos militares sérios envolvendo perdas substanciais de vidas, consideravelmente mais alto do que em qualquer um dos dois séculos precedentes, mesmo considerando-se o crescimento geral da população. Se um conflito militar, ainda que limitado, eclodisse, a perda de vidas seria estarrecedora e um conflito total entre super-potências poderia erradicar completamente a humanidade.

É sob o ideário de lutas hegemônicas que o sistema econômico vai ganhando forma, desconstruindo e construindo os patamares do desenvolvimento social e o fortalecimento do crescimento econômico, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, acumula a riqueza e produz os movimentos de lutas por liberdade, consubstanciado pela lógica da Modernidade. Giddens (1991, p. 16), complementando os pensamentos, anota:

No todo, “o lado da oportunidade” da Modernidade foi mais fortemente enfatizada pelos fundadores clássicos da Sociologia. Tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como uma era turbulenta. Mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas, abertas pela era moderna, superavam suas características negativas. Marx via a luta de classes como fonte de dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava, ao mesmo tempo, a emergência de um sistema social mais humano. Durkheim acreditava que a expansão ulterior do industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada através de uma combinação da divisão do trabalho e do individualismo moral. Max Weber era o mais pessimista entre os três patriarcas fundadores, vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. Ainda assim, nem mesmo ele antecipou plenamente o quão extensivo viria a ser o lado mais sombrio da Modernidade.

Para o autor, a Modernidade abre-se constantemente para o futuro; ela deve ser, politicamente, na verdade, geopoliticamente, tática, no sentido de reconhecer que

compromissos morais e “boa fé” podem, em si, ser potencialmente perigosos num mundo de riscos de alta conseqüência; ela deve criar modelos da sociedade boa que não se limitem nem à esfera do Estado-Nação nem somente a uma das dimensões institucionais da Modernidade; e esta deve reconhecer que a política emancipatória tem que estar vinculada à política da vida ou a uma política de auto-realização.

Nesse sentido, Boaventura Santos (1997) reporta-se à idéia de que o entendimento de emancipação implica a criação de um diferente senso comum político.

Entendemos que o desenvolvimento social em curso está centrado em tal razão e começa a tomar corpo, associado à idéia de progresso, aspecto influenciador no trajeto da industrialização, pois representa a primazia das nações capitalistas. O desenvolvimento das organizações sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência emancipatória para sobrepor qualquer tipo de sistema pré-moderno. A Modernidade, no entanto, tem também um lado sombrio que se tornou muito aparente nas últimas décadas.

O autor, acima citado, considera que,

A partir da década de oitenta, sob diferentes formas, as décadas do Pós-Marxismo, mais do que em qualquer outro período anterior, a solidez e a radicalidade do Capitalismo ganharam ímpeto para desfazer o marxismo no ar e, desta vez, para desfazê-lo aparentemente com grande facilidade e para sempre. A ascensão de partidos conservadores na Europa e EUA; o isolamento progressivo dos partidos comunistas e a descaracterização política dos partidos socialistas; a transnacionalização da economia e a sujeição férrea dos países periféricos e semi-periféricos às exigências do capitalismo multinacional e das suas instituições de suporte, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional; a consagração mundial da lógica econômica capitalista sob a forma neoliberal e a conseqüente apologia do mercado, da livre iniciativa, do Estado mínimo e da mercantilização das relações sociais; o fortalecimento, sem precedentes, da cultura de massas e a celebração nela de estilos de vida e de imaginários sociais individualistas, privatistas e consumistas, militantemente relapsos a pensar a possibilidade de uma sociedade alternativa ao capitalismo ou sequer a exercitar a solidariedade, a compaixão ou a revolta perante a injustiça social; a queda consentida de governos de orientação socialista às mãos do jogo democrático, antes julgado burguês na Nicarágua, em Cabo Verde e outros países e, finalmente, o quase inacreditável colapso dos regimes comunistas no leste europeu – todos estes fatores foram convergindo para transformar o Marxismo, aos olhos de muitos, como pouco mais que um anacronismo (BOAVENTURA SANTOS, 1997, p. 29).

Nessa interação de expansão do capitalismo, aliado ao Estado do Bem-Estar

Social, o chamado *Welfare State*, se efetiva e fortalece o triunfo da indústria, com grandes repercussões nas transformações no mundo do trabalho. Essa interação é definida por Erick Hobsbawm (1995) como “era do ouro” e que Draibe (1988) chama de “superação do absolutismo e emergência das democracias de massas”, por se tratar de um momento de prevalência de auto-regulação do econômico e do social. Isto para conter os movimentos na luta por direitos sociais, em função do mercado, lógica compreensiva pela própria definição de *Welfare State*, dada por Draibe e Lima (1989), a qual consiste numa particular forma de regulação social, que se expressa num dado momento de desenvolvimento econômico pelas transformações das relações entre Estado e economia e entre Estado e sociedade.

No campo da regulação, as transformações têm sido profundas e vertiginosas ou, pelo menos, assim nos surgem, dado o curto espaço de tempo em que ocorreram. O princípio do mercado adquiriu pujança sem precedentes que extravasou o econômico e procurou colonizar tanto o princípio do Estado, como o princípio da comunidade – um processo levado ao extremo pelo credo neoliberalismo (BOAVENTURA SANTOS, 1997, p. 87).

Essas transformações se manifestam na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, previdência social, integração e substituição da renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, regulam, direta e indiretamente, o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário na economia, afetando o nível de vida da população trabalhadora. Nesse sentido,

As lutas pela cidadania social no segundo período (Capitalismo organizado) tiveram por objetivo explícito vincar que entre produção e reprodução havia uma conexão econômica íntima, mas que, para além dela, a desconexão era total. Aliás, mais especificamente, a idéia era que só a conexão econômica tornava possível a desconexão a todos os outros níveis. A conexão econômica residia em que a partilha nos ganhos de produtividade, os salários indiretos e o Estado-Providência deveriam garantir por si a reprodução social (a alimentação, o vestuário, a habitação, a educação, a saúde, a segurança social, os transportes, o lazer, etc., etc.). Esta conexão permitia aos trabalhadores planejar a sua reprodução social e a da sua família em total liberdade e segurança, sem qualquer sujeição aos ciclos econômicos ou às exigências empresariais (DRAIBE, 1996, p. 198).

Embora os teóricos citados considerem que as últimas décadas tenham sido promissoras para o capitalismo, o Estado de Bem-Estar Social começa nesse período a apresentar os primeiros sintomas de crise, pois já não respondia o seu duplo papel de regulador e estimulador do crescimento econômico e de solucionador dos conflitos sociais.

Reforçando as análises de Draibe (1988), Giddens (1991) elabora a seguinte reflexão:

Nos países desenvolvidos, o processo tornou-se relativamente claro. A lógica do *Welfare State*, do Estado de Bem-Estar Social, é de que se deve cobrar impostos fortemente progressivos sobre os ricos e financiar, com estes impostos, políticas sociais que atinjam a grande massa da população. Na linha do pensamento herdado de Keynes⁴, o Estado deve corrigir uma característica básica do Capitalismo, eficiente organizador de produção, mas gerador de permanentes desequilíbrios de distribuição através de fortes políticas sociais. Como, além disso, os recursos desembolsados em proveito de desempregados, aposentados, pessoas de baixa renda em geral ou indiretamente através dos investimentos sociais resultam em maior demanda de produtos das empresas, o conjunto do processo torna-se coerente, e permitiu os “trinta anos de ouro” dos países desenvolvidos, após a II Guerra Mundial (GIDDENS, 1991, p. 160).

Na perspectiva de Draibe (1988), vários são os fatores influenciadores dessa crise, dos quais se destacam: a) a não-efetividade das políticas de proteção social ante as seqüelas do modelo capitalista; b) a falência do Estado-Nação; c) gastos públicos; d) crises fiscal e econômica; e) centralização e burocracia estatais; f) autoritarismo e esgotamento da regulação estatal, fundamentados nas políticas econômicas de Keynes; g) desigualdade social, com miséria acentuada, sobretudo nos países em desenvolvimento, os chamados de Terceiro Mundo.

Diante desses fatores, percebemos que há uma tentativa de posicionar o econômico em patamares superiores do mercado mundial ao Estado e à sociedade, centrando-se na condição de regulador de riqueza e de renda. Essa concepção é defendida por Friedman (1997), por considerar que essa é uma atitude positiva, pois não se pode inibir, sob a óptica de qualquer regulação, as empresas. Por isso, defende o Capitalismo

4 O pensamento keynesiano afirmava que alto salário, pleno emprego e o Estado de Bem-Estar haviam criado a demanda do consumo que alimentava a expansão e que bombear mais a demanda na economia era a melhor maneira de lidar com a depressão econômica. O pensamento keynesiano não foi bem-sucedido, em parte porque era limitado por seu compromisso político e ideológico com pleno emprego, com Estado de Bem-Estar e com a política do consenso do pós-guerra (HOBSMAW, 1995, p. 400).

competitivo, organizado por meio de empresas privadas, considerando o papel do Estado como promotor de condições positivas à competitividade individual e aos contratos privados.

Contra-pondo-se ao teórico Friedman, Boaventura Santos (1997) aborda a novidade de que os novos movimentos sociais não residem na recusa da política, mas, ao contrário, no alargamento desta para além do marco liberal da distinção entre Estado e sociedade civil, partindo do pressuposto de que as contradições e as oscilações periódicas dos dois princípios do Estado e o princípio do mercado são mais aparentes do que reais, na medida em que o trânsito histórico do Capitalismo é feito de uma interpenetração sempre crescente entre os dois princípios, uma interpenetração que subverte e oculta a exterioridade formal do Estado e da política perante as relações sociais de produção.

Em tais condições, invocar o princípio do Estado contra o princípio do mercado é cair na armadilha da radicalidade fácil de transformar, como é próprio do discurso político oficial (BOAVENTURA SANTOS, 1997).

Essas reflexões, em torno do mercado e Estado, estão alicerçadas nas transformações do papel deste, para cumprir as exigências globais e competitivas de interesses do capital internacional e efetivar políticas sociais que respondam às seqüelas das desigualdades decorrentes do próprio mercado, políticas geradas, segundo ideais neoliberais, torna-se muito menos sustentável, igualmente, o dogma que nos governou durante dois séculos, de que da maximização dos interesses econômicos individuais resultará o melhor interesse da sociedade. Essa visão utilitarista que transforma o egoísmo individual em altruísmo social, e que serviu durante tanto tempo para passar um “pano quente” na consciência capitalista, perde sentido frente ao gigantesco fato de 2,8 bilhões de pessoas, quase 50% da população mundial, viverem com até dois dólares por dia, enquanto 1,2 bilhões vivem com até um dólar (DOWBOR, 2003, p. 145).

Para Boaventura Santos (1997), o ideário do neoliberalismo busca o mercado como árbitro e mediador de intensa revolução nas tecnologias e nas ciências, vetor preponderante de integração do mundo pela via da acumulação de riquezas, permitindo incluir, nos patamares da economia mundial, os países em desenvolvimento, ao mesmo tempo excluindo aqueles não fiéis aos ditames da ordem mundial, expressos no Consenso de Washington⁵ e os segmentos sociais, produzindo grande desigualdade dentro do próprio

⁵ A rigor, o Consenso de Washington resume a receita preconizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BIRD) para estabelecer e ajustar as economias dos países periféricos, de modo a adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial (CARVALHO, 1997).

espaço do mercado e da sociedade. Considera, ainda, que o processo político é muito preciso e destinado a criar um Estado forte, cujas forças estejam mais sintonizadas com as políticas do Capitalismo global.

Essa face do Capitalismo global, regulado pela lógica do mercado, exige mudanças substanciais na arquitetura do modo de proteção social, implicando o fomento de outros mecanismos de regulação das relações sociais, com responsabilidades compartilhadas; ou seja, um novo padrão de regulação em que o social procede ao intercâmbio de Estado/mercado/sociedade civil, o chamado *Welfare Plurams*, abordado no início deste capítulo, inovando no desenho das relações entre Estado, sociedade e mercado, referendados nos autores já citados e em outros, dos quais se destacam Claus Offe, Manuel Castells e Lourdes Sola.

Esse marco regulatório do Estado, no Capitalismo globalizado, precisa ser revistado, anota Carvalho (1999), no sentido de ampliar sua atuação no âmbito social, em face da complexidade e idiosincrasia da chamada “sociedade global” que, antes de tudo, é marcada por assimetrias e exclusão, ocasionando uma metamorfose na gestão social, uma vez que a reforma do papel do Estado de Bem-Estar deverá ser reconstruída em consonância com a sociedade e o mercado, transferindo-lhes as responsabilidades da esfera pública.

A inversão e diferenciação da prática social têm como corolário a descentralização relativa do Estado e do princípio do Estado. A nova cidadania tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre cidadãos. Com isto revaloriza-se o princípio da comunidade e, com ele, a idéia da igualdade sem mesmice, a idéia de autonomia e a idéia de solidariedade, a pedagogia da emancipação (BOAVENTURA SANTOS, 1997, p. 277).

Nesse patamar, estão os movimentos sociais, a sociedade civil e as redes sociais, que constituem, no sistema político, novas formas de sociabilidade potencializadoras das bases de novas relações sociais, capazes de definir como lidar com as crescentes tendências de exclusão social, decorrentes do atual modelo econômico global. Pressupõe-se, portanto,

Que a recuperação da capacidade de indução de estados nacionais éticos e fortalecidos em sua legitimidade e a criação de estruturas eficazes que, a partir da colaboração da sociedade civil, tenham condições de fiscalizar o cumprimento dos acordos e dos compromissos assumidos nos processos de regulações, fortalecendo, ao mesmo tempo, a consolidação da democracia, que vem ocorrendo em grande parte do mundo, colocando-se em cena como sujeito construtor de mudanças sociais e de expansão dos espaços públicos não-estatais (DUPAS, 1999^a, p. 232).

Assim, a subjetividade da sociedade civil, como diz Boaventura Santos (1997), é o mundo do associativismo do voluntário, onde se assentam as manifestações equivalentes de cooperação e participação. É nessa lógica que emergem as proposições para garantir a sustentabilidade do Planeta pela via do empoderamento, ou a recuperação da cidadania, mediante o espaço local, o espaço da vida do cidadão, caminhando para a reconstituição das comunidades, em outro nível, incorporando e capitalizando as próprias tecnologias (DOWBOR, 2002).

Referendando esse pensamento, Giddens (1991) faz uma reflexão entre relação política emancipatória e política da vida que se forma na conexão entre o local e o global. Tanto esta como aquela têm que ser vinculadas a essas conexões, dada a influência germinadas das relações globalizadas.

Para ele, é característico da Modernidade, como tenta mostrar, que a auto-realização se torna fundamental para a auto-identidade. Uma “ética do pessoal” é uma característica básica da política da vida, da mesma forma que as idéias mais estabelecidas de justiça e igualdade o são para a política emancipatória. Destaca o movimento feminista como pioneiro na tentativa de vincular estas preocupações entre si.

Consolidando os pensamentos de Giddens (1991), Boaventura Santos (1997) comenta: entre o Estado e o mercado abre-se um campo imenso – que o Capitalismo só descobriu na estrita medida em que pode utilizar para seu benefício – não estatal e não mercantil - onde é possível criar utilidade social através de trabalho auto-valorizado (trabalho negativo, do ponto de vista da extração da mais-valia): uma sociedade-providência transfigurada que, sem dispensar o Estado das prestações sociais, a que se obriga a reivindicação da cidadania social, sabe abrir caminhos próprios de emancipação e não se resigna à tarefa de comandar as lacunas do Estado e, deste modo, participar, de forma benévola, na ocultação da opressão e do excesso de regulação.

1.1 Singularidades que marcam os caminhos da RSE e da sustentabilidade

Fazendo uma retomada da reflexão anterior, com base nos referenciais dos autores citados, no que concerne à reforma do Estado brasileiro, percebemos que há uma consonância entre eles relativamente à consideração de que, a partir da década de 80, no âmbito de uma profunda crise, o Estado brasileiro passa por grande reforma, busca sinergia com o mercado e incentiva as práticas de ação social pelos empresários, motivados pelo momento de abertura ao diálogo e de favorecimento de ações compartilhadas entre entidades dos mais diversos segmentos sociais, o que fortalece e estreita as relações entre Estado, mercado e sociedade.

Esse é um momento singular da história do Estado brasileiro, marcada pelas transações sociais, políticas, econômicas, culturais e ideológicas, não cabendo, portanto, um resgate histórico e, sim, explicar e entender as inter-relações e implicações no âmbito do desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade, que possibilitem entender as indagações do presente estudo em torno da responsabilidade social pela via do segmento privado.

Retomando à década de 1980, consideramos que há o enfraquecimento dos governos militares e o reconhecimento, pelos segmentos sociais e econômicos, do esgotamento dos padrões da economia brasileira, sinalizando sua adesão ao Consenso de Washington, o qual define um conjunto de intenções e estratégias, determinando medidas a serem aplicadas nessa área. Isso situa o País sob os ditames da nova ordem mundial do capital globalizado, a ser perseguido pelos países em desenvolvimento (CONSENSO..., 1994).

Nesse contexto, segundo Dupas (1999a), entram em cena as organizações de caráter representativo em torno de questões sociais em defesa da mulher, do negro, da ecologia. Assistimos, ainda, à criação de canais de participação popular, influenciando a elaboração das políticas públicas. O fortalecimento das organizações não governamentais (ONG) proporciona, ainda mais, que as forças sociais inovadoras assumam seu papel como protagonistas na gestão de uma ampla rede de participação social, na busca de sustentabilidades humana e ambiental. Elas enfrentam a explosão da terceira Revolução

Industrial, precursora de profundas transformações do Capitalismo mundial, redesenhando, numa co-relação de forças, novos patamares de tecnologias e desregulamentação do trabalho.

Fazendo-se um recorte para o Ceará, as reformas econômicas manifestaram-se dentro de um ambiente macroeconômico nacional hostil - instabilidade econômica, altas taxas de juros e inflação, crise fiscal do Estado federal, esvaziamento da política e desenvolvimento regional, coordenadas pela Superintendência Nacional do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (AMARAL FILHO, 2003).

Ainda segundo o autor citado, o comportamento da economia local da sustentabilidade se deu no “Governo das Mudanças” que tem início em 1987 com Tasso Jereissati.

Nesta administração de Tasso Jereissati - de 1995 a 1998 - seguindo a prospecção de futuro de seu governo, foram elaboradas políticas indutoras de desenvolvimento econômico e social. Isso representou ganhos qualitativos de avanço e transformação na economia do Estado, um alerta ao intercâmbio comercial, industrial e cultural, na tentativa de produzir riqueza, emprego e renda. Em seu plano de desenvolvimento sustentável, que propunha um planejamento participativo com visão prospectiva ao longo prazo, assim se expressa:

As ações do meu governo estarão pautadas na busca do desenvolvimento sustentável do Estado, tendo em vista o objetivo primordial de melhorar a qualidade de vida de todos os cearenses. O crescimento econômico será perseguido não como um fim em si mesmo, mas como instrumento para tornar visível, simultaneamente, a redistribuição de renda, procurando capacitar a população e combinar atividades e tecnologias, que maximizem a geração de emprego sem prejuízo da competitividade de empreendimentos. (CEARÁ, 1995, p. 12).

Em seu discurso político, o Governo do Ceará faz referência a princípios de um desenvolvimento sustentável, visando a produzir equilíbrios ecológico, econômico e social. No Plano de Desenvolvimento Sustentável do Governo, a participação é vista como um instrumento pelo qual se pode mudar a cultura política de clientelismo, que é, por sua vez, entendida como obstáculo para a modernização político-econômica (KUSTER, 2003).

Nessa óptica, e na busca de estabelecer estreita parceria com a iniciativa

privada e os segmentos sociais, o Governo cearense assume papel de indutor das políticas públicas, redesenha os caminhos, fortalece a influência dos órgãos de representação do empresariado no desenvolvimento industrial local e a migração da indústria, de base nacional e internacional, para o Estado, motivada por incentivos fiscais, apoio tecnológico e infra-estrutura, além de se beneficiar de mão-de-obra barata e pouco politizada. Isso resulta em crescimento de 3,6% para o Ceará, superando o índice de crescimento do País em 2,5%, segundo dados fornecidos pelo Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE) em 1999.

Segundo Kuster (2003), em 160 municípios, foram criados conselhos de desenvolvimento sustentável, que introduziram uma nova dimensão à participação. Além disso, algumas administrações municipais passaram a fomentar a participação popular no planejamento e, mesmo assim, outro processo migratório, os êxodos rural e urbano, provoca o deslocamento de vários outros fenômenos no âmbito social, quais sejam: a pobreza, a violência, as doenças, o despovoamento do campo, os aglomerados urbanos, a concentração do comércio das drogas, a desagregação familiar. Essa realidade encontra confirmação nas estimativas do IPLANCE em 1999, quando divulga que mais de um quinto da população está abaixo da linha de indigência, o que representa um quarto do salário mínimo por pessoa.

O “Governo das Mudanças”, oriundo do segmento empresarial como parte do grupo de vanguarda, propunha a transformação da região Nordeste, como projeto político da modernização. O propósito de desenvolvimento sustentável abre espaços de participação da sociedade civil, fortalece a parceria com a iniciativa privada, sob a égide de um grande pacto de colaboração. Nesse sentido, grandes estratégias são planejadas para responder, a longo prazo, às propostas de Brundtland, que sustentam as teses de que a atenção às necessidades do desenvolvimento e às aspirações de melhoria da questão social devem ser priorizadas (KUSTER, 2003; AMARAL FILHO, 2003).

Do ponto de vista dos analistas políticos sobre a era Tasso, os avanços do Estado nas reformas estruturais em Educação e Saúde, com a participação comunitária, são promissores nas evidências de uma nova fase de desenvolvimentos integrado e sustentável.

Segundo Kuster (2003), entretanto, a participação é empregada como

instrumento para se integrar comunidades locais em projetos não planejados nem desejados por elas próprias. Essa crítica conduz à introdução do conceito de *empowerment* mediante iniciativas de auto-ajuda, entendendo-se esta expressão como “empoderamento” concedido a pessoas e grupos socialmente fracos, que deverão obter o domínio sobre suas próprias vidas.

Acerca do empoderamento, Kuster (2003) assinala que ele se orienta pelas necessidades das pessoas mais do que pela participação. Ambos os conceitos, todavia, foram alvo de uma grande despolitização ao serem adotados por instituições como o Banco Mundial. Assim sendo, como instrumentos estratégicos, servem mais para integrarem a população marginalizada no sistema dominante, em vez de provocar um processo emancipatório.

No âmbito do País e, no auge do processo democrático, inicia-se no Brasil uma nova era. O governo de Fernando Collor de Melo legitima e assina a adesão do Brasil no contexto da nova ordem mundial, comprometendo-se com o empreendimento de esforços no realinhamento das medidas operacionais do Consenso de Washington (BOAVENTURA SANTOS, 1997).

O então Presidente divulga seu propósito de inserir o Brasil na economia global, o que implica uma série de ajustes e, por conseguinte, redução do tamanho do Estado, o Estado mínimo, que ocorreu por meio das privatizações, das aberturas comercial e financeira e da desregulamentação das regras de governabilidade, amparada pelo neoliberalismo (DUPAS, 1999b; HOBBSAWM, 1995).

Segundo Dowbor (2002) nesse período, as relações entre Estado e sociedade ganham um novo contorno. O paradigma do desenvolvimento humano, aliado à teoria da sustentabilidade, inclui fatores de naturezas política, econômica, social e ambiental, exigindo um compartilhamento de responsabilidades sociais entre o público-privado e o global-local, capazes de garantir o presente e o futuro da humanidade, considerando-se que há um quadro agravante de miséria social, o qual denuncia que 40,9% da população brasileira possui renda per capita mensal inferior a US\$ 60 dólares; 30 milhões de pessoas, acima de 15 anos, são analfabetas; 9 milhões de famílias passam fome diariamente, de acordo com dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

em 2000.

O reconhecimento desse cenário, argumenta Dowbor (2002), desloca finalmente a visão de uma sociedade que resolverá os seus problemas, simplesmente seguindo a locomotiva das atividades econômicas. As articulações entre o econômico, o social e o ambiental são demasiadamente profundas e os impactos, de qualquer atividade, amplos, para que possamos aguardar ajustes espontâneos, um tipo de equilíbrio milagroso *ex-post*. É a lógica da reprodução social que está em questão.

No Ceará, dando continuidade ao “Governo das Mudanças”, foi eleito, em 2002, o médico Lúcio Alcântara, o qual, compreendendo as transformações relacionadas à globalização, inicia seu mandato enfrentando forte dívida social, assumindo, no seu Plano Ceará Cidadania, abrir perspectivas promissoras para o Estado pela via da inclusão social, fomentando a participação da sociedade, a fim de desenvolver ações que viessem ao encontro das expectativas da população com ênfase no crescimento social e econômico (CEARÁ, 2003).

Conforme referido no Plano de Governo Ceará Cidadania de 2003, o Governador reconhece que a sociedade é pobre e desigual, sendo “que os 10% mais ricos possuem 52% da renda total e os 50% mais pobres, apenas 12%”. A palavra do Governador relata, ainda, que

A ocupação demográfica e a econômica do território cearense é extremamente desbalanceada. A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), por exemplo, ocupa 3,46% do espaço estadual, abrigando em torno de 42% da população cearense em 2003, concentrando cerca de 62% do PIB e 90% da arrecadação de tributos. Esse quadro é ainda mais grave dentro da própria RMF, onde o município de Fortaleza ocupa 6,3% do espaço e abriga cerca de 71% da sua população, concentrando cerca de 62% de seu PIB e 86% da sua arrecadação de tributos, absorvendo, aproximadamente, 85% de seus empregos. Isso concorre para que, até 2005, Fortaleza seja a quarta cidade do País em população. Portanto, pensar as implicações para a construção de um processo de desenvolvimentos humano, integrado e sustentável para a sociedade cearense implica em pensar a realidade caótica do contexto econômico-social da população, entendendo que as condições inerentes ao desenvolvimento humano remetem à capacidade de desfrutar de uma vida longa e saudável e dispor de qualificação profissional para participar amplamente das oportunidades de trabalho e do bem-estar social, que constituem os aspectos fundamentais para que uma pessoa se libere da pobreza. (CEARÁ, 2003, p. 12).

O Relatório do Banco Mundial, de 2003, mostra que não há redução dos

quadros de pobreza mesmo considerando os esforços empreendidos em torno da melhoria dos indicadores sociais do Ceará, a exemplo da taxa de mortalidade infantil, que caiu de 150 para 50 por mil nascidos; dos avanços na Educação Básica, em que, de 57% da matrícula do Ensino Fundamental em 1990 passou para 98% em 1999; das iniciativas de melhorias da alfabetização de adultos; do acesso ao saneamento básico; dos programas de microcréditos (BANCO MUNDIAL, 2003).

“É grave o quadro da desigualdade cearense. Mesmo duplicando a taxa de crescimento para 4%, com crescimento de 6% de PIB, cerca de $\frac{1}{4}$ da população (35%) ainda seria pobre em 2020.” (CEARÁ, 2003, p. 42).

O desafio para minimizar o hiato da pobreza, considerando os princípios do Relatório de Brundtland, em 1991, concebe que o atendimento das necessidades básicas requer não só uma nova era de crescimento econômico para as nações, cuja população, em sua maioria, é pobre, como a garantia de que esses pobres receberão uma parcela justa dos recursos necessários para manter esse crescimento. Tal equidade seria facilitada por sistemas políticos que assegurassem a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões e por processos mais democráticos na tomada de decisões em âmbito internacional (COMISSÃO..., 1991).

Nesse sentido, Amartya Sen recorre a Aristóteles logo no início da *Ética de Nicômaco*, quando ele associa o tema da economia aos fins humanos, referindo-se a sua preocupação com a riqueza. A política tem de usar as demais ciências, inclusive a economia e como, por outro lado, legislar sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência precisa incluir as das outras, para que essa finalidade seja o bem para o homem (SEN, 1999).

Fazendo-se uma síntese do que foi, à luz dos autores estudados, sugere-se que a responsabilidade social, alicerçada no desenvolvimento sustentável, reconhece os espaços das lutas por liberdade, os direitos sociais, a necessidade de segurança, a equidade e os ideais democráticos. Assim, confere o Relatório de Brundtland em 1991: “Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todas as suas necessidades básicas tenham sido atendidas e lhe sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor” (COMISSÃO..., 1991).

Dowbor (2003), nas suas reflexões sobre a reprodução social, sinaliza que o futuro se contrapõe, de certa maneira, à reprodução do capital, tradicional conceito que visa essencialmente ao processo do crescimento econômico centrado nas atividades produtivas. Nesse sentido, a reprodução social é mais ampla e envolve tanto a produção como os serviços sociais. Para ele, não há mais espaço para uma economia que não leva em consideração os impactos sociais da própria economia.

Em Dupas (1999a), ressaltamos que a praticidade da gestão, enfocando os desafios, dependerá da capacidade de buscar, com responsabilidade, um caminho para enfrentar o enigma da exclusão que atinge parte dos cidadãos. Grande parte da população vive em situações de miséria, paradoxo que fragiliza os esforços de inclusão dos segmentos vulneráveis e a capacidade de governabilidade.

Dowbor (2003) reforça a idéia de que as próprias empresas terão de assumir suas responsabilidades social e ambiental, para encontrar formas de organização que assegurem sua viabilização econômica no contexto social. Alerta, ainda, para a noção de recuperação da governabilidade local que significa um potente processo de racionalização administrativa que traz consigo um impacto político fundamental, o de restituir ao cidadão o direito de decidir sobre a dimensão social na sua qualidade de vida.

Todos esses aspectos sinalizados são abordados por Dupas (1999a), ao considerar que o hiato da pobreza decorre de uma sociedade que se modifica numa lógica desigual de concentração de renda, de caráter neoliberal, sob o amparo do mercado internacional, transformando gente em resíduos humanos, fortalecendo os ricos e ampliando a linha da pobreza. Concordando com Dupas (1999a) e Dantas (2003) assinala: “o Brasil é relapso na educação do seu povo e exhibe, vergonhosamente, uma das mais aviltantes distribuições de renda do mundo, primando pelo descaso em relação à sorte de milhões e milhões de excluídos.”

Nesse sentido, a economia globalizada constitui grande desafio para reverter o passado, firmado sob a performance do Estado de Bem-Estar Social, numa sólida base de proteção social. Segundo Draibe (1996, p. 43), “[...] esta é a fase dura do desafio, tanto maior quanto tenha sido adiado no passado recente [...].”

Nessa perspectiva, Draibe (1996), no que se refere à questão da pobreza,

destaca três eixos estruturantes de proteção social: a) geração de emprego e renda no centro da articulação das políticas; b) serviços sociais universais; c) programas emergenciais para a pobreza. Para esses eixos, ela indica formas de reorganização das políticas sociais, destacando-se a configuração de esforços públicos e privados, porque reconhece que o Estado não responde sozinho à demanda social, bem como a importância deste no estímulo ao exercício de ações emergentes de solidariedade social.

Confirmando os fundamentos de Draibe (1998), que também são tratados por Dowbor (1997), Santos (1997), Dupas (1999^a) e Dantas (2003), o maior desafio contemporâneo consiste em constituir uma sociedade ou comunidade de pessoas, no plano das nações e do mundo, cujas estruturas sejam condizentes com o ser pessoa que define o homem, isto é, com a humanidade dos homens e mulheres que integram as comunidades humanas. Isso significa, por exemplo, que o mercado pessoal e o lucro não podem consistir no critério norteador da vida dos povos e das suas nações, como pretende a nova forma do capitalismo liberal, chamado neoliberalismo.

Vê-se, portanto, que esse paradigma requer uma visão para as políticas sociais nos mesmos patamares das políticas econômicas, uma vez que a concepção atual é de que os quadros sociais são de responsabilidade não apenas do Estado, mas também da sociedade e das instituições. Draibe (1996) configura que o atual modelo de proteção social necessita da inclusão de investimentos e de prestação de serviços capazes de articular todos os meios, recursos e esforços em favor da qualidade de vida, que permita ao cidadão ter qualidade de vida, interagindo numa rede interdependente, numa dimensão de autonomia e empoderamento.

Uma instância ética, a ser imediatamente aceita na percepção de todos os autores estudados, está traduzida também na afirmação de Dantas (2003), e consiste no reconhecimento de que os seres humanos, por serem pessoas, nascem fundamentalmente iguais no seu ser, com direitos que não se conquistam, mas são outorgados pelo nascimento, com os direitos à vida, à educação, à participação na vida política e aos bens materiais e culturais que alimentam a vida. Essa é uma instância irrecorrível criada pela natureza e decorre da vida humana igual em todos, independentemente, de filosofias, religiões, etnias, regimes políticos e localizações geográficas.

Nesse sentido, o investimento social privado de interesse público é necessário, desde que, observando a recomendação de Draibe (1988), sem que o Estado perca suas funções básicas, uma vez que continua responsável pelo papel de provedor de bens e serviços, como núcleo de referência na lógica dos programas de proteção social.

O modelo emergente de interação Estado, mercado e sociedade civil, advogado por Gilberto Dupas, Boaventura Santos, Manuel Castells e outros, estimula a participação dos atores diversos, valoriza a capacidade de participação na comunidade e fortalece as redes de solidariedade compartilhada, otimizando os recursos e as capacidades criativas, a tecnologia e a ciência, constituindo um campo de significância na incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil, tanto no processo de mobilização social como no deslocamento da lógica de mediação entre o público e o privado.

Para melhor entendermos essa lógica, buscamos a universidade corporativa do Instituto Ethos - UNIETHOS (2001), como formuladora de referenciais para o mundo corporativo, segundo a qual uma nova consciência começa a ganhar contorno cada vez mais definido no interior das organizações, especialmente nas grandes empresas. Essa concepção, que ainda é lenta, chega ancorada em única possibilidade de sucesso, para se reverter o atual estado do mundo: o valor do progresso, para essas empresas, está sendo medido não mais pela rota de mão única em direção ao lucro, mas em direção ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991)⁶, ao definir os objetivos dos desenvolvimentos econômico e social, assinala ser preciso levar em conta a sustentabilidade em todos os países. Haverá muitas interpretações, mas todas elas terão características comuns e devem derivar de um consenso quanto ao conceito básico de desenvolvimento sustentável e quanto a uma série de estratégias necessárias para sua consecução.

Nesse contexto, os mercados são ambientes que se aprimoram e favorecem a

6 Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, Primeiro Ministro da Noruega, sugeria que a gestão ambiental que deveria se erguer como prioridade na agenda internacional e estar integrada às políticas públicas dos países, ouvindo segmentos diversos da sociedade nos continentes, resultando na elaboração do Relatório denominado de Nosso Futuro Comum, em 1987, e mundialmente conhecido como Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Relatório Brundtland.

auto-atribuição de resultados e, no final, produzem um quadro cognitivo de responsabilidades (OFFE, 1999), o que requer entender os alicerces que fundamentam a RSE.

1.2 Responsabilidade social empresarial: concepções – trajetórias - discursos

Os alicerces da concepção de RSE atrelada à ética, como expressão do compromisso econômico, remontam ao século XIX, quando o direito de conduzir os negócios de forma corporativa era prerrogativa do Estado ou da Monarquia e não do interesse privado (ASHLEY, 2002).

Essa mesma autora, inclusive, sinaliza a existência de fatos que influenciaram o surgimento da RSE, considerando que, com a independência dos Estados Unidos, eles passaram a aprovar a legislação que permitisse a auto-incorporação de serviço de interesse público, tal como a construção de canais e, posteriormente, para condução de negócios privados. Assim, até o início do século XX, a premissa da legislação sobre as corporações tinha como propósito a realização de lucros para seus acionistas.

Outro marco citado por Ashley (2002), sobre os primórdios da responsabilidade social, data de 1916, com *Henry Ford*, presidente e acionista majoritário da empresa *Ford Motor Company*, o qual, alegando objetivos sociais, decidiu subtrair uma parte dos dividendos que deveriam ser repassados aos acionistas para utilizá-los em benefício dos funcionários.

Dois desses sócios, *John e Horace Dodge*, entraram na justiça e, em 1919, esse caso foi julgado numa Corte dos Estados Unidos, dando ganho aos acionistas, pois a Justiça americana considerou que a primeira responsabilidade da empresa era originar lucro e pagar seus impostos o que, em outras palavras, significa que a filantropia corporativa e o investimento na imagem das organizações só poderiam ser utilizados para atrair os consumidores à medida que favorecessem o lucro (ASHLEY, 2002).

Essa decisão foi fundamentada na visão clássica, constituída nos ideais liberal e conservador, que centram as responsabilidades das empresas na maximização dos lucros e na obediência às leis, cabendo ao Estado e à sociedade as demais responsabilidades (FRIEDMAM, 1997).

Para ele, o lucro é o valor definidor do bem-estar social e ocorre pela via do incremento da eficiência da empresa; ou seja, na concepção dos economistas clássicos e liberais, o comprometimento das organizações empresariais está voltado, exclusivamente, ao mundo dos negócios. Nesse sentido, Friedman (1997) acentua que a empresa deve estar atenta para lidar com as necessidades de seus acionistas para, dessa forma, poder se vincular aos interesses da ordem social.

Segundo essa concepção liberal de Friedman (1997), a responsabilidade social começa quando termina a lei. Portanto, às empresas, cabem maximizar o lucro e cumprir a lei, e ao governo incumbe garantir as condições para que a economia se desenvolva. Tal pensamento envolve aspectos morais e éticos, que podem ser resolvidos a partir dos padrões de conduta, estabelecidos por princípios legais. Agir diferente seria violar suas obrigações morais, legais e institucionais.

Essa compreensão, fortalecida pelos economistas liberais, inclusive por *Adam Smith*, que em sua obra, *Riquezas das Nações* (1976), “explicava que não é da benevolência do açougueiro, do coveiro ou do padeiro que esperamos o nosso almoço, mas do interesse que tem no próprio lucro pessoal”. Assim, fica de fato consubstanciada na lógica da acumulação do lucro. Ao Estado, cabe a responsabilidade pela proteção da propriedade, pela promoção da concorrência e pelas práticas sociais. Portanto, as questões sociais se concretizam na criação do emprego, nos salários justos, na atenção ao cumprimento das leis e no pagamento dos impostos. Assim entendiam Friedman (1997) e os demais economistas liberais.

Contraditoriamente, os economistas liberais, os democratas, nesse mesmo período, inspirados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948 em Paris, defendiam a igualdade sob a lógica de que todos os indivíduos devem ter a mesma oportunidade de direitos e a liberdade de desenvolver suas capacidades. O reconhecimento da dignidade e dos direitos iguais e inalienáveis a todos os membros da família é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Assim, os economistas democratas, à luz do ideário liberal, contribuem, no início do século XX, para a consolidação das primeiras manifestações do pensamento acerca do social no âmbito empresarial. Percebemos, de um lado, na atuação das empresas,

a prevalência do lucro e, de outro, a garantia da igualdade e da liberdade, configurando os fundamentos do Estado liberal como reconhecimento de alguns direitos fundamentais, regulamentados em leis e concebendo o Estado de direitos. Portanto, registramos esse século como o precursor das primeiras idéias de envolvimento das empresas com o social, ganhando espaço além do lucro (TORRES, 2002).

Segundo Torres (2002), em 1940, em parte da Europa, foi registrado o primeiro apoio empresarial explicitando a necessidade das corporações industriais contribuírem, de forma efetiva, para o bem-estar da sociedade.

Nesse sentido, a opinião de 120 industriais ingleses, num manifesto datado de 1942, era de que

A responsabilidade dos que dirigem a indústria é manter um equilíbrio justo entre os vários interesses do público, como consumidor, dos funcionários e operários, como empregados, e dos acionistas, como investidores; além de também dar a maior contribuição à Nação como um todo (DUARTE e DIAS, 1986, p. 3).

Reforçando esse aspecto, está registrado nos escritos de Ashley (2002) um litígio julgado pela Suprema Corte de Nova Jersey, nos EUA, em 1953, da *Manufacturing Company versus Barlow*, favorável à doação de recursos para a Universidade de *Princeton*, contrariando os interesses de um grupo de acionistas. A justiça determinou, então, que uma organização pode buscar o desenvolvimento social, estabelecendo em lei a filantropia corporativa.

Para Ashley (2002), somente após o efeito da Segunda Guerra Mundial, que trouxe prejuízos à vida humana, as cortes americanas repensam e adotam ações filantrópicas nas organizações, a partir da concepção de que as organizações não devem responder apenas aos seus acionistas.

Nesse sentido, Torres (1998) atribui o fato de que o repúdio da população à Guerra do Vietnã, 1964 a 1973, deu início a um movimento de boicote à aquisição dos produtos e das ações na bolsa de valores das empresas que, de alguma forma, estão ligadas ao conflito bélico na Ásia. Essas manifestações, aliadas às lutas por direitos civis norte-americanos, trouxeram novos e determinantes fatores para esta questão: a participação popular, a opinião pública e a cobrança, por parte da sociedade, de uma nova atitude

empresarial.

Com base nos fundamentos de Torres (1998), diversas instituições da sociedade civil, como igrejas e associações, passaram a denunciar o uso de armamento de extermínio em massa, que afetava, de forma brutal, o Meio Ambiente, sobretudo, a imagem das empresas que se beneficiaram economicamente da Guerra.

Nesse sentido, buscamos, nas primeiras manifestações por direitos, as aspirações por liberdade e democracia, baseando-nos em Schumpeter (1979), por considerar que o “método democrático” vai se efetivar nas lutas por direitos sociais, configuradas na arquitetura das responsabilidades compartilhadas, ocorrendo, nesse espaço, as transformações sociais consubstanciadas por ampliação e efetivação da cidadania.

Sucupira (1999) atribui a luta por direito, à origem e consolidação da RSE a esses movimentos, especialmente os de estudantes e de protestos às seqüelas provocadas à sociedade e à humanidade pela ação predatória das empresas, em repúdio aos efeitos da Guerra do Vietnã. Na década de 1960, as lutas pela garantia dos direitos civis e igualdade social, destacando-se o Movimento Negro norte-americano, a luta das mulheres e demais movimentos políticos e sociais que eclodiram com veemência.

Ashley (2002) sinaliza que a prática social das empresas exerce influência para um novo pensar e agir no âmbito do mercado, trazendo uma conotação para a arte dos negócios no comprometimento cidadã socialmente responsável e exercendo juízo de valor no cuidado com a humanidade.

Nesse sentido, retomamos os marcos de 1980 a 1990, quando ocorre o fortalecimento da redemocratização dos movimentos sociais, incluindo a publicação do primeiro Balanço Social no Brasil, em 1984, pela Nitrofêtil - momento de profundas transformações nos aspectos econômico, político e cultural; avanços e revoluções na ciência e na tecnologia sobre a vida humana, implicando a exigência de reconhecer uma nova arquitetura da rede de interação dialógica, na dimensão social, levando à construção de nova ética para a vida contemporânea; transformações sociais brasileiras no mundo do trabalho; temática da cidadania por meio dos movimentos sociais; os direitos humanos retornam com foco no enfrentamento político-democrático:

O Capitalismo sobrevive dentro de crises periódicas que, além de restringir o trabalho, também incide sobre o acesso ao emprego, os postos de trabalho encontram-se em declínio, afetando, sobretudo, os jovens, as mulheres, os negros (DUPAS, 1999b, p. 168).

Várias são as ameaças apontadas pelos autores estudados que afetarão o Planeta nas mais diversas dimensões, com grandes repercussões na deterioração da vida, comprometendo o esgarçamento do tecido social. Em consequência, ocorrem novos focos de fortalecimento com o comprometimento social. O lançamento do Relatório Brundtland, publicado na Alemanha em 1987, sob o título “Nosso Futuro Comum”, define as bases do desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, abrindo, assim, uma perspectiva ético-responsável, de cunho futurista, de perenização planetária e de cuidado com a vida, numa dimensão ampla de responsabilidades.

Os fundamentos, que até aqui delineamos, serviram para nortear o pensamento acerca das relações que intercambiam o econômico e o social. Para entendermos, no entanto, os discursos e as práticas de responsabilidade social, buscamos também as bases filosóficas e/ou antropológicas que deram significado à origem e à evolução da categoria “responsabilidade”. Para tal, encontramos os princípios filosóficos em Martin Buber⁷, por entendermos que as idéias desse pensador nos fazem sentir, de um modo bastante marcante, nos diversos momentos presentes na concepção de responsabilidade.

Os pensamentos buberianos complementam-se nos escritos filosóficos de Franz Rosenzweig. Preferindo, em sua tomada crítica, posição diante de Buber, Rosenzweig tenta articular a relação Eu – Tu, referendada por Buber, ao contexto mais amplo de um filosofar existencial, que abrange também o “*Dasein criatural*” da natureza e o nó comunitário do agir histórico. Essa perspectiva sinaliza o futuro na dimensão da sustentabilidade (SCHMIED-KOWARZIK, 2002).

No pensamento de Buber (1977), o princípio do diálogo é estabelecido sobre o primado do outro e contempla o suporte relacional em reconhecer o valor do outro, cuja

7 Martin Buber, 1879 – 1965, pensador judeu, nascido em Viena; suas obras filosóficas contribuíram para reflexões sobre estudos da política, da religião e da educação, sobretudo nos princípios dialógicos das possibilidades humana e primordial do ser.

palavra é a intermediadora do pensamento que se instaura na realidade. Portanto, esse é um argumento fundamental para avaliar o fundamento da responsabilidade social empresarial que implica o ouvir, o entendimento dialógico e o reconhecimento ético do compromisso com o outro.

Assim, tanto o filósofo Buber quanto o filósofo Rosenzweig assinalaram que apenas podemos ser dignos de gratuidade da palavra e do amor se, verdadeiramente, respondermos ao outro à medida que nos dedicamos ao outro ser humano (SCHMIED-KOWARZIK, 2002).

Para os filósofos Buber e seu contemporâneo Rosenzweig, a importância da relação existencial com a natureza estabelece toda uma vida cultural do espírito humano, um entrelaçamento histórico, isto é, natureza, relações humanas e culturais se manifestam no progressivo crescimento do mundo (SCHMIED-KOWARZIK, 2002).

Para Buber (1977 apud BARTHOLO JÚNIOR, 2002, p. 25):

A responsabilidade não é um dever ideal desconectado da realidade concreta; ela é um conceito que existe somente no domínio da vida vivida, quando há um responder verdadeiro àquilo que nos acontece, ao que nos é dado ouvir e sentir; por isso, pressupõe a existência do outro, independente da minha vontade. E é a mim que esse ente dirige um apelo, uma presença – palavra que cobre resposta. A responsabilidade implica numa resposta à palavra a mim dirigida pela autoridade, pelo outro que não sou eu. Portanto, toda ação responsável nasce da resposta que se dá a essa palavra, havendo por isso um entrelaçamento vivo e fecundo entre responsabilidade, resposta e diálogo.

Refletir sobre RSE e sustentabilidade, na perspectiva de Martim Buber, para Bartholo Júnior (2005), só pode ser um argumento significativo se houver efetiva presença de relações dialogais, perpassando as pessoas que servem de suporte para as dimensões internas e externas do processo nas organizações.

Nessa dimensão, seguindo a perspectiva de Martim Buber, acreditamos que é preciso que a empresa tenha condições de encontro e diálogo com representantes da organização. A estrutura da empresa não pode ser um elemento incapacitante do exercício do diálogo da interação, mas capacitante e potencializador da rede de interação dialógica mantida pelos diversos *stakeholders* (BARTHOLO JÚNIOR, 2005, p. 26).

Outra versão encontra-se em Vásquez (1997, p. 18), o qual diz que a concepção

ética das responsabilidades está relacionada com a Economia Política como ciência das relações econômicas e da vida social, embora a relação da ética com outras ciências humanas ou sociais esteja vinculada às diferentes formas de comportamento humano.

A partir da compreensão sobre a lógica da responsabilidade, outros fundamentos conceituais vão tecendo configurações para apoiarem a interpretação da RSE na dimensão da prática. Assim, abordamos algumas concepções sobre as diversas tendências sobre RSE.

Um conjunto de ações, normas e condutas de conteúdo social e/ou ambiental - realizadas tanto de forma obrigatória quanto voluntária - desenvolvidas e divulgadas por empresas privadas e públicas, tendo a ética como pilar - honestidade, responsabilidade e busca de transparência - visando tanto ao interesse público - o bem-comum e o bem-estar social - quanto ao interesse privado - a garantia de sobrevivência da empresa e o lucro a longo prazo (TORRES, 2002, p. 18).

É interessante observarmos que, em várias obras consultadas, o uso do termo ou conceito de RSE ainda é algo difícil de precisar. Para alguns autores, contudo, quando se fala em RSE, leva-se em conta a noção de que a empresa não pode se restringir mais à produção e ao lucro.

Responsabilidade vai muito além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou do apoio à comunidade. Significa mudança de atitude numa perspectiva de gestão empresarial com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos. O conceito de RS é amplo: refere-se à ética como princípio balizador das ações e relações com todos os públicos com os quais a empresa interage: acionistas, funcionários, consumidores, rede de fornecedores, meio ambiente, governo, mercado, comunidade (TORRES, 2002, p. 18).

Além desses aspectos, a literatura sobre o tema mostra várias nuances em seus significados. Kotler (1998) tem uma concepção associada ao *marketing*, um instrumento de negócio capaz de produzir resultados. Para Melo Neto e Froes (2001), a RSE consiste em investir no bem-estar social dos funcionários e dependentes e no ambiente de trabalho saudável, preservar o meio ambiente e incentivar ações sociais.

Encontramos essas manifestações de responsabilidade entre o lucro e a ética nos fundamentos de Sen (1999) como de estreita ligação a Aristóteles, pela associação que

ele faz da ética à economia aos fins humanos, referindo-se a sua preocupação com a riqueza. Também ele foi o primeiro a distinguir a ética da política, com centro, primeiramente nas ações voluntária e moral do indivíduo e, em segunda instância, nas vinculações deste com a comunidade. Isso é o que anota Carrol (2000, p. 36):

A política é a arte mestra a partir da qual se deverá usar as demais ciências, inclusive a economia, e, por outro lado, legislar sobre o que devemos e o que não devemos fazer. A finalidade dessa ciência precisa incluir as outras para que essa finalidade seja o bem para o homem.

Em face de todos esses argumentos e, ainda, considerando que as responsabilidades éticas, do ponto de vista da economia, correspondem a atividades práticas, políticas e aos comportamentos esperados por membros da sociedade, apesar de não codificadas em leis, elas envolvem expectativas de comportamento para atender o que os acionistas consideram legítimo, correto, justo, de acordo com seus direitos morais (ASHLEY, 2002).

Portanto, a partir desses fundamentos, a concepção de responsabilidade social empresarial vai se configurando no campo das possibilidades e limites necessários ao reconhecimento de uma economia globalizada que perceba os fundamentos éticos do bem-estar aceitável, como rede relacional de interesses humanos sustentáveis, que podem refletir o distanciamento ou a aproximação da economia do bem-estar social.

Na perspectiva de Barcelar (1996), em consonância com o Relatório de Brundland, a dimensão ambiental aparece como um dos motivadores principais da solidariedade intergeracional, interligado com o político e o cultural na dimensão local. Esse pensamento pressupõe refletirmos a idéia de sustentabilidade na perspectiva ético-responsável que vai além do econômico e social, na dimensão da perenidade na vida do Planeta.

Com base no pensamento de Buber (1977), referendado no início deste estudo, essa responsabilidade social, com fundamento na sustentabilidade, só pode ser exercida no domínio da vida e das relações.

Nesse aspecto, o Instituto Ethos define a responsabilidade social empresarial pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se

relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Esse é um entendimento contemporâneo e crescente no âmbito do mercado, alicerçado nos paradigmas de uma nova ordem social mundial centrada no universalismo do direito à vida. Esse entendimento está fortalecido no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1994:

O desenvolvimento sustentável não gera apenas crescimento econômico, mas distribui também seus benefícios imparcialmente. Regenera o ambiente em vez de destruir; fortalece o povo em vez de marginalizar. É o desenvolvimento que dá prioridade aos pobres, alargando as suas escolhas e oportunidades, proporcionando-lhes uma participação nas decisões que afetam as suas vidas (RELATÓRIO..., 1994).

Um outro significado é o reconhecimento da questão ambiental como estratégia de preservações da vida.

No final do século XX, os movimentos internacionais e nacionais são referências de reflexões em torno da concepção do estado ambiental e das preocupações com a preservação da vida, produzida pelos padrões capitalistas ou socialistas de desenvolvimento industrial. Nesse sentido, o Relatório Brundtland, em 1991, faz um diagnóstico e torna pública a gravidade do Planeta, fazendo, ao mesmo tempo, uma análise sobre as novas tecnologias, uma das molas mestras do crescimento econômico, que possibilita a desaceleração do consumo perigosamente rápido dos recursos finitos, mas também, engendra sérios riscos, como novos tipos de poluição e o surgimento de novas variedades de formas de vida que podem alterar os rumos da evolução (COMISSÃO..., 1991).

Refere-se o Relatório ao fato de que as indústrias que mais dependem de recursos do meio ambiente e que mais poluem se multiplicam com grande rapidez no mundo em desenvolvimento, onde o crescimento é mais urgente e há menos possibilidades de minimizar efeitos colaterais nocivos.

Como destaque, estão os Estados Unidos e a Europa, os primeiros a

ênfatarem a necessidade de intenção entre o econômico, o ambiental e o social na agenda dos negócios das empresas, surgindo a concepção contemporânea de empresa socialmente responsável, incorporando os princípios do desenvolvimento sustentável pela gestão empresarial, concebida a idéia do *Tripple Botton Line*⁸ como um guia para implementar uma perspectiva pluridimensional expressa em valores sólidos e saudáveis na condução dos negócios a longo prazo, reunindo valor, comprometimento ético de transparência, desenvolvimento de um ambiente saudável em uma sociedade estável, compartilhado com as partes interessadas, ou seja, os diversos públicos da empresa - acionistas, empregados, comunidade, Estado/governo, fornecedores, concorrentes etc.

Assim, a responsabilidade social como sustentabilidade tem forte vetor de comprometimento com o Meio Ambiente e a preocupação com a desigualdade social, abordados pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento, por meio do chamado Relatório de Brundthand, no qual a definição do desenvolvimento sustentável assume uma posição de destaque em satisfazer às necessidades presentes sem pôr em risco as gerações futuras, tendo como fundamentos eliminar o fenômeno da pobreza em massa, desafio primeiro na busca de um desenvolvimento preservador do Meio Ambiente.

Destacamos, ainda, os movimentos em torno da questão como: a Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia em 1972; o Relatório do Clube de Roma, uma associação de livres cientistas, economistas, executivos e políticos, no qual publicaram os limites do crescimento (*Limits to Growth*) que alertava para o fato de que, em cem anos, os limites do planeta seriam atingidos, caso os níveis de poluição ambiental e consumo, industrialização, produção de alimento e aumento populacional se mantivessem estáveis (KUSTER, 2003; DOWBOR, 2003; LERROY et al., 2002).

No Brasil, destacamos o movimento da Rio-92, Conferência realizada no Rio de Janeiro, com a participação de 178 países, os quais consideram vários aspectos na implementação de mudanças e proteção ambiental, por meio político de promoção ao desenvolvimento sustentável, quando foi instituída a Agenda 21, considerada uma iniciativa para promover o fortalecimento local, consubstanciada por novos espaços de

⁸ *Tripple Botton Line* foi lançado pelo Internacional Finance Corporation (IFC) organização do Banco Mundial em parceria com o Instituto ETHOS e a empresa Sustainability em 2002, incluindo a adoção dos princípios de sustentabilidade na gestão empresarial (UNIETHOS, 2002).

relação entre o poder público e a sociedade, considerando que as ações, para serem sustentáveis, devem contribuir para a redução das desigualdades e, portanto, fortalecer as condições de bem-estar no nível local, para as populações correntes e suas gerações futuras (KUSTER, 2004).

Em setembro de 2002, a Cúpula Mundial, reunida em Johannesburgo, África do Sul, reforçou a análise da Conferência do Rio e recomendou profunda mudança no modelo de produção e consumo, o chamado Rio + 10, projetando três dimensões: social, econômica e ambiental.

Nesse mesmo ano, foi editado, pela Organização das Nações Unidas, o documento Carta da Terra, cujos princípios norteiam o comprometimento com a justiça, a democracia, o respeito às diversidades, a solidariedade, a equidade, a honestidade, a paz, a conservação dos patrimônios natural, cultural e histórico, a prevenção, o impacto ambiental e o amor como condições indispensáveis para o desenvolvimento sustentável. (GADOTTI, 2000).

Esses movimentos não esgotam as manifestações que permeiam a luta pela sobrevivência do Planeta, mas se configuram como manifestações políticas a favor da sua sustentabilidade, conferindo responsabilidades ao Estado, ao mercado e à sociedade, com a perenização da vida.

Nesse sentido, o Pacto Global, estabelecido em 1999, durante o Fórum Econômico Mundial, e com a iniciativa do secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan, lançado oficialmente em 2000, tem uma meta ambiciosa: tornar a economia mundial mais sustentável e possibilitar a inclusão social, destacando-se dez princípios a serem observados na prática empresarial socialmente responsável com sustentabilidade, que derivam da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração de Princípios dos Direitos Fundamentais no Trabalho e da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente (INSTITUTO ETHOS, 2005).

De acordo com os referidos autores, destacamos, ainda, outras iniciativas pioneiras na busca de ensejar opções estratégicas na elaboração de propósitos e de pacto da gestão empresarial na tentativa de promover produções de desenvolvimento, conciliando proteção ambiental, prática social e eficiência econômica, por meio de pactos como:

Global Reporting Initiative (GRI) que propõe diretrizes para empresas que tencionam avaliar sua performance em seus balanços econômico-social e ambiental.

Outro compromisso importante são as Metas de Desenvolvimento do Milênio, conjunto de 8 macros objetivos que abrangem as principais e relevantes demonstrações sociais do mundo. No conjunto de 191 países, o Brasil, até 2015, deverá realizar ações concretas e necessárias para o desenvolvimento sustentável. São elas: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre sexos e autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (INSTITUTO ETHOS, 2005).

Além dos indicadores de qualidades, estabelecidos no mundo mercadológico, outros fatores certificadores de boa governança, mediante a incorporação de instrumentos que determinam e mensuram resultados nas dimensões da racionalidade econômica, ambiental e social de evidências tangíveis, nas quais destacamos as normas certificadoras, a exemplo da SA-8.000, que estabelece formas de tornar os locais de trabalho mais humano, com verificação por meio do diálogo em todas as partes interessadas; AA-1000, que define as melhores práticas para prestação de contas no suporte da responsabilidade social empresarial; os indicadores ETHOS, ferramentas de diagnóstico para contribuir com o comprometimento da responsabilidade social a ser adotado pela empresa.

Além de proposição de instrumentos avaliativos, o desempenho empresarial, tal como, o balanço social, compõe um relato abrangente do investimento social empresarial e consiste num demonstrativo, reunindo informações para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social empresarial. Este ganhou visibilidade no Brasil em 1997, com Herbert de Sousa, o Betinho, por ocasião da campanha pela divulgação do balanço social para incentivar as medidas de combate à fome e à miséria no País (TORRES, 2002). Além desses, identificamos outros instrumentos utilizados para fortalecer o social na empresa, dentro dos padrões internacionais.

A partir dos discursos de seus interlocutores, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), para o período 2007 a 2015, traz a visão da indústria para o Brasil, considerando a capacidade de se avaliar. Nessa direção, a iniciativa privada se propõe

intervir nas políticas públicas, priorizando, em especial, a educação, considerando sua influência no processo produtivo. Dentre os propósitos da indústria, na concepção dos empresários, destacamos a responsabilidade social e a ambiental, na perspectiva de desenvolvimento sustentável, visão que vai se incorporando passo-a-passo nos discursos empresariais (CONFEDERAÇÃO..., 2005).

1.3 Responsabilidade social nos discursos de alguns empresários brasileiros

Com a finalidade de concebermos os conceitos teóricos da RSE e seus significados nas representações dos discursos empresariais, nas instâncias nacional e local, é importante refletirmos acerca do sentido lógico da compreensão que esse segmento possui sobre o tema, o que possivelmente se refletirá na realidade pesquisada.

Para o empresário Emílio Odebrecht, a responsabilidade social consiste, em primeiro lugar, na criação permanente de novas oportunidades de trabalho. A busca maior da produtividade e o aprimoramento emocional e humano dos funcionários asseguram a competitividade da empresa em um mundo cada vez mais globalizado. Assim diz o empresário:

Estamos convencidos de que as ações das empresas devem ultrapassar os limites das obrigações legais, razão pela qual as Empresas Odebrecht, desde a sua fundação, contribuem com programas educativos e educacionais nas comunidades onde atuam (TORRES, 2002, p. 54).

O empresário cearense, Amarílio Macedo, considera que a responsabilidade social se tornou moda nos últimos tempos e que é explorada como fator de prestígio no relacionamento da empresa com o mercado e a sociedade. Pelo fato de ser relativamente nova, não é muito bem entendida, pois pode ser utilizada tanto por quem faz um trabalho socialmente responsável, quanto por quem não faz e a usa como uma “fachada”. No Brasil, as obrigações sociais de uma empresa têm múltiplas naturezas. Além disso, a estrutura tributária brasileira é “selvagem”, apenas as empresas formais beneficiam o contraventor, pois este fica com custo mais baixo do que os que pagam impostos corretamente. Destaca, ainda, em seu discurso:

A responsabilidade social verdadeira de uma empresa, em um País como o nosso, é o desafio de estar dentro da lei, cumprindo obrigações tributárias, entregando o que promete e sendo um lugar confiável e recompensador para trabalhar. A empresa, que cumpre com essa responsabilidade à risca, entrega ao País a parte principal do seu patrimônio. Eu posso afirmar, sem o menor exagero, que o imposto é o maior produto extraído do J. Macedo. São vinte milhões entregues ao governo todo mês para benefício da sociedade, sem contar com o imposto que está embutido nos quase dez milhões que a empresa paga mensalmente de salários, serviços de terceiros e benefícios. Dentro da realidade brasileira, uma empresa com nosso porte, que entrega este dinheiro todo à sociedade, está fazendo algo heróico. Se a empresa se compromete a oferecer produto de qualidade, ao pagar imposto, ela consegue fazer o máximo daquilo que é chamado de responsabilidade social. (RESPONSABILIDADE..., 2005b, p. 26).

Percebemos que esses discursos, acerca da responsabilidade social, vão ao encontro do pensamento de Freedman (1997), que atribui à empresa o papel social de oferecer empregos, bens e serviços para a sociedade, referendando, como essência, o cumprimento da lei.

Para o empresário e Presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew, a RSE é uma forma da gestão empresarial que envolve ética em todas as atividades. Significa fazer todas as atividades da empresa e promover todas as relações com seus funcionários, fornecedores, clientes, mercado, governo, Meio Ambiente e com a comunidade, de uma forma socialmente responsável (GRAJEW, 2000).

O pensamento de Grajew (2000) considera que a RSE ganha significado no estabelecimento de uma rede de relações dialogais entre as dimensões interna e externa, reforçado por Ashley (2000a), quando afirmam que ela deve ser compartilhada em uma rede que engloba vários segmentos da sociedade: poder público, sociedade civil e consumidores.

Na concepção do Presidente da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social, Alberto Pelazzo, a RSE é uma questão de estratégia. As empresas, que não atuam de forma ética e socialmente responsável, não sobreviverão muito tempo, ainda que desenvolvam uma relação de confiança com o consumidor, baseada, não somente nos aspectos econômicos, mas também na visão social e ambiental (FÓRUM..., 2005).

Para o empresário Peter Nadas, Presidente da Conselho de Curadores da Fundação Instituto de Desenvolvimento Industrial (FIDES), para ter responsabilidade social, deve-se começar pela ética, que pode consistir em cumprir a lei, mas esse é apenas o primeiro passo, pois, pela ordem das coisas, primeiro vem a ética, como cumprimento da lei, segundo, a responsabilidade social e, terceiro, o balanço social, que é a medida de tudo o que se faz nessa área.

Esse empresário considera, ainda, que a ética no mundo dos negócios está inserida em dois extremos: ética do interesse próprio, no sentido de que tudo o que é feito ao outro é para o próprio benefício, e ética orientada para o outro, que pode ser chamada de ética do bem-comum, partindo do princípio de que a valorização do outro é para o benefício de todos (FÓRUM..., 2005).

Jorge Parente, Presidente da FIEC e do Conselho de Responsabilidade Social da CNI, considera que a missão da empresa é querer lucro, mas esse lucro deve agregar valor à sociedade (RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2005^a).

Essas manifestações subsidiaram nossa compreensão na perspectiva de desvendarmos as lógicas e os significados do discurso e a prática da RSE na dimensão da sustentabilidade como fundamentos que nos permitem pesquisar e analisar a maior aproximação ou o distanciamento entre o discurso e as práticas da RSE.

Nesse sentido, e para melhor compreensão do discurso e da prática, iniciamos a investigação com a contextualização do Prêmio Delmiro Gouveia por entendermos que as lógicas das práticas da RSE estão permeadas na concepção do referido Prêmio.

2 CONTEXTUALIZANDO O PRÊMIO DELMIRO GOUVEIA NO CEARÁ

O Prêmio Delmiro Gouveia constitui um instrumento de avaliação do investimento social privado. Surgiu em 2001, numa realização da Bolsa de Valores Regional do Jornal O POVO, com patrocínio da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), e apoio do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro Empresa (SEBRAE), e Banco do Nordeste, em meio ao turbilhão de idiossincrasias advindas das mudanças na economia mundial, tendo o mesmo um significado no trajeto do desenvolvimento econômico-financeiro do Ceará, objetivando evidenciar e reconhecer publicamente as organizações empresariais ou investidores que se destacam no Estado pelos desempenhos econômico, financeiro e social.

Conforme entrevista realizada com o Gerente Regional da Bolsa no Estado, Paulo Sérgio Aldrighi, o Prêmio Delmiro Gouveia tem também como objetivo fomentar e disseminar nas empresas a prática da responsabilidade social e os mecanismos de aferição da contribuição da governança corporativa por meio da publicação do balanço social. Essa iniciativa está em sintonia com outras formas de premiação adotada pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), como mecanismos de incentivar as empresas na inclusão do mercado e capitais, bem como incluí-las na agenda do desenvolvimento sustentável e, com isso, contribuir com crescente disseminação do investimento socialmente responsável.

Para contextualizar o Prêmio Delmiro Gouveia dentro da lógica da economia do Ceará, retornamos aos anos de 2000, por considerarmos o reflexo do governo Tasso Jereissati, com a expansão das estratégias de captação de empresas nacionais como base para o desenvolvimento local, ancoradas na expansão industrial, promovendo a ampliação de infra-estrutura macroeconômica, transformações sociais e culturais, para o mercado local e para os trabalhadores, na organização das prioridades do Estado.

Convém lembrarmos, no cenário internacional, que os primeiros anos de 2000, foram fortemente influenciados pelos relatórios do *Global Report Initiative* (GRI), os princípios do Equador, tendo por base as chamadas “salvaguardas” desenvolvidas pelo *International Finance Corporation* (IFC), o braço financeiro do Banco Mundial, para a

concessão de crédito financeiro pelos bancos às empresas vinculadas às questões de responsabilidade social e os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas. Essas estratégias ganham força no Brasil, em especial, o investimento socioambiental com chancela das organizações financeiras.

A iniciativa da BOVESPA, aliada ao Instituto ETHOS, sobre a vanguarda de movimento de sustentabilidade nos negócios, impulsiona o crescente interesse das organizações empresariais pelas práticas de responsabilidades social e ambiental. Nesse sentido, no ano 2000, a Revista Exame lançou o Guia de Boa Cidadania Corporativa, destacando as empresas consideradas socialmente responsáveis, ao mesmo tempo em que faz uma caricatura do Brasil corporativo nas propostas sociais e ambientais.

Esse grupo, selecionado pela Revista, destacou-se por contribuir com estratégias à gestão de investimento privado para a sociedade. As empresas referendadas foram: Fundação Bradesco, Laboratório *Schering Plough*, Fundação Boticário, Grupo C&A, Grupo Orsa, Fundação Vitor Civita (Editora Abril), Companhia Siderúrgica Nacional e Grupo Gerdau.

Em 2001, no Ceará, a Empresa M Dias Branco S/A Comércio e Indústria (Fábrica Fortaleza), foi reconhecida pela Revista entre as 10 maiores e melhores empresas, por desenvolver programas educacionais voltados para a qualidade de vida e o meio ambiente. O momento é considerado singular para o Estado e para as organizações empresariais, haja vista o ingresso de empresa cearense nos patamares reservados a empresas do Sul e Sudeste do País.

Nesse ambiente, o Prêmio Delmiro Gouveia consolida a estrutura de um balanço social, para estimular as organizações empresarias do Ceará a adotarem o investimento social privado como valor agregado ao gerenciamento de seus negócios.

Nesse sentido, e conforme discursos dos realizadores do referido Prêmio, percebemos que ele tem duplo significado, o de agregar valor às organizações empresariais e fomentar a aproximação e adesão de investidores ao mercado de capitais, considerando o balanço social como o instrumento para exercitar o implemento de um processo de transparência, ao tornar públicos os indicadores econômico, financeiro e social da empresas, dentro dos requisitos na seqüência apresentada:

- a) melhores empresas em desempenho econômico-financeiro: empresas com destacado desempenho de liquidez, lucratividade e crescimento das vendas;
- b) melhores empresas em desempenho social: empresas com o melhor desempenho no conjunto de ações sociais direcionadas a empregados, à sociedade em geral, apoio às minorias na oferta de empregos, investimentos compulsórios com impacto social (tributos e encargos sociais), geração de empregos e certificações relacionadas à qualidade, gestão do Meio Ambiente e prevenção de acidentes e doenças ocupacionais;
- c) maiores empresas: empresas que se destaquem como maiores considerando-se conjuntamente: vendas líquidas, patrimônio líquido, resultado final, impostos e quantidade de empregados (PRÊMIO...2005).

Em 2001, com o conceito de responsabilidade social empresarial mais disseminado entre os empresários locais, o Prêmio contou com a participação de 23 organizações empresariais, dos setores de serviços, comércio, indústrias e agricultura, para concorrerem ao Prêmio na categoria desempenho social, destacando-se, em primeiro lugar, a Construtora Marquise S/A.

A partir de 2001, registramos no Ceará um momento de grande expansão da indústria para todo o Estado. Na perspectiva do desenvolvimento, ganham corpo as reformas do Governo, no âmbito do fortalecimento da gestão compartilhada, alinhando-se aos discursos empresariais de responsabilidade social na dimensão da sustentabilidade com foco no Meio Ambiente e na comunidade, dada a efervescência do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sinalizando as tendências mundiais para assegurar o futuro do Planeta.

No período de 2002 a 2004, na categoria desenvolvimento social, conquistam o primeiro lugar no Prêmio Delmiro Gouveia as empresas: M. Dias Branco, em 2002, a Companhia de Águas e Esgoto do Ceará (CAGECE) em 2003, e a Companhia de Eletricidade do Ceará (COELCE) em 2004. Segundo o Diretor de projetos da COELCE, José Nunes de Almeida, o engajamento social das empresas é algo cada vez mais demandado pela sociedade (PRÊMIO... 2004).

Outro fator motivador de participação das empresas no Prêmio, em 2004, e que elevou o segmento empresarial do Ceará aos patamares da ordem social mundial, foi a

ampla divulgação, na imprensa, da pesquisa realizada pelo IPEA demonstrando o crescimento dos indicadores de ação social realizada pelas empresas, à ordem de 35% entre 1999 para 74% em 2003.

Esses dados, do ponto de vista da racionalidade, revelam o envolvimento do empresariado cearense nos princípios dos pactos mundiais e marcam os avanços dos segmentos econômicos no ingresso de adoção dos critérios de sustentabilidade desenvolvidos pelo mercado financeiro e coordenados pela Bolsa de Valores.

Quanto à classificação das empresas, no que se refere à avaliação dos investimentos sociais, destacamos, em 2004, cinco organizações com faturamento acima de 60 milhões e cinco com faturamento de menos de 60 milhões. Por ordem de classificação, além da COELCE, estão as empresas industriais: M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentação Ltda, Dakota do Nordeste S/A, Santa Clara Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

Na categoria de faturamento até 60 milhões, estão em primeiro lugar: a Viação Urbana, no setor serviços e, na categoria indústria, a Construtora Marte Ltda, Companhia Eletrocerâmica do Nordeste (CELENE), Micrel Benfio Têxtil Ltda e o Hospital Antônio Prudente S/A.

Estas empresas, Viação Urbana, Companhia Eletrocerâmica do Nordeste (CELENE), Micrel Benfio Têxtil Ltda, incluídas no universo deste estudo, foram agraciadas também em 2005, na categoria desenvolvimento social, o que nos faz perceber que houve um aprimoramento das empresas na prática da governança corporativa nos propósitos: econômico, social e ambiental, estabelecidos como caminho de sustentabilidade. Para *Doris Wilhelm*, Grendene: “ Ser e parecer sustentável tornou-se um dos mais importantes diferenciais competitivos de negócio”. (SUSTENTABILIDADE..., 2006, p.30).

Em 2005, a aproximação da Bolsa de Valores Regional à BOVESPA fortalece a parceria entre os patrocinadores do Prêmio Delmiro Gouveia e as redes de fundos de investimentos socialmente responsáveis, a exemplo do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial - lançado pela BOVESPA, com apoio técnico da Fundação Getúlio Vargas, cuja finalidade é demonstrar à sociedade e investidores a transparência chamada

investimento responsável, com base no conceito do *triple bottom line* (desempenhos social, econômico e ambiental) com forte ênfase em responsabilidade socioambiental.

É possível assinalarmos que o Prêmio é uma estratégia de incentivo ao fortalecimento dos desenvolvimentos econômico, social e ambiental no Estado, indutor de fundos sociais, mediante o investimento privado, similar às práticas já desenvolvidas por entidades financeiras na relação com os seus investidores, “fortalecendo a sustentabilidade nos negócios e criando iniciativas que valorizam a responsabilidade social e ambiental, ao mesmo tempo em que gera credibilidade no mercado de capital como parceiro do crescimento”[João Nogueira Batista, Suzano (SUSTENTABILIDADE...,2006, p.29)].

No entendimento dos realizadores, nas quatro edições do Prêmio, os primeiros lugares em suas diversas categorias vêm se renovando, pois 57 empresas diferentes já ganharam o troféu pelo menos uma vez. Dividido em três categorias principais, o Prêmio é concedido a até 30 empresas diferentes.

Para eles, a relevância que o Prêmio ganha no Ceará faz com que muitas empresas tenham mais empenho em concorrer. A preocupação não está centrada em provocar competitividade para ganhar o Prêmio, mas em fomentar a elaboração dos balanços, formando uma competência, aprimorando o trato em divulgar seus investimentos no social. Essa abordagem vem se afirmar no discurso do coordenador do Prêmio, ao se referir que a intenção das empresas é desenvolver um projeto para beneficiar a comunidade; a iniciativa de premiá-las ajuda a incentivar essas ações, conferindo, ainda, que desde o lançamento do Prêmio, em 2001, o número de concorrentes passou de menos de 180 para mais de 240 (PRÊMIO...,2005).

Em 2005, 300 empresas foram inscritas e enviaram seus dados e balanços sociais para análise. Entre as maiores empresas do Ceará, destacamos: Vicunha Têxtil S/A, Cia Energética do Ceará, M Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, Vulcabrás do Nordeste S/A, Norsa Refrigerantes Ltda, Empreendimento Pague Menos S/A e Grendene S/A.

Dentre as participantes, foram agraciadas 10 empresas como melhores em responsabilidade social, destacando-se dois grupos:

As melhores em desempenho social (faturamento acima de 60 milhões)		
Razão Social	Setor	Ramo
Viação Urbana Ltda	Serviço	Transportes
Empreendimentos Pague Menos S/A	Comércio	Varejista
Marisol Indústria Têxtil Ltda	Indústria	Confecção e têxteis
Norsa Refrigerantes Ltda	Indústria	Bebidas
Expresso Guanabara S/A	Serviço	Transportes

Fonte: PRÊMIO..., 2005.

As melhores em desempenho social (faturamento abaixo de 60 milhões)		
Razão Social	Setor	Ramo
Cia Eletrocerâmica do Nordeste - CELENE	Indústria	Eletroeletrônico
Avine Comercial e Avícola do Nordeste Ltda	Agroindústria	Alimentos
Jobeck do Brasil Indústria Têxtil S/A	Indústria	Têxteis
DWA Technology Importação e Exportação Ltda	Serviço	Comp/tecnologias
Micrel Benfio Têxtil Ltda	Indústria	Têxteis

Fonte: PRÊMIO..., 2005.

Conforme os critérios do Prêmio, percebemos que essas empresas são comprometidas com ações sociais voltadas para os públicos interno e externo, configurando o seu desenvolvimento empresarial com a promoção cidadã do bem-estar e qualidade de vida.

Para a sua classificação, consideramos indicadores que incluíram ações de iniciativa da empresa voltadas aos empregados e à comunidade, volume de investimentos sociais demonstrado, geração de empregos e números referentes aos percentuais de empregados negros e mulheres na empresa e em cargos de chefia, além da percentagem de portadores de deficiência física em atividade na empresa. Na área social, as empresas que enviaram a Demonstração do Valor Adicionado também receberam bônus.

O processo avaliativo do balanço social compreende todo o grupo de investimento em ações sociais desenvolvidas pela empresa no decorrer do exercício.

Vale destacarmos que, concorrem ao Prêmio Delmiro Gouveia, na categoria Desempenho Social, somente as empresas que promovem investimento financeiro para a sociedade como um todo e não as que apenas investem junto aos seus colaboradores. Além disso, segundo o coordenador do Prêmio, Manoel Salgueiro, foi avaliada a qualidade do impacto desses investimentos junto à comunidade, em termos de sua relevância e abrangência sociais.

Em 2005, a soma do investimento social realizado pelas 50 empresas que concorreram ao Prêmio, na categoria desempenho social, foi de duzentos e vinte oito milhões, oitocentos e cinco mil e quatrocentos e vinte e três reais, ocorrendo um acréscimo de 33% com relação ao investimento em 2004 (PRÊMIO.....2005).

Para a realização do trabalho de análise, voltada à identificação das melhores empresas cearenses em desempenho social pela Bolsa de Valores, foram consideradas as organizações que apresentaram seus balanços sociais dos anos de 2002 e 2003, levantados segundo modelo definido (anexo 01) divulgado pelo Prêmio Delmiro Gouveia.

Esses critérios adotados seguem características semelhantes aos modelos internacionais de incentivo às empresas, para conduzirem seus negócios numa dimensão socialmente responsável.

No modelo de balanço social, adotado pelo Prêmio Delmiro Gouveia, é possível visualizarmos semelhança aos princípios da norma AA1000 (*accountability 100 do ISEA- Institute of Social and Ethical accountability*) por definir as melhores práticas para prestação de contas e assegurar a qualidade da contabilidade e auditoria do investimento.

Os indicadores de sustentabilidade adotados estão em consonância com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) por mensurar indicadores internos de investimento com Meio Ambiente e Direitos Humanos. Os princípios GRI, em número de 11, estimulam conduta, transparência e prestação de contas. Teve sua primeira versão no ano 2000, com base na norma SA8000, que define regras voltadas para a melhoria das condições de trabalho e que, por conseguinte, incluem os padrões ISO 9000 e 14000 que

regulam os padrões do sistema a Gestão da Qualidade e estabelece normas ambientais a serem utilizadas no mundo inteiro. Nos últimos anos, a ISO 26.000 tem possibilidade de elevar o Brasil no discurso internacional de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade.

Registramos, ainda, no balanço social das empresas, em 2005, o fortalecimento dos compromissos com o Pacto Global e os Desafios do Milênio, o que nos leva a crer que o segmento empresarial está ampliando o seu compartilhamento no mercado internacional e, como tal, desenvolve esforços para dar uma “face humana” à globalização da economia.

Ainda com olhar apreciativo nos indicadores do Prêmio Delmiro Gouveia, a partir de indicadores, verificamos que também expressam semelhança aos modelos brasileiros, utilizados pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas – IBASE e Instituto ETHOS, os quais também estão fundamentados nos modelos internacionais.

Assim posto, entendemos que os modelos de balanço são ferramentas mensuráveis à gestão empresarial, que padronizam o perfil das empresas e suas responsabilidades nas dimensões social, econômica e ambiental, cujo tamanho de seu investimento financeiro pode avaliar com excelência, do ponto de vista da racionalidade, sua eficiência tangível; porém, com relação à efetividade desse investimento, para melhoria de vida ou transformação social, só é perceptível nas particularidades de sua subjetividade, ou seja, dos valores intangíveis, que vão além dos dados contábeis.

Encontramos essa sustentação em Boaventura Santos (1997), ao acentuar que a subjetividade envolve as idéias de auto-reflexividade e de auto-responsabilidade, a materialidade de um corpo e as particularidades potencialmente infinitas, que conferem o cunho próprio e único à personalidade.

Em síntese, essa subjetividade não se mostra por si só, mas pode ser potencializada na sintonia da inter-relação com a racionalidade como paradigma de análise.

3 PERFIL DAS EMPRESAS AGRACIADAS EM 2005 NA CATEGORIA DESEMPENHO SOCIAL QUE PARTICIPARAM DO PRESENTE ESTUDO

Nosso objetivo, neste capítulo, é apresentarmos o perfil das empresas selecionadas que servirão como paradigma para a análise dos dados qualitativos.

Para isso, adotamos as seguintes estratégias: a primeira foi relacionarmos as informações contidas nos suplementos do Jornal o POVO, publicados em 2004 e 2005, quando da divulgação do Prêmio Delmiro Gouveia, selecionando as informações e analisando os indicadores do investimento com os públicos interno e externo; segunda, juntamos as informações nos sites eletrônicos e dossiês do Prêmio Delmiro Gouveia e a terceira estratégia estabelecemos na primeira visita à empresa, quando conhecemos as instalações e entrevistamos os seus representantes. Em duas organizações, por motivos de tempo, os dados foram emitidos por escrito. Dentro do roteiro adotado para as entrevistas, formatamos o perfil a partir desse conjunto.

Na apresentação do perfil das empresas, a partir desse material, coube-nos, tão-somente, a organização dos dados disponibilizados, sem fazermos nenhuma intervenção. A atitude de análise deixamos para o capítulo seguinte, no qual procuramos entender a ação de responsabilidade social na dimensão da sustentabilidade para o público interno da empresa e para a comunidade.

Identificação da Empresa

Razão social: Viação Urbana Ltda
 Nome de fantasia: Via Urbana
 Localização: Fortaleza
 Ramo de atividade: transporte de passageiros rodoviário para o município urbano
 Tamanho: grande
 Procedência: união de capital cearense com capital de grupo carioca
 Data da fundação: 01/07/1996

Públicos Atendidos com RSE

Interno	Externo
Nº de empregados: 867	Comunidade: Associação dos Moradores do Bairro Caça e Pesca
Nº de terceirizados: não informado	Instituto Albanisa Sarasate Fundação da Criança da Cidade (FUMCI)

Fonte: informação da Empresa

Missão

Oferecer um transporte pontual e seguro que possibilite o estabelecimento de uma relação de confiabilidade com a comunidade, mantendo a qualidade do serviço e preservando o Meio Ambiente.

Visão de Futuro

A Viação Urbana tem como visão de futuro tornar-se a melhor empresa de transporte de passageiros na área urbana até 2006, utilizando como ferramenta a segurança de uma empresa sólida e organizada.

Histórico

A Viação Urbana Ltda foi instituída como filial da Autoviação Fortaleza e, posteriormente, em 01/11/1996, a partir de uma cisão, passou a operar em sua garagem já com o nome fantasia VIA URBANA. Atualmente, é considerada a maior operadora do Sistema Integrado de Transporte de Fortaleza.

A Via Urbana possui instalações modernas, com 50.000m² de área total, aproximadamente 3.000m² de área construída, destacando-se o pátio de manutenção com 9 valas para serviços corretivos e preventivos, pista de lavagem e um moderno processo de abastecimento e reciclagem de água.

Na rotina de trabalho, a Empresa prioriza seu padrão de atendimento. Os veículos, ao chegarem à garagem, vão para revisão, lavagem, polimento e abastecimento, enquanto seus 950 trabalhadores recebem treinamento em escolas de formação de motoristas e fiscais, visando a satisfazer os 2,7 milhões de passageiros/mês que se servem dos ônibus da Empresa. “Nosso diferencial é o atendimento ao usuário e a qualidade da frota. O sistema de Fortaleza é modelo para outras cidades; hoje, já recebemos mais elogios do que reclamações”, relata o Diretor Executivo (PRÊMIO.....2005).

Segundo o empresário, a Via Urbana está atenta aos anseios da comunidade onde atua, buscando sempre respeitar os direitos de todos os usuários, em especial as crianças, idosos, pessoas com necessidades especiais e gestantes. Para tanto, investe em treinamentos de seus trabalhadores, onde enfatiza os princípios éticos, também morais, no

tratamento aos usuários e colegas de trabalho, procurando prestar um serviço de qualidade.

No âmbito interno, realiza uma gestão voltada para o monitoramento de comportamento ético, por meio de reuniões com seus supervisores de linhas, que desenvolvem um trabalho mais direto com a comunidade, recebendo sugestões, que são analisadas e que servirão para futuras melhorias, como também a manutenção do serviço de SAC, mediante o qual usuários ligam para comunicar o comportamento dos trabalhadores na operação. Esse serviço tem o cuidado de informar as providências tomadas. A Direção, de posse dessas informações, efetua, juntamente com os setores de Recursos Humanos e Tráfego, as estratégias ideais para a solução e antecipação dos problemas, procurando agir de forma proativa (ENTREVISTA DIRETA, outubro, 2006).

Participação no Prêmio Delmiro Gouveia

A Empresa foi agraciada com o Prêmio em 2004, alcançando o primeiro lugar entre as de até 60 milhões e, em 2005, essa mesma posição entre as com faturamento maior do que 60 milhões de reais dividindo-se, pois, seu crescimento financeiro. Conforme o balanço social apresentado aos realizadores do Prêmio Delmiro Gouveia, a Via Urbana investiu 20,76 % do seu faturamento líquido em programas sociais na comunidade.

O investimento social da Empresa na comunidade centra-se, fundamentalmente, na preservação do Meio Ambiente, com foco no controle da poluição, redução de poluentes do ar, redução do uso do combustível, coleta seletiva de lixo e Educação Ambiental.

O investimento no público interno, segundo os indicadores divulgados pelo Prêmio, em 2005, foi de R\$ 4 milhões e meio, correspondente a uma média de um mil e oitocentos reais por empregado/ano. O salário médio da Empresa por empregado foi R\$ 1.400,00 reais; oferece 712 empregos diretos, compondo o seu quadro de empregados 28,58% de negros com 13% em cargos de chefia, e no seu corpo funcional empregou, em 2005, 4,71% de portadores de deficiência, somando, ainda, nos cargos de chefia, 50% de mulheres. O salário médio por empregado é de R\$ 1.139,87 (PRÊMIO.....2005).

Ações de responsabilidade social empresarial

Meio Ambiente

Desde sua fundação, a Empresa preocupa-se em manter o equilíbrio socioambiental, principalmente por estar instalada em uma área de preservação, tendo os seguintes projetos para esses fins.

Projetos	Públicos
Controle de emissões (fumaça dos veículos e aerossóis) Ações: revisão nos veículos para redução da emissão de gases (CO ₂), troca de filtro de ar, lonas de freio sem amianto, análise de recebimento do óleo Diesel.	Interno
Controle de ruído (veicular e ambiental das instalações) Ações: enclausuramento de máquinas, ajuste periódico da frota (manutenção programada).	Interno
Controle de emergências (Formação da Brigada de Incêndio) Ações: Treinamentos periódicos da Brigada.	Interno
Controle de média km/l Ações: monitoramento do consumo de combustível.	Interno
Controle de resíduos sólidos e líquidos Ações: recipiente próprio de polipropileno para armazenamento de óleo queimado, reciclagem de lixo, devolução de baterias para o fornecedor conforme CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), doação da sucata ferrosa e não-ferrosa, lixo contaminado com óleo para aterro sanitário tipo D.	Interno
Controle de efluentes e afluentes Ações: tratamento da água e reuso, tratamento de esgoto.	Interno
Controle da qualidade da água Ação: medição semanal do PH e análise bacteriológica semestral.	Interno
Conservação ambiental Ação: reflorestamento de uma área de 10000m ² , conserto de pavimentação das vias.	Interno
Controle do uso racional de energia elétrica Ação: contrato horosazonal verde e desperdício zero.	Interno
Medição de temperatura ambiental Ação: colocação de combogós nos setores da manutenção para aumentar a ventilação, melhorando o ambiente de trabalho.	Interno

Em 1997, a Empresa foi vencedora do Prêmio Cearense de Melhoria da Qualidade do Ar, segundo lugar, com o Projeto EconomizAR. O Prêmio foi entregue pela Federação das Empresas de Transporte Rodoviário do Estado do Ceará, Piauí e Maranhão (CEPIMAR), sendo considerado um reconhecimento pelo investimento que a Empresa vem fazendo em programas de melhoria da qualidade do ar e preservação do Meio Ambiente.

Em 2002, implantou o Projeto Recicla na Associação de Moradores do Bairro Caça e Pesca, em Fortaleza, tendo como objetivo para a Empresa melhorar a qualidade de vida da comunidade da barra do rio Cocó com a preservação ambiental e a reciclagem, possibilitando melhoria nas condições de limpeza da comunidade e geração de renda.

No âmbito interno, realiza um trabalho de conscientização relativo à preservação ambiental com materiais recicláveis, construindo, em seus espaços, um ponto de coleta seletiva, separando: plástico, papel, metal e vidro, onde é armazenado todo o material recolhido dos outros setores. Tem também coletores distribuídos pela Empresa com as denominações dos tipos de resíduos para serem coletados.

Segundo os depoimentos, a Empresa expressa a preocupação com o consumo excessivo de energia elétrica e, entendendo que o desperdício traz dificuldades para o desenvolvimento e crescimento do País, colabora, juntamente com todos os funcionários, no uso racional de energia elétrica. É realizado um trabalho permanente de conscientização e feita manutenção preventiva no balanceamento dos cabos de rede, a fim de evitar o desperdício.

Com relação ao uso do consumo da água, a Via Urbana conta com uma estação de tratamento de água, que viabiliza o reaproveitamento dos quase 10 mil litros utilizados diariamente na lavagem dos carros. Toda a água utilizada nos veículos é tratada e direcionada para o jardim e os coqueiros, evitando que a água da lavagem seja jogada na lagoa da Sapiranga, próxima à Empresa. Realiza, ainda, o armazenamento da água da chuva, para evitar o consumo de água encanada.

Em visita à Empresa, identificamos existência de uma ilha ecológica, onde é separado e selecionado o resíduo reciclável. Esse material é doado para o Projeto Recicla, com a finalidade de ser transformado em arte e utensílios domésticos.

Comunidades

Além das ações ambientais que representam a maior abrangência da ação de responsabilidade social da Empresa, apóia também as comunidades de formas diversificadas:

a) visitas das escolas - mensalmente, escolas públicas localizadas nestas comunidades são

convidadas a realizar uma visita à garagem da Empresa, onde acompanham todo o processo de manutenção dos veículos, assistem ao vídeo institucional e participam de um teatro educativo, visando a conscientizar as crianças na preservação do transporte coletivo em parceria com a ETUFOR. Ao final da visita, são distribuídos brindes e lanches;

b) visitas dos idosos - realizada uma vez ao ano, idosos de comunidades próximas onde a Via Urbana atua também participam de uma visita a sua sede, no intuito de promover a aproximação da empresa a fim de detectar necessidades específicas da terceira idade e orientar, por meio do teatro da ETUFOR, a correta utilização do transporte coletivo;

c) Natal Solidário - são campanhas realizadas anualmente, próximas ao período natalino, quando a empresa arrecada, por meio de seus trabalhadores, bem como na complementação de doações, alimentos não perecíveis, montando cestas básicas que são entregues a comunidades mais necessitadas assistidas pela Empresa. Distribui, também, brinquedos e balas para as crianças.

Entre as comunidades beneficiadas, destacamos: a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), Instituto do Câncer, Fundação da Criança da Cidade (FUNCI) e Associação de Moradores da barra do rio Cocó e do Caça e Pesca.

Trabalhadores

Além das atividades relacionadas ao Meio Ambiente, a empresa e sindicato da categoria compactuam em dissídio coletivo os direitos e as responsabilidades da Empresa e dos trabalhadores.

A educação continuada é realizada sistematicamente, em especial, no que se refere ao relacionamento com cliente e formação profissional para motoristas e trocadores.

Identificação da Empresa

Razão social: Micrel Benfio Têxtil Ltda.⁹

Nome de fantasia: Micrel Benfio

Localização: Maranguape-CE

Ramo de atividade: Indústria Têxtil

Tamanho: média

Procedência: Ceará

Data de Fundação: 1984

⁹ Os dados sobre a empresa Micrel Benfio Têxtil foram pesquisados em: Prêmio..., (2005) e relato da Empresa na ocasião das entrevistas.

Públicos Atendidos com RSE	
Interno	Externo
Nº de empregados: 149	Comunidade – escolas públicas
Nº de terceirizados: 28	

Fonte: informação da Empresa

Missão

Proporcionar auto-estima para lares e pessoas com artigo de qualidade, satisfazendo acionistas, trabalhadores e comunidade.

Visão de Futuro

Ser referência nos segmentos onde atua, com destaque para reconhecimento de suas marcas, admirada por sua integridade organizacional, excelência operacional e qualidade de seus produtos, com crescimento contínuo em bases financeiras sólidas.

Valores

- Compromisso com a ética e a honestidade;
- Compromisso com os resultados: responsabilidades social e ambiental;
- Tratar as pessoas com cordialidade e respeito;
- Interesse pelo conhecimento, desenvolvimento e criatividade;
- Incentivo ao trabalho de equipe, determinação, esforço e perseverança.

Histórico

A Micrel Benfio Têxtil Ltda é uma Empresa industrial com 22 anos no mercado, especializada na confecção de colchas de chenile (tecido aveludado) da marca “Trindade”, além de toalhas de banho e redes de dormir. Instalada em Maranguape e com atuação em todo o País, especialmente no Norte/Nordeste, regiões que absorvem cerca de 60% de sua produção, fechou 2004 com mais de 9,4 milhões em faturamento líquido, exibindo um patrimônio acima de 1,8 milhão e gerando mais de R\$ 2,2 milhões de impostos.

Participação no Prêmio Delmiro Gouveia

Em seu parque fabril de 46 mil m², desenvolve processos industriais que vão da tecelagem, felpagem, franjamento e tingimento até acabamentos diversos e embalagens. Em 2005, a Micrel começou a confeccionar também *jeans*, atividade que deverá se consolidar este ano, e expandiu seu mercado externo para a Europa e Mercosul por intermédio de uma rede de representantes comerciais autônomos. Com isso, a previsão, até o final de 2005, era faturar até R\$ 10,1 milhões, números embasados em uma estratégia de negócios voltada a expandir mercados e diversificar produtos, sem deixar de investir no bem-estar dos funcionários, de suas famílias e na comunidade (PRÊMIO....2005).

A inclusão da Empresa na categoria desempenho social do Prêmio, pelo segundo ano consecutivo, não é exatamente uma surpresa para a Micrel Benfio Têxtil. Relata o Diretor de *Marketing*:

Vimos o Prêmio como consequência dos esforços para continuar crescendo de forma saudável, comprometida com a segurança do Meio Ambiente, das pessoas e da comunidade, que realizamos porque acreditamos ser este o caminho, independentemente das exigências legais (PRÊMIO....2005).

A Empresa Micrel, entre as de até 60 milhões, foi classificada em 5º lugar com investimento social médio de R\$ 2.049.49 por empregado, correspondente a 3,69% em relação à receita líquida. O investimento com programas sociais na comunidade contabiliza 0,91% do faturamento líquido, incluindo, conforme os indicadores do Prêmio, 3,61% de portadores de deficiência, 75,30% de empregados negros com 14,80% em função de chefia e 57% de mulheres também com cargos de chefias. O salário médio por empregado é de R\$ 445,93.

Ações de responsabilidade social empresarial

Projeto	Público
Fundação Francisco Colares Com serviços clínicos, ginecológicos, odontológicos, psicológicos, reforço escolar, creche	Interno
Coleta Seletiva de Lixo – Eu Participo! Em parceria com escolas públicas, Prefeitura e SEMACE.	Externo

Escolinha de Ciclismo Pedalando para o Futuro

Essa ação está voltada para adolescentes, filhos de trabalhadores, pertencentes à comunidade no entorno da Empresa

Interno/
Externo

Constatamos que a Empresa prioriza e realiza amplo trabalho de preservação ambiental e coleta seletiva de lixo. Possui uma lagoa de estabilização que trata a água do riacho Pirapora e desenvolve ações de incentivo à coleta seletiva de lixo junto às escolas públicas e particulares localizadas no seu entorno, por meio de palestras e visitas com alunos. Essa foi uma realidade percebida nos documentos que analisam e nos discursos dos entrevistados.

Há 7 anos, a Empresa também é reconhecida por seu trabalho sistemático de preservação ambiental. Uma das ações é não-utilização de lenha, substituída pelo resultado da poda de árvores e cascas de castanha. Além disso, controla a emissão de gases poluentes, utilizando modernos filtros e lavadores de gases (EMPRESÁRIO).

Além de outros benefícios, como realiza diversas linhas de financiamento, em especial o da segurança e moradia, ajudando a promover reformas nas residências dos funcionários. Por ano, de acordo com seu Diretor, são investidos quase R\$ 200 mil por ano na área social para seus empregados, incluindo também a promoção de atividades sociais e recreativas.

Identificação da Empresa

Razão social: Celene Companhia Eletrocerâmica do Nordeste
 Nome de fantasia: Celene
 Localização: Distrito Industrial de Maracanaú - CE
 Ramo de atividade: Indústria Têxtil
 Tamanho: média
 Procedência: Ceará
 Data de fundação: 1967

Públicos Atendidos com RSE

Interno	Externo
Nº de empregados: 81	Comunidade: Fundação Perpétua Magalhães
Nº de terceirizados: não informado	

Fonte: informação da Empresa

Missão

Desenvolver e oferecer os melhores produtos e as melhores soluções em cerâmicas técnicas e industriais a fim de atender, com a devida competência, as demandas dos mercados interno e externo e elevar os padrões de vida, conhecimento e auto-estima de seus colaboradores.

Valores

Dedicação e comprometimento
Disponibilidade sempre
Melhoria contínua
Respeito a todos os que fazem a Empresa
Não temer dificuldade

Histórico

A Celene é considerada a primeira Empresa do mercado de porcelana elétrica e industrial no Nordeste do Brasil, com 39 nove anos de existência. A Companhia Eletrocerâmica do Nordeste se consolidou no mercado brasileiro como fornecedora, reconhecida pela qualidade de seus produtos.

Como Empresa mais antiga em operação no Distrito Industrial de Maracanaú, mescla desenvolvimento econômico e desempenho social, a partir do uso de matérias-primas minerais de origem local na fabricação de seus produtos, possuindo hoje 140 itens em seu portfólio nas linhas de “recheios” cerâmicos para torres de processamentos químico e petroquímico, isoladores de porcelana e materiais refratários a altas temperaturas.

Implantou em 1997, o Programa de Qualidade Total. Atenta à satisfação de seu público interno, promove, com o apoio do Comitê da Qualidade e de Produtividade, uma gestão participativa de capacitação funcional e valorização dos empregados, apresentando excelentes resultados, tais como: a redução do desperdício, aumento de produtividade, diminuição do número de acidentes de trabalho (PRÊMIO...2005).

A Empresa tem oito mil m² de área coberta, produção de 5 toneladas/dia e

faturamento de R\$ 6,5 milhões em 2004. Investiu, nos últimos anos, cerca de dois milhões em equipamentos e instalações no seu parque fabril.

No âmbito de sua gestão, por uma parceria com o SEBRAE, o Programa de Qualidade Total, o “D’Olho na qualidade”, baseado no Programa 5’S, constituiu ao longo dos anos, um diferencial para o crescimento da Empresa. Assim se refere o gestor entrevistado.

Nesse sentido, o Presidente relata que o crescimento, em 2005, registra 60% acima do faturamento de 2004, resultados que podem ser visualizados na expansão da empresa e no grande potencial para exportação.

Nosso produto é extremamente bem aceito e reconhecido pela qualidade no Brasil e no Exterior. Isso nos entusiasma a mantermos o padrão. Por outro lado, não encaramos a responsabilidade social como um negócio. Nosso trabalho está voltado à melhor formação da pessoa dentro da comunidade, o que tem dado resultados fabulosos (PRÊMIO..... 2005).

Ao final de 2005, foi premiada pelo Instituto Miguel Calmon de Estudos Sociais e Econômicos (IMIC) como “a maior e melhor Empresa do setor de minerais não metálicos do Estado do Ceará”. Nos anos de 1995, 1999, 2000, 2001 e 2003, também foi reconhecida pelo citado Instituto como a maior Empresa desse setor no Estado do Ceará (CELENE..., 2006).

Participação no Prêmio Delmiro Gouveia

A Empresa foi reconhecida, em 2005, pelo Prêmio Delmiro Gouveia e, a exemplo de 2003, ganhou o primeiro lugar na categoria “desenvolvimento social”. Em 2004, foi destaque no Estado nessa mesma categoria e, em 2002, foi reconhecida na categoria desempenho econômico-financeiro” entre as pequenas e médias empresas.

Queremos um crescimento vinculado à manutenção e aumento da política de relacionamento com os colaboradores. Temos certeza de que a satisfação não é só nossa; esse sentimento é comum entre eles. O Prêmio Delmiro Gouveia mostra isso, além de ser mais uma responsabilidade. É um reconhecimento pelo engajamento que traz investimentos, que atrai criatividade. Os resultados são impressionantes (PRÊMIO ...2005).

No que se refere aos indicadores divulgados pelo Prêmio em 2005, foi classificada entre as organizações de até 60 milhões com investimento social por empregado/ano, no valor de R\$ 2.809,81 que equivale a 6.05%, em relação à receita líquida e ao investimento com a comunidade e 4.47% com relação ao faturamento líquido no ano.

No que concerne à população considerada minoria, a Empresa emprega 2.78% e deles, 15% estão em funções de chefias, incluindo nestas 57% de mulheres. O salário médio da Empresa é de R\$ 535,78 por empregado.

Ação de responsabilidade social empresarial

Projeto	Público
Integração e participação dos empregados Reuniões do “Bom Dia”, “Café da Manhã”	Interno
Feliz da Vida	Interno
Funcionário Destaque	
Inovar	Interno
Formação de Supervisores	Interno
Cursos/ treinamentos promovidos e/ou custeados pela Empresa	Interno
Clube de Integração	Interno
Fundação Perpétua Magalhães - realiza trabalho socioeducacional com crianças e adolescentes com necessidades especiais	Externo
Doações para entidades que trabalham com coleta seletiva de lixo	Externo

O Presidente da Celene reafirma que as ações voltadas ao bem-estar do grupo refletem-se no desenvolvimento da Empresa e acentua:

Hoje apresentamos redução de desperdício, aumento de produtividade, diminuição de acidente. Garantimos a satisfação e a qualidade de vida do colaborador com bons planos de saúde, cursos de graduação e treinamento, programas de cestas básicas e participação nos resultados da empresa duas vezes por ano (PRÊMIO... 2005).

Identificação da Empresa

Razão social: Norsa Refrigerantes Ltda

Nome de fantasia: Norsa/Coca-Cola

Localização: Distrito Industrial Maracanaú-CE

Ramo de atividade: Indústria de Bebidas

Tamanho: Grande

Procedência: união entre as franqueadas da Coca-Cola nos Estados da Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Atualmente, a composição acionária da Empresa compreende a Coca-Cola Brasil

Data de Fundação: 1998

Públicos Atendidos com RSE	
Interno	Externo
Nº de empregados: 2.389	Comunidade – Fundação Luís Coelho
Nº de terceirizados: não informado	

Fonte: informação da Empresa

Histórico

A Norsa Refrigerantes Ltda é uma organização empresarial com a composição acionária de 48.62% da Coca Cola do Brasil, 40% do Grupo Jereissati e (11,38%)do grupo AC Aragão. Crescendo, por volta de 15% ao ano nos últimos três anos, alocou R\$ 3 milhões para ampliar a fábrica em Teresina-PI, uma de suas quatro unidades fabris - as demais estão em Fortaleza-CE, Simões Filho-BA e Vitória da Conquista-BA - e inaugurou nova linha de embalagens PET, com capacidade para 18 mil litros/hora.

Em 2004, com um patrimônio líquido de cerca de R\$ 90 milhões, a Norsa/Coca-Cola pagou cerca de R\$ 250 milhões em impostos. Em outubro do ano passado, registrou um recorde de *market share* no volume de refrigerantes – 53% - a maior participação desde a sua fundação em 1998. A meta para 2005 incluía melhorar a relação com seus 125 mil pontos de venda e distribuidores autônomos, peças-chave na sua estratégia comercial. Até o fim de 2005, previa investir em relação aos distribuidores mais de R\$ 9 milhões em ações de *marketing e merchandising*. O objetivo foi consolidar sua participação nas cidades do interior e local onde não possui distribuição própria. Para isso, em 2006, deve investir R\$ 40 milhões que, comparados aos R\$ 32 milhões planejados até o final de 2005, representam 25% a mais para essa área, direcionando, ainda, recursos para promover estratégias de mercado, como o relançamento das embalagens de vidro retornáveis. A Empresa ampliou seu mix de embalagens e o portfólio dos produtos que a fábrica distribui, como: composto de refrigerantes, águas, sucos, chás e energético. Com isso, a venda de garrafas retornáveis de Coca-Cola 200 ml cresceu 100%.

Participação no Prêmio Delmiro Gouveia

A Empresa foi classificada, em 2005, em duas categorias, a primeira ficou em 8º lugar entre as maiores em “desempenho econômico” e a segunda, em 4º lugar em “desempenho social”, divulgando no seu balanço social um investimento social médio por empregado de 3,20% com relação à receita líquida. A representatividade dos tributos gerados foi de 25,19%, com relação ao faturamento líquido. O investimento com programas sociais para a comunidade foi de 0,21% com relação ao faturamento líquido.

A Empresa ofereceu 145 empregos em relação ao ano anterior. No que se refere ao item minorias, a Empresa emprega 26,41% de negros e apenas 6% em encargos de chefias, não tendo sido contabilizada a existência de mulheres no seu quadro de empregados (PRÊMIO...2005).

Ganhar o Prêmio em duas categorias significa que, além de vencedores no segmento de bebidas, somos também uma Empresa cidadã, pois nossa responsabilidade social começa muito antes da participação da Empresa em projetos sociais, pagando impostos, gerando empregos, desenvolvendo pessoas, vendendo produtos de qualidade e não agredindo o Meio Ambiente”, afirma o Gerente de Controladoria da Norsa/Coca-Cola (PRÊMIO..... 2005).

Ação de responsabilidade social empresarial

Projeto	
Prato Popular Em parceria com a Fundação Luís Coelho, fornece 300 refeições para comunidades no entorno da Empresa.	Externo
Patrocina eventos ligados à cultura e lazer nas regiões onde atua, entre eles, o Ceará Music, Cine Ceará, Fortal.	Externo
Público interno não foi informado	

O Prato Popular é um projeto da Norsa em parceria com uma ONG e o Serviço Social da Indústria (SESI) que oferece refeições ao preço de R\$ 1,00 para a população no Município de Maracanaú-CE. Inaugurado em julho de 2004, o restaurante serve 300 refeições por dia, cerca de seis mil pratos por mês.

Segundo informação da Presidente da Fundação, o projeto Prato Popular garante aos usuários um cardápio balanceado e nutritivo com feijão, arroz, carne, salada e

refrigerante, totalizando 1.500 calorias e 120 gramas de proteína. O restaurante funciona de segunda a sexta-feira, das 11h às 14h.

Os demais dados da Empresa não foram registrados, haja vista que a Empresa só nos autorizou entrevistar o segmento da comunidade.

Nossa análise dos dados apresentados está inserida no capítulo a seguir, no qual os discursos e as práticas fazem um movimento dialético em torno da realidade empresarial e, numa relação que intercambiam o econômico, o social e o ambiental, tendo como pretensão a aprendizagem e conhecimento da complexidade da realidade em torno do tema pesquisado.

4 OS MISTÉRIOS DOS BILROS E AS PRIMEIRAS FORMAS DO LABIRINTO¹⁰: PARA COMPREENDER A PRÁXIS DA RSE

Interagirmos nas entrelinhas dos significados da RSE e sustentabilidade representa, no campo simbólico, compreendermos o movimento dos bilros nos movimentos das mãos habilidosas das rendeiras ao tecerem cada malha de um complexo labirinto, entendendo cada ponto que constrói a interseção que dá significado ao produto final.

Perseguindo essa metáfora do “tecer” como a mais próxima aventura a que nos propomos, devemos considerar que são os movimentos dos bilros que guardam os mistérios artesanais da tecelagem sobre a almofada, fazendo surgir o desenho do labirinto. A pesquisa, como um dia lembrou Bourdieu, é trabalho de artesã.

Foi com a força dessa metáfora que, como pesquisadores, penetramos o espaço fabril, com passos lentos e atenção aguçada na tentativa de deciframos cada fala, gestos, atitudes, saberes, percepções e realidades, visando buscar um sentido para as hipóteses e indagações que movem a realização desta pesquisa.

A entrevista foi a porta de entrada para movimentar os bilros e sinalizar, na polifonia dos discursos, seus reflexos nas práticas de responsabilidade social a serem expressas pelos atores sociais no universo de quatro empresas, na categoria de público interno, dois empresários, dois representantes dos empresários e seis trabalhadores. Esses entrevistados foram sete mulheres e três homens, todos eles com média de tempo nas empresas de cinco a dez anos.

Na categoria de público externo, os representantes das organizações, com expressão da intermediação entre as empresas e as comunidades envolvidas nos programas ou ação de RSE, formam o segmento mais expressivo de informantes: um representante do setor público, dois representantes de fundações empresariais, um representante de ONG, além da realização de três grupos focais com quinze beneficiários, compondo-se de alunos, professores e integrantes de coleta seletiva de lixo. Desse universo, dez foram mulheres e cinco homens, perfazendo um total, entre os dois públicos, de vinte e sete

10 Labirinto é considerado neste estudo como peça a ser tecida.

pessoas envolvidas com a responsabilidade social empresarial, com maior concentração no sexo feminino, os quais serão categorizados como: empresário, trabalhador e representante da comunidade.

Considerando a finalidade e os objetivos da pesquisa, não analisamos os dados qualitativos por empresas, embora haja possibilidade de relacioná-los nos perfis das empresas contidos nas páginas anteriores.

Encontramos, nos referenciais teóricos, fabulosas sinalizações para compreendermos as concepções das categorias “responsabilidade social” e “sustentabilidade”; percebemos o tear dos significados, as conexões entre as percepções dos empresários, trabalhadores, representantes das comunidades e formulamos a primeira indagação: o que você entende por responsabilidade social empresarial e sustentabilidade?

Antecipamos a informação de que, dentre as principais representações sobre RSE e sustentabilidade, aspectos afeitos à filantropia, expressos sobre diferentes formas, foram recorrentes nos discursos dos sujeitos investigados, mesmo quando, em alguns casos, o início de formulações indicassem dimensões retóricas no sentido inverso, principalmente entre empresários e seus representantes numa relação “feminina de cuidado” que coincidia ou não, encontrada nas mulheres responsáveis pela ação de responsabilidade social, tanto nas empresas como na comunidade, estando os homens mais envolvidos com as ações de Meio Ambiente.

Apesar de mediação por ações práticas, nossa percepção é que os conceitos de RSE e sustentabilidade nas representações dos informantes, aparecem como algo abstrato, percebidos como filosofia, cultura, valores, compromisso que, recorrentemente, voltam ao conceito de filantropia e, quando avançam, o fazem no sentido de negócio, ou seja, de contribuição para a produtividade, para o lucro, mesmo quando se relacionam à qualidade de vida. Essa dupla identidade, em conceber a RSE como necessária ao processo produtivo e às necessidades humanas, é muito presente nos discursos.

Entendemos que ter um programa sólido e eficiente de responsabilidade social também nos ajudará em nosso desenvolvimento econômico e melhorará nossa competitividade (EMPRESÁRIO).

Responsabilidade social é como algo permanente, podendo ser utilizado de forma constante para melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e da comunidade de uma maneira geral (EMPRESÁRIO).

RSE é como uma filosofia da empresa, faz parte da cultura da empresa, estamos atendendo aquela comunidade porque estamos vendo os resultados perante o público envolvido, estamos mais preocupado com retorno, com a sustentabilidade (EMPRESÁRIO).

..... Portanto, responsabilidade social para nós é mais que assistencialismo é gestão estratégica (EMPRESÁRIO).

RSE não é um marketing para nós. Participa do Prêmio porque são convidados. Mas não utiliza como *marketing* não faz propaganda (EMPRESÁRIO).

Participação da empresa é essa, de repassar lucro e benefício (TRABALHADOR).

Parceria com as prefeituras municipais e escolas públicas e rede particular de ensino, SEMACE, ONG, fundações na realização de ações de educação ambiental e coleta seletiva (TRABALHADORA).

RSE com sustentabilidade é o papel da empresa em possibilitar o emprego, o que ela paga de impostos nos repasses dos lucros, se a empresa vai bem na produtividade do que ela produz, ela está beneficiando a sociedade (TRABALHADORA).

Repassar curso, manter funcionário dentro do papel social, possibilitando conhecimento dentro e fora da empresa (TRABALHADORA).

Minha opinião sobre RS na empresa é que ela se preocupa com o outro. Isso é deles mesmo, se preocupar com o social (TRABALHADORA).

Responsabilidade com a sociedade, aquilo que pertence a todos (TRABALHADORA).

RSE e sustentabilidade, ver sobre todos os aspectos, questão econômica, a questão social e a ambiental; na hora que você incentiva a RSE ela está focada nesse tripé. Ela está vendo a questão social interna às condições de trabalho dentro das empresas, a qualidade do trabalho, investir no novo funcionário, buscando produtividade, buscando a capacidade e a qualificação da mão de obra, realizando trabalho de ocupação ambiental dentro da própria empresa, mostrando ao funcionário o uso adequado dos produtos naturais (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Para os entrevistados, a RSE e a sustentabilidade constituem um processo, um valor ou o papel da empresa em proporcionar qualidade de vida, possibilitar emprego, pagar impostos, beneficiar a sociedade, gerar produtividade e lucro e repassar benefícios, assumir compromisso com o Meio Ambiente, com o social, o econômico e a comunidade.

Em síntese, os entrevistados concebem a RSE na efetivação do comprometimento empresarial em três dimensões – econômica, social e ambiental - porém os discursos sinalizam uma estreita aproximação do ambiental com a concepção de sustentabilidade, sem descaracterizar a importância da qualidade de vida e da produtividade.

A preocupação com a questão ambiental é um compromisso que a empresa, que contribui com essa comunidade, leva a sério; a gente ver isso. Mas entendo que dar para avançar muito mais, especialmente, quando é uma empresa que tem uma concessão pública, como as empresa de transporte público. Elas têm seus veículos depredados, assaltados pela população socialmente excluída. É daí que gera o problema. Então, uma forma de amenizar esse problema é uma contrapartida real mesmo, bem capitalista, a empresa é assaltada pela população que dá lucro. A comunidade que ela transporta é a mesma que depreda, que assalta uma via dupla; as empresas precisam acordar para isso. Logicamente que elas não podem substituir o papel do Estado mas elas se beneficiam desse caos social, dessa falta de participação total do Estado, do lucro, pois ela faz o transporte dos trabalhadores e são eles que dão lucro para elas; portanto, as empresas têm que ter essa preocupação de fato (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

RSE, na dimensão da sustentabilidade, pelo menos que eu vejo aqui na Empresa, eles preocupam com o Meio Ambiente (TRABALHADORA).

A sustentabilidade ocorre formando multiplicadores para atuar dentro das escolas, objetivando alterar essas atitudes da geração passada. Com compromisso com as gerações futuras, nesse sentido, a empresa começa a fazer uma grande responsabilidade social, com a sustentabilidade ambiental, com água potável, com ar puro, na qual eu incluo a minha responsabilidade e a responsabilidade da empresa (EMPRESÁRIO).

Sobre RSE entendo que toda e qualquer empresa, empresário e todo gerente têm que ter cuidado com a natureza, faz parte de nossa vida. Degradar e acabar com Meio Ambiente estou acabando com a minha própria geração, os próximos netos etc. Então isso é eminente, acho que todos estão preocupados com o bem estar. O bem-estar é que vai fazer a diferença no futuro, essa é a minha concepção (TRABALHADOR).

RSE, na dimensão da sustentabilidade, para mim, é você está colaborando para o crescimento da comunidade (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

O compromisso social dos empresários, hoje, é, sem dúvida, muito maior do que há alguns anos atrás. Isto porque perceberam que o papel de agente modificador da sociedade não pertence somente ao governo. Todos são responsáveis pelas mudanças que ocorrem na sociedade, pois as inter-relações existentes, entre a empresa e os vários elementos de nosso ambiente, nos mostram a grande dimensão de nossa responsabilidade social. (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Não percebemos a sociedade apenas como um mercado consumidor, mas como um conjunto de cidadãos a quem devemos respeito e do qual fazemos parte (EMPRESÁRIO).

Compreendermos esses discursos sobre a concepção de responsabilidade social empresarial, não é tarefa simples, em decorrência dos diversos aspectos, de sua abrangência e seu entendimento nos âmbitos da racionalidade e da subjetividade humanas. A concepção de sustentabilidade tem uma característica que a torna singular na fala dos informantes: o compromisso com a qualidade de vida, com as futuras gerações, mediante os cuidados com sustentabilidade ambiental, com a água potável, com o ar puro. Ao mesmo tempo que enfocam um conjunto de fatores necessários ao comprometimento da empresa para com o trabalhador e a sociedade

Os teóricos, que estudamos, possibilitaram-nos um caminho para reflexão a respeito desse conceito; entretanto, o que nos instigou foi a riqueza do diálogo, ensejado com os atores sociais que vivenciam as relações complexas do antagonismo e da hegemonia constituídos na reprodução social da vida e do trabalho.

Durante as entrevistas, com o público interno, verificamos uma sintonia entre o discurso dos empresários e dos trabalhadores, tanto de concepção das categorias como em deixar fluir a intenção humanista concebida como qualidade de vida para os trabalhadores e a qualidade do trabalho na dimensão da empresa. A categoria 'qualidade no trabalho' mostrou ser um elemento importante na convivência diária das empresas e um fator que mobiliza, produz força e compromissos comuns em função do produto e da vida, emergindo a sintonia entre a produção e o trabalho, ressignificando as contradições, fortalecendo a auto-estima, a aproximação das relações, originando responsabilidades compartilhadas, cujas lógicas são a sustentabilidade dos negócios e as necessidades básicas para o trabalho em si e para si.

Nesse sentido, nosso sentimento é de que à medida que o diálogo se efetiva com naturalidade, a expressão das representações sociais configuram-se nos discursos, ao mesmo tempo que consolida as concepções de seus significados e lógicas.

Há capacidade de sugerir e de propor melhorar a qualidade dentro da fábrica. Nós temos exemplo de sugestões de idéias para melhoria, tudo isso é o

intelectual, o intelecto do colaborador que é sempre aguçado para propor melhoria para o trabalho que é revestido em maior produtividade, do lado da empresa, e também dando uma maior segurança do lado pessoal, é o que a empresa procura passar para ele (EMPRESÁRIO).

Outro discurso, que também representa os sentimentos de outros, indica na mesma direção, validando a qualidade no trabalho como princípio de regulação das empresas. Essa conexão permitiu-nos, logo na primeira indagação, visualizarmos a partilha dos ganhos proporcionados pelos programas de qualidade com característica básica para desenvolver o processo produtivo e as práticas da responsabilidade social, cuja singularidade é o reconhecimento de melhorias e de partilha de responsabilidades, para a produtividade e para o trabalhador.

Com a implantação do Programa da Qualidade, as melhorias ocorreram em todas as dimensões na estrutura da fábrica desde as janelas aos banheiros, o ambiente, o mobiliários, forros, máquinas foram automatizadas, o processo produtivo reestruturado, tornando o trabalho mais leve, o produto teve maior qualidade, trouxe os investimentos em treinamentos, os benefícios foram redefinidos. Tudo isso, são melhorias para o trabalhador e para a produtividade da empresa (TRABALHADORA).

Notamos neste outro depoimento a reafirmação da intrínseca relação da concepção de responsabilidade social com os programas de qualidade no âmbito interno das empresas:

Podemos dizer que uma data que a gente poderia ter como referência da responsabilidade social, foi a partir da introdução do controle de qualidade na empresa, onde nós criamos um comitê da qualidade, isso foi em 1997. Esse Comitê passou a vivenciar todas as ações, tanto com relação às áreas de qualidade, como melhoria do ambiente, como melhoria dos processos, como qualidade de trabalho e também com programas de assistência, acompanhamento e melhoria das condições de trabalho e de vida dos nossos colaboradores e a partir daí confere que ações foram incrementadas e formalizadas (EMPRESÁRIO).

Considerando, ainda, a importância do aprofundamento do espaço singular, que ocupa a RSE nas representações dos entrevistados, observamos no público interno expressões de satisfações, sonhos conquistados, histórias de vida, exemplos de fatos reais e de sentimentos de conquistas, tanto na relação com a empresa como na vida pessoal. Essa singularidade de reconhecimento com o outro, de acordo com Buber (1977), manifesta-se

no progressivo crescimento do mundo.

Nossa preocupação principal é com os nossos colaboradores e sempre tentar melhorar as condições de vida de educação, de segurança deles. Então, dentro desse contexto, nós vamos oferecer a eles (colaboradores) os benefícios que promovam esse nosso intuito. Então é dentro dessa questão que nós valorizamos, mas também é altamente valorizado por eles (EMPRESÁRIO).

Acho que RS dentro da empresa é buscar a solução para aquilo que é negócio da empresa, procurando cumprir além da missão fazer algo mais que está ajudando as pessoas de alguma maneira (TRABALHADORA).

No âmbito da comunidade, ao serem indagados sobre a concepção do tema, em sua maioria, os informantes não emitiram formulações conceituais sobre responsabilidade social, buscando como caminho tático as explicitações nas suas próprias vivências:

É uma forma de ajudar a comunidade, principalmente porque a empresa hoje em dia está no patamar que se encontra porque existem pessoas que consomem o seu produto, então é uma forma de retribuir, fazendo projetos para pessoas que realmente necessitam (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Essa cultura de responsabilidade social, muito antes de pensar esse conceito novo, hoje, divulgado pela TV, antigamente se conhecia como filantropia. Esse pensamento de RS foi divulgado pela mídia. E já se praticava como filantropia e assistência há 25 anos (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Concepção que eu tenho RSE primeiro ela está chegando muito tarde, precisou de séculos e séculos para as pessoas entenderem que sem esse compromisso a gente está criando uma verdadeira bomba relógio, as empresas, que não se preocupam com o social, estão dando um tiro no pé. Basta ver a situação dos seus funcionários, eles são pessoas que trabalham, vêm de uma classe proletária; tendo oportunidade de trabalho, podem resgatar e incluir sua cidadania, melhorar sua auto-estima. Mas se a empresa não olhar no entorno disso, a gente vai está criando pequenas ilhas, micro ilhas no meio da sociedade. A RSE vai além do quadro de funcionário; é preciso levar essa visão nova para a comunidade, principalmente aquelas onde seus funcionários trabalham; é uma forma de dar retorno à sociedade. As empresas, quase todas, chegam aqui no Estado através de incentivos fiscais; são recursos públicos disponibilizados para que elas sejam implantadas em determinados locais. E o mínimo que elas devem fazer é contribuir para diminuir essa desigualdade. Esse é um registro que eu queria fazer (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

A RSE se caracteriza pelo papel do compromisso com a sociedade. Aqui a população de Maracanaú é de baixa renda. O restaurante foi de grande importância, atende 02 bairros de fácil acesso, principalmente os idosos e os que trabalham na informalidade (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Observamos que os discursos apresentados sinalizam, por um ângulo, pensar a

responsabilidade social na relação dialógica como possibilidade humana de acesso ao ser. Esse princípio dialógico está estabelecido sobre o primado do outro e contempla o suporte relacional em reconhecer o valor do outro, cuja palavra é intermediadora do pensar que se instaura na realidade.

Recorrendo ao pensamento buberiano, vimos que a RSE requer a efetiva presença de uma rede de relações dialogais responsáveis, eticamente, com a presença do homem no mundo. A partir desses postulados, é possível pensá-la na rede de relações dialogais. Por outro ângulo, Friedman(1997) considera a maximização do lucro como definidor de bem-estar, do incremento da produtividade. O reconhecimento da dupla face da responsabilidade social, expresso nos discursos, reflete o pensamento de Abrahamson (1995) na perspectiva do *Welfare Plurams*, visualizando as conseqüências das relações entre mercado, Estado e sociedade civil, nas quais, diferentes meios - dinheiro, poder e solidariedade - indicam as lógicas entre o lucro e a ética.

A complexidade na concepção nas formulações de todos os informantes está, de certa forma, sinalizando a compreensão, ainda confusa, sobre o tema, sem perder de vista a lógica do capital. Mesmo no âmbito da comunidade, fora das amarras do espaço fabril, ao indagarmos sobre o tema, além do universo das questões formuladas, identificamos o fato de que os representantes das organizações comunitárias desconhecem o dia-a-dia das empresas e suas práticas internas de responsabilidade social. Eles se caracterizavam como parceiros da empresa para um determinado objetivo social, porém não estavam articulados com o cotidiano das empresas, embora demonstrem estarem atentos às atitudes empresariais.

As empresas podem estar montando, nas suas estruturas, parques de iniciativas com discurso ambiental, mas, de fato, é puramente capitalista, visando lucro. Muitas vezes, as empresa que estão ou dizem estar comprometidas em gerar renda com a reciclagem, numa semana ela doa, na outra, ela vende. São empresas que têm um volume enorme de lucro e, literalmente para eles, isso é lixo, mas, não se contentam, retiram uma micharia, uma migalha de lucro em cima disso, quando poderia estar colaborando, dando um salto muito maior, beneficiando um maior número de família da morte lenta da fome. mas a visão é capitalista mesmo, não permite essa percepção (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Esse fato trouxe-nos, logo no início de nossa penetração do campo empírico, a

possibilidade de verificarmos que esse público constitui o “fiel da balança” diante das perguntas de partida, como sinalizamos nos caminhos metodológicos, todavia, percebemos que essa concepção crítica não se fez presente no entendimento da maioria dos representantes da comunidade.

A constatação de que não há interação dialogal ou mesmo de interferência gerencial ou de avaliação da empresa sobre as ações que financia, torna claro para nós que a empresa não tem preocupação em avaliar os impactos e os significados da contribuição empresarial, do ponto de vista qualitativo. Isso nos leva a acreditarmos que os balanços sociais por si só a credenciam na relação de empresas socialmente responsáveis. Os balanços sociais, exigidos como instrumentos de premiações, estão representados nos valores contábeis referentes às doações filantrópicas e aos investimentos sociais para os públicos interno e externo.

Essa possibilidade assistencialista está contemplada nas hipóteses desta pesquisa. O que ora investigamos são fatores favorecedores de melhoria nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, sejam elas filantrópicas ou não e, por conseguinte, serão objeto de análise no capítulo posterior.

4.1 A polifonia dos discursos – nos arranjos conceituais da RSE

Compreendermos a polifonia dos discursos sobre RSE, a partir das manifestações epistemológicas teóricas e práticas, é a base para apreendermos juízos de valores indicados pelos empresários como prioridades que levam organizações corporativas a investirem na prática da responsabilidade social.

Com esse propósito, partimos para a segunda indagação: o que leva a empresa a investir em responsabilidade social?

O ponto de partida foi construirmos uma matriz de indicadores para refletirmos, do ponto de vista da racionalidade, obviamente fundamentados nos elementos evidenciados nos fundamentos teóricos contidos na literatura dos autores que subsidiam a análise deste estudo, concebendo a RSE na dimensão da sustentabilidade em três eixos: econômico, social e ambiental.

As prioridades, contidas na matriz representada nos quadros seguintes, foram

classificadas pelos empresários antes do início da pesquisa qualitativa, seguindo uma escala de prioridade de 1 a 5, entendendo o 1 a prioridade máxima, para facilitar a contextualização do universo pesquisado.

O quadro N° 01 remete-nos a uma reflexão fecunda para deciframos os significados a partir da racionalidade classificatória como prioritária no fortalecimento da economia. Para tanto, buscamos as explicações nos argumentos de Boaventura Santos (1997) ao referir que, no campo da regulação, as transformações são “profundas e vertiginosas”. O princípio do mercado ultrapassou fronteiras, tanto que extravasou o econômico e procurou agregar tanto o social, como o ambiental além de seus muros, fortalecendo vínculos com a comunidade, consolidando assim, as redes de proteção ao capital globalizado.

Quadro 1
Matriz de Indicadores de Prioridades

Dimensão Econômica				
01	02	03	04	05
Cumprir obrigações legais e tributárias. Gerar emprego e bens de serviços. Agregar valor à imagem. Estabelecer relações de confiança com consumidor. Estabelecer diálogo com as partes interessadas. Compartilhar acordos internacionais, pactos globais, Meta do Milênio. Estabelecer parcerias com o governo. Buscar certificações. Conciliar eficiência econômica, proteção ambiental e prática social. Estabelecer diálogo com as partes interessadas.	Buscar produtividade. Cumprir obrigações legais. Buscar certificações. Ser competitiva.	Buscar produtividade. Gerar emprego e bens de serviço. Agregar valor à imagem da empresa. Ser competitiva. Compartilhar acordos internacionais, pactos globais. Estabelecer diálogo com as partes interessadas.	Cumprir obrigações legais. Estabelecer parcerias com o governo.	Compartilhar acordos internacionais, pactos globais. Buscar produtividade. Buscar certificações.

Fonte: pesquisa direta com empresários.

Ao compararmos os níveis de prioridades por indicadores, na dimensão econômica, quadro 01, percebemos que cumprir as obrigações legais e tributárias, compartilhar com acordos internacionais, pactos globais, Meta do Milênio, buscar certificações estão alicerçados nos reposicionamentos das empresas nos patamares do

mercado mundial. Tais prioridades estão representadas na visão clássica dos economistas liberais representados por Friedman(1997), ao considerar o lucro como valor definidor de bem-estar, pelo cumprimento das leis e pagamentos dos impostos, se afirmando, ainda nos discursos dos empresários contemporâneos, dos cearenses como Amarílio Macedo e Jorge Parente, expressos nas concepções teóricas no capítulo 01 deste estudo.

A partir dessas concepções, sinalizadas nos fragmentos dos discursos empresariais em torno da RSE, verificamos que a ética e o lucro são os dois fatores que se intercambiam nas relações empresariais do Ceará, incluindo as condições de vida no Planeta, pela atenção dada ao Meio Ambiente e à comunidade, agregando valor a imagem da empresa.

Na matriz os indicadores, reforçamos essa constatação. Ao analisarmos os indicadores sociais, de melhorias de vida para o público interno, é possível observarmos que eles se inter-relacionam com o econômico, a comunidade e o ambiental, o que nos faz perceber a existência da polifonia do processo produtivo em harmonia com as necessidades dos trabalhadores, que tomamos a liberdade de conceituar como uma combinação ampliada de proteção produtiva, a qual justifica razões que levam as empresas a investirem nas questões sociais e ambientais na interface com o econômico, postas no quadro 02 a seguir.

Quadro 2
Matriz de Indicadores de Prioridades

Dimensão Social - Público Interno				
01	02	03	04	05
Priorizar a gestão participativa. Estabelecer rede dialogal entre os empregados com ética e transparência. Comprometer-se com o desenvolvimento educacional e profissional. Cuidar da saúde, segurança e condição de trabalho. Adotar política de remuneração e benefício. Participar dos lucros. Adotar uma política de preservação ambiental.	Adotar política de remuneração, benefício e carreira. Adotar política de atendimento à família. Priorizar a gestão participativa. Desenvolver entretenimento, cultura e lazer. Adotar uma política de preservação ambiental.	Priorizar a gestão participativa. Adotar política de atendimento à família. Desenvolver entretenimento, cultura e lazer. Comprometer-se com o desenvolvimento educacional e profissional. Adotar política de remuneração e benefício. Estabelecer rede dialogal entre os empregados com ética e transparência.	Participar dos lucros. Desenvolver entretenimento, cultura e lazer.	

Fonte: pesquisa direta com empresários

Ao analisarmos o quadro 02, verificamos a frequência dos indicadores sociais que se repetem como prioridades para as empresas, destacando-se, *a priori*, adotar uma gestão participativa, o que representa uma nova arquitetura de governança corporativa, adotando práticas de responsabilidade social nos negócios, o que Ashley (2002) assinala como forma de exercitar juízo de valor no cuidado com a humanidade.

Esse reconhecimento da iniciativa privada em adotar novos paradigmas de desenvolvimento econômico, interagindo socialmente com novas formas de governabilidade ao proporcionar uma gestão participativa, estabelecendo uma rede dialogal entre os empregados com ética e transparência, são valores que, ainda de forma combinada, compõem o aprendizado corporativo de desenvolvimento educacional e profissional do público interno e são também visualizados na missão das empresas.

Ainda buscando entender a lógica e os significados da RSE, encontramos, no quadro 03, a estruturação de práticas sociais dos empresários, tecendo novas relações de regulação, assumindo formas combinadas, abrindo perspectivas quase infinitas à reprodução alargada do capital além de seus muros, enfocando nos princípios: solidariedade, ética, honestidade, direitos humanos, sustentabilidade, criatividade; incentivo ao trabalho de equipe, determinação, esforço e perseverança, combate à desigualdade e inclusão ao construir responsabilidade compartilhada. Procuramos novamente nos ancorar nos referenciais teóricos, recorrendo a Boaventura Santos (1997) e, à luz de seus fundamentos, refletirmos sobre os indicadores da responsabilidade social empresarial e sustentabilidade na dimensão das comunidades, considerando que, para o referido autor, o crescimento explosivo do mercado mundial criou mecanismo para tornar possível contornar, se não mesmo neutralizar, os conflitos entre o capital e o trabalho. Esses mecanismos corporativos enfraquecem as contradições de classe, a luta por direitos, a busca de uma política emancipatória advogada por Boaventura Santos (1997), no sentido de que a política emancipatória tem que estar vinculada à política da vida ou a uma política de auto-realização.

Quadro 3
Matriz de Indicadores de Prioridades

Dimensão Social - Comunidade				
01	02	03	04	05
Financiar projetos que favoreçam a aprendizagem, a inclusão e a autonomia. Contribuir com estratégias de sustentabilidade da comunidade. Ampliar as redes de relações da empresa e empregados com a comunidade. Colaborar no combate à desigualdade social. Favorecer as iniciativas referentes aos direitos humanos e à solidariedade.		Colaborar no combate à desigualdade social. Favorecer as iniciativas referentes aos direitos humanos e à solidariedade.	Financiar projetos que favoreçam a aprendizagem, a inclusão e a autonomia. Favorecer as iniciativas referentes aos direitos humanos e à solidariedade. Contribuir com estratégias de sustentabilidade da comunidade.	Colaborar no combate à desigualdade social.. Financiar projetos que favoreçam a aprendizagem a inclusão e a autonomia. Ampliar as redes de relações da empresa e empregados com a comunidade.

Fonte: pesquisa direta com empresários.

Somando essa lógica aos desafios dos perfis da Modernidade, é possível reconhecermos os discursos e as práticas sinalizadas nessa indagação, ao mesmo tempo que reconhecemos o reposicionamento das empresas em uma outra lógica que vai além do lucro, formalizando compromisso com a comunidade. Uma indicação nesse sentido são as empresas que priorizam, no item 01, quadro 03, financiar projetos sociais que favoreçam a aprendizagem, a inclusão e a autonomia, como fator de sustentabilidade ao longo da vida, comprometendo-se a colaborar com o combate à desigualdade social. Como refere-se Boaventura Santos (1997), isso abre um imenso campo entre o Estado e o mercado, onde é possível criar utilidade social por meio do trabalho.

Quadro 4
Matriz de Indicadores de Prioridades

Dimensão Social - Ambiental				
01	02	03	04	05
Comprometer-se com a melhoria da qualidade ambiental. Comprometer-se com a sustentabilidade ambiental. Gerenciar o impacto ambiental da empresa na comunidade em seu entorno.	Comprometer-se com a sustentabilidade ambiental. Gerenciar o impacto ambiental da empresa na comunidade em seu entorno.	Gerenciar o impacto ambiental da empresa na comunidade em seu entorno.		

Fonte: pesquisa direta com empresários.

O comprometimento com o Meio Ambiente é outro indicador que tem um vínculo forte da “mão invisível” do mercado, constituindo-se um ponto de interseção dos vetores econômicos e sociais, transmitindo um significado de pertinência com a produção e com as gerações futuras. O quadro 04 sinaliza o comprometimento com a preservação ambiental. Constatamos isso em todas as empresas pesquisadas, em maior ou menor extensão. A amplitude varia de acordo com a possibilidade de agressão da empresa ao Meio Ambiente.

A partir dessa constatação, iniciamos o momento de maior interação para abstrairmos dos informantes as explicações que não se expressam pela racionalidade dos fatos, mas pelas sutilezas adjetivadas pelos sentimentos, simbolicamente representados pelos atores sociais envolvidos.

Com essa compreensão, buscamos captar a sutileza e a complexidade da indagação, colocada no item 4.2, durante as entrevistas, por entendermos que as falas, os gestos, expressos de modo representativos, dariam maior clareza. A visão do bom senso, o caminho longo das reflexões na interação da racionalidade e da subjetividade, com certeza, são significativos e precisam ser desnudados nas representações simbolizadas nas expressões das práticas de todo o segmento entrevistado (empresários, trabalhadores e representantes da comunidade).

Esse espaço de interação, que percebemos nas representações, são reveladores de significados e, a partir delas, identificamos, com maior clareza, as forças que levam a empresa investir em responsabilidade social, concebendo suas contradições, combinações, crenças e possibilidades de reconstruir o tecido social, mantendo o foco da produtividade.

Reportando-nos aos discursos dos empresários, encontramos afirmação na abordagem do empresário Emílio Odebrechet, ao argumentar que a responsabilidade social permite compreender os aprimoramentos emocional e humano para assegurar a competitividade da empresa em um mundo cada vez mais globalizado.

Nesse sentido, e para melhor compreendermos o que leva as empresas a investirem nas práticas RSE, foi necessário buscarmos essa compreensão nas falas dos depoentes, ante as suas práticas vividas, em suas dimensões ou “lugares de onde falam”, mesmo encontrando uma certa coerência consensual o que nos permite indicá-las como

polifônicas.

Quadro 5
Motivos que Levam a Empresa a Investir em RSE
na Dimensão da Sustentabilidade

O que leva a empresa a investir em RSE e sustentabilidade?	Dados Empíricos	Público
	“Faz parte de nossos valores.”	Empresário
	“Não é uma questão de lei e sim de responsabilidade mesmo porque infelizmente isso era para ser feito pelo Governo e não fez.”	Empresário
	“Tinha interesse em preservar o meio ambiente.”	Empresário
	“Criação do comitê da qualidade.”	Empresário
	“Legado matriarcal da família que sempre teve um pacto muito grande com os colaboradores; é uma cultura que faz parte da sua história.”	Empresário
	“Acho que é pensando no bem-está das outras pessoas dentro do mesmo meio, ela ajudando uma pessoa a sair das drogas tem certeza que essa pessoa não vai fazer nem um mau a ela e à família dela. Ao mesmo tempo em que ajuda alguém a ser alguém na vida. Eu penso dessa forma.”	Trabalhador
	“Pensando no bem-estar das pessoas e sua família.”	Trabalhador
	“Pela responsabilidade que ela tem com o ambiente.”	Trabalhador
	“A preocupação não só em produzir e manter o padrão de qualidade.”	Trabalhador
	“Partiu da introdução do controle de qualidade.”	Trabalhador
	“A empresa investe em RS porque ela se beneficia também.”	Trabalhador
	“Para reparar os danos.”	Comunidade
	“Para ter uma credibilidade maior no mercado.”	Comunidade
	“Pela responsabilidade que ela tem com o meio ambiente e com o social, pois é o nome da empresa que está em jogo também, tanto que ela não se preocupa só em produzir com qualidade como vem fazendo, mais também, manter o padrão.”	Comunidade
	“É uma necessidade de permanência no mercado.”	Comunidade
	“É uma forma de ajudar a comunidade, principalmente porque a empresa hoje em dia está no patamar que se encontra porque existem pessoas que consomem o seu produto, então é uma forma de retribuir fazendo projetos para pessoas que realmente necessitam.”	Comunidade
“ O compromisso social dos empresários hoje é, sem dúvida, muito maior do que há alguns anos atrás. Isto porque perceberam que o papel de agente modificador da sociedade não pertence somente ao governo. Todos são responsáveis pelas mudanças que ocorrem na sociedade, pois as inter-relações existentes da empresa com os vários elementos de nosso ambiente nos mostram a grande dimensão de nossa responsabilidade social.”	Comunidade	
“A consciência de seu papel na sociedade.”	Comunidade	

Fonte: pesquisa direta nas empresas e comunidades beneficiadas.

Para os informantes, segundo os depoimentos expressos nesse quadro, os motivos que levam as empresas a investirem estão diretamente articulados com processo produtivo, mesmo que não haja consonância entre os projetos de cada segmento de informantes.

Esse uso simultâneo dos discursos dissonantes, mas convergentes, levam as empresas a utilizarem várias iniciativas de práticas sociais, refletindo bem-estar, qualidade

de vida, Meio Ambiente, produtividade e lucro, sem ocultar o viés da ajuda e da filantropia. Para Dowbor (2002), em qualquer empresa, a produtividade resulta de adequada combinação de fatores, como capacidade de trabalho, equipamento e matéria-prima articulados em função de um objetivo. Tanto a definição do objetivo como a correta combinação de fatores dependem do conhecimento.

Analisando essa abordagem, fizemos uma interseção com o desempenho das empresas nas dimensões social e ambiental e percebemos que é possível refletirmos acerca de sua dimensão econômica (quadro 01) no que se referem os indicadores sobre geração de emprego, pagamento de impostos, agregar valor à imagem da empresa, buscar certificação, estabelecer relações com as partes interessadas como prioridade máximas, são expressões que encontramos nas subjetividades dos diálogos. Embora visualizemos alguma polifonia na mediação dos discursos e das práticas, tanto nos indicadores apontados pelos empresários, no quadro 02, como nos seus depoimentos durante as entrevistas, do quadro 05, reforçamos a existência de uma visão humanista nas práticas de responsabilidade social nas empresas pesquisadas, confirmada nos depoimentos que pomos no referido quadro.

Faz parte de nossos valores.
 Não é uma questão de lei e sim de responsabilidade.
 É uma forma de ajudar a comunidade..
 Partiu da introdução do controle de qualidade.

Entretanto, percebemos a presença de depoimentos dos trabalhadores no mesmo quadro que reforçam as práticas de responsabilidade social com a mesma visão.

É uma forma de redistribuir, fazendo projetos para pessoas que realmente necessitam
 Pensando no bem-estar das pessoas e sua família
 A empresa investe em RS porque ela se beneficia também.

Nas falas dos representantes da comunidade tem uma visão mais ampliada ao anotar pensamentos dissonantes:

Para ter uma credibilidade maior no mercado.
 A empresa investe em RS porque ela se beneficia também.
 Para reparar os danos.

Essa dupla identidade revela a complexidade das práticas de responsabilidade

social para os empresários ao classificarem as prioridades da empresa no exercício da responsabilidade social. Entendemos ser essa uma leitura singular da prática da RSE, seja ela do ponto de vista econômico, social ou ambiental.

A constatação a que chegamos é de que, embora ainda, do ponto de vista da racionalidade, o fortalecimento da imagem da empresa configura-se como uma das principais evidências que dão sentido às práticas de responsabilidade social. Durante as entrevistas, foi comum a importância dada à imagem da empresa junto à sociedade e ao mercado consumidor, muito embora tenhamos visualizado, nas falas, a idéia de que a RSE não está concebida tendo o *marketing* como propulsor das práticas de responsabilidade social; apenas uma das empresas explicitou essa referência, desmistificando a primeira hipótese; entretanto, reconhecemos que o *marketing* é um instrumento fundamental e presente nas estratégias de revitalização da imagem organizacional.

Outra questão muito presente, durante a interlocução na coleta de dados, é a estreita relação da dimensão econômica com o social e ambiental no fortalecimento da qualidade dos produtos e o cuidado com as relações interna e externa, lembrando o traçar dos bilros ao tecer sua renda. Nesse sentido, a produtividade é o espaço a ser tecido e, sobre ela, é construído o labirinto de proteção da empresa, contando com o compromisso e as alianças dos empregados, formando o composto combinado de cumplicidade.

Um dos empresários entrevistados fez a seguinte abordagem explicativa da razão que leva a empresa a investir na responsabilidade social, referindo-se ao público interno.

Melhoria de processo permanente é veloz e bem mas forte; um comprometimento bem maior do empregado do que antes do investimento em capacitação; maior sentimento de cooperação por parte deles pelo conhecimento maior dos processos de trabalho, por praticarem os próprios valores, a melhoria contínua, ganha o trabalhador e a empresa.

Ressaltamos, em menor dimensão, mas com igual significado, os investimentos sociais privados para organizações sociais (comunidade) que asseguram a condição de empresa certificada, como socialmente responsável, que levam a se legitimarem frente ao consumidor.

Notamos que o programa da qualidade no trabalho e o relacionamento

constituem via de mão dupla dentro e fora das empresas, uma vez que, a partir deles, se fortalecem as relações dialogais. Tanto um quanto o outro contribuem para a sustentabilidade das redes de proteção da empresa, ao mesmo tempo que são propulsores das melhorias de trabalho e do desenvolvimento de pessoas, consolidando o processo de combinação e de cumplicidade, reformatando o jeito moderno de governabilidade empresarial, pela via da responsabilidade social.

4.2 Explicando as práticas para compreender os discursos

Falamos das práticas, articulando-as aos discursos, foi um desafio para nós pelo sentimento de percebermos que as hipóteses saem do campo da abstração para a realidade, representando as suas lógicas.

A proposição inicial do objeto da pesquisa constitui como primeira hipótese a afirmação de que as empresas vêm promovendo e elegendo, em suas estruturas formais, ações de responsabilidade social que impactam na melhoria da qualidade de vida do público pesquisado.

Assim, elaboramos o quadro 06, a seguir, a partir dos fragmentos das falas dos informantes, no qual trazemos elementos que nos mostram a riqueza por validarem os dados refletidos nos capítulos anteriores e apresentarem coerência com as ações presentes nos perfis das empresas pesquisadas.

Quadro 6
Manifestações das Ações de RSE que Proporcionam Melhoria na
Qualidade de Vida dos Trabalhadores

Responsabilidade com a qualidade de vida dos trabalhadores	Dados Empíricos	Público
	“Prioriza a prestação de benefício de qualidade”	Empresário
	“Educação ambiental com dimensão ao longo da vida.”	Empresário
	“Prioriza a responsabilidade com qualidade de vida oferecendo: educação, saúde e segurança, especialmente a capacitação e o treinamento.”	Trab/Emp.
	“Rede de comunicação é reforçada.”	Trab/Emp.
	“ Formação do clube de integração.”	Trab/Emp.
	“Formação de comitê com participação dos empregados.”	Trab/Emp.
	“Compromisso com o outro.”	Trabalhador
	“Participação nos lucros da empresa”.	Trabalhador
	“Relacionamento é tão importante como os benefícios.”	Trabalhador
	“Relacionamento é muito informal, priorizando a igualdade de acesso a todos os dirigentes.”	Trabalhador
	“Valorização do cuidado com a saúde.”	Trabalhador
	“Reconhecimento pelo benefício da educação dos filhos.”	Trabalhador
	“Valorização do clima organizacional saudável, reunião do bom dia.”	Trabalhador
	“Valorização do lazer.”	Trabalhador
	“Valorização da Educação em saúde.”	Trabalhador
	“Cuidado com alimentação.”	Trabalhador

Fonte: pesquisa direta nas empresas.

A perspectiva de tecermos a análise qualitativa, a partir das manifestações dos conteúdos dos quadros 06,07,08, tem como pressupostos facilitar-nos a melhor compreensão para encontrarmos as respostas às questões formuladas e, também, descobriremos o que está por trás dos conteúdos manifestos, dando-nos possibilidades de confirmarmos ou negarmos as hipóteses que norteiam essa pesquisa.

Assim, retomamos os fundamentos formulados por Dowbor (2002), ao considerar a lógica do “*Welfare State*” nos países desenvolvidos que, segundo o autor, se resume em cobrar impostos fortemente progressivos sobre os ricos e financiar com estes impostos políticas sociais que atinjam a grande massa da população.

Na linha do pensamento herdado de Keynes, o Estado deve corrigir uma característica básica do Capitalismo, eficiente organizador de produção mas gerador de permanentes desequilíbrios de distribuição, mediante fortes políticas sociais. Como, além disso, os recursos desembolsados em proveito de desempregados, aposentados, pessoas de baixa renda, em geral, ou indiretamente através dos investimentos sociais, resultam em maior demanda de produtos das empresas, o conjunto de processos tornou-se coerente e

permitiu os “trinta anos de ouro” dos países desenvolvidos, após a II Guerra Mundial. Essa realidade, fundamentada pelo referido autor, marca presença na composição do mundo globalizado, ainda que polifônica.

As práticas, que elencamos no quadro 06, remetem a atenção aos benefícios sociais de saúde educação e lazer, em alguns deles, com extensão à família dado a sua influência de em crise, devido ao peso da pobreza influir sobre os baixos rendimentos da produtividade. Esses mesmos programas sociais ao serem compreendidos à luz da concepção da sustentabilidade (posta no referencial teórico estudado pelo Relatório Brundtland, que enfatiza a satisfação às necessidades presentes sem pôr em risco as necessidades futuras, tendo como premissa eliminar o fenômeno da pobreza em massa), são possíveis de analisarmos, pois as práticas sociais das empresas ainda se constituem de iniciativas pontuais condicionadas à produtividade e ao desempenho da função que fragilizam as perspectivas de autonomia e empoderamento. Segundo Giddens (1991), o empoderamento, ao orientar-se pelas necessidades das pessoas, serve para integrar a população marginalizada no sistema dominante, no lugar de provocar um processo emancipatório.

Quadro 7
Ações de RSE para a Comunidade

Responsabilidade com a comunidade	Dados Empíricos	Público
	“O investimento na formação do conhecimento e da melhoria de vida dos colaboradores nos níveis de conhecimento que se reveste também na família, que é um segmento também que se inclui a comunidade.”	Empresário
	“Por uma questão de custo prioriza o público interno com repercussão no externo.”	Empresário
	“Parceria com a prefeituras municipais, escolas públicas e rede particular de ensino, SEMACE, Ongs, fundações, na realização de ações de educação ambiental e coleta seletiva.”	Trabalhador
	“O Projeto Ciclismo tem extensão para a comunidade.”	Trabalhador
	“O investimento é repassado para atender uma necessidade social, mas também a comunidade possa criar uma imagem boa da empresa.”	Trabalhador
	“Mantém Fundações sociais com atuação para comunidade.”	Trabalhador
	“Repassa recursos financeiros e doações para Ongs, Fundações e projetos sociais.”	Trabalhador
“Manutenção de restaurante popular para 300 pessoas na comunidade no entorno da fabrica.”	Comunidade	

Fonte: pesquisa direta nas empresas e comunidades beneficiadas.

O princípio da comunidade se fortaleceu historicamente no campo e lógica das lutas sociais de classe que estiveram na base da conquista dos direitos sociais.

Para Boaventura Santos (1997), a comunidade assenta na obrigação política horizontal entre indivíduos ou grupos sociais e na solidariedade que dela decorre, uma solidariedade participativa e concreta, isto é, socialmente contextualizada. Para o autor, a classe operária foi precisamente o motor articulador da obrigação política que se traduziu nas múltiplas formas organizativas da solidariedade operária, dos partidos operários, dos sindicatos às cooperativas, aos clubes operários, à cultura operária, etc. Essa argumentação se diferencia substancialmente das realidades pesquisadas.

As práticas desenvolvidas pelas empresas, que compõem o universo da pesquisa, para a comunidade, que percebemos nas representações dos informantes, alicerçam-se na lógica da assistência, embora reconhecendo a importância da contribuição das organizações empresariais na atenção às necessidades sociais para melhoria das condições de vida, entendendo, ainda, a família do trabalhador como extensão da comunidade, mas também em criar uma imagem para a sociedade.

Outro aspecto que observamos é que, a população beneficiada pelas comunidades envolvidas com a RSE encontra-se, na sua maioria, abaixo da linha de pobreza, especialmente, os trabalhadores da coleta seletiva de lixo e os beneficiários do programa contra a fome. Para Boaventura Santos (1997), essa questão requer que o Estado garanta, por si, a reprodução social (a alimentação, o vestuário, a habitação, a educação, a saúde, a segurança social, o transporte.....); ao mercado, competiria a partilha dos ganhos de produtividade, os salários indiretos, mas só seriam obtidos por pressão do princípio da comunidade, como campo e lógica das lutas sociais, tendo como base a conquista dos direitos sociais. A realidade das comunidades beneficiadas com o investimento social privado, a pobreza e a vulnerabilidade são fatores determinantes de privações de condições mínimas de vida, tornando-as fracas e pouco autônomas frente à omissão do Estado em prover condições mínimas de sobrevivência, gerando a prática da filantropia e a alienação.

Quadro 8
As Práticas de RSE com o Meio Ambiente

Responsabilidade com gerações futuras	Dados Empíricos	Público
	“A empresa mantém uma rede interna para reaproveitar toda água utilizada, como lavagem de banheiro lavagem de peças, lavagem de ônibus.”	Empresário
	“Possibilita consciência preventiva sobre meio ambiente, questão ética e responsabilidade com meio ambiente.”	Trabalhador
	“Uso e reuso da água, não degradamos a lagoa do Sapiranga.”	Trabalhador
	“Manutenção de uma estação de tratamento do uso e reaproveitamento da água. A água da chuva é tratada, reciclada e armazenada para ser utilizada.”	Trabalhador
	“Controle da emissão de gases poluentes, utilização de filtros e lavadores de gases.”	Trabalhador
	“A visita das escolas à empresa é uma coisa marcante.”	Trabalhador
	“Educação Ambiental e coleta seletiva de lixo em escolas e comunidades.”	Trabalhador
	“Mantém uma área dez mil metros só para plantações, utilizamos as frutas e chás.”	Trabalhador
	“Doamos o alumínio, ferro, chapas diversas, papelão, plásticos e entregamos a uma comunidade; eles são sustentados com esses lixos; 15 famílias estão empregadas.	Trabalhador
	“Recuperação da mata ciliar do rio Pirapora. Bem, então, em síntese, os dois projeto que a gente vem se destacando é com relação a recursos hídricos, é a restauração do rio Pirapora, e à destinação de resíduos, resíduos dos solos, dando prioridade a reciclagem.”	Comunidade
“Um outro projeto é com relação à questão dos recursos hídricos e aí entra o trabalho que foi desenvolvido e iniciado pela própria empresa vendo a questão do rio Pirapora que vinha sendo poluído pelas comunidades.”	Comunidade	

Fonte: pesquisa direta nas empresas e comunidades beneficiadas.

No quadro 08, demonstramos as iniciativas das empresas com a prática de responsabilidade social voltada ao Meio Ambiente. Essa nova vertente, que alonga a responsabilidade da empresa dentro e fora dos seus muros, é reveladora de significados não visíveis a olho nu. Giddens (1991) explica que a preocupação com os danos ao Meio Ambiente está agora difundida e é um foco de atenção para os governos em todo o mundo. Não só o impacto externo, mas também a lógica do desenvolvimento científico e tecnológico sem amarras deverão ser confrontados se for para evitar danos sérios e irreversíveis. A humanização da tecnologia é propensa a envolver a crescente introdução de questões morais na relação agora amplamente “instrumental” entre os seres humanos e o Meio Ambiente criado.

Na medida em que a maior parte das questões ecológicas conseqüentes é tão obviamente global, as formas de intervenção para minimizar os riscos ambientais, terão,

necessariamente, uma base planetária. Um sistema geral de cuidado planetário pode ser criado, tendo como meta a preservação do bem-estar ecológico do mundo como um todo.

As iniciativas de práticas das organizações empresariais, no cuidado com os impactos ambientais, circunscritos por atitudes e comportamentos de recuperar as sequelas do desenvolvimento industrial, por meio do controle dos gases poluentes de reaproveitamento da águas, recuperação das matas, o cuidado com a degradação dos recursos hídricos representam, na concepção empresarial, a contribuição do setor privado para o desenvolvimento sustentável no sentido de assegurar a sobrevivência dos negócios a longo prazo articulando, simultaneamente, o econômico, o social e o ambiental.

A partir daqui, começamos a adentrar as questões mais complexas e fundamentais desta pesquisa que são, analisar os impactos e as transformações que acontecem com a inversão e diferenciação da prática da responsabilidade social realizada pelas empresas, tendo como corolário as sustentabilidades econômica, social, ambiental, coletivas e individuais, pela via do alcance da qualidade de vida, tendo como perspectiva ética o compromisso social da cooperação e da solidariedade.

Nesse sentido, as falas dos entrevistados serão representativas para nós, ao articularmos com as referidas categorias que nos permitirão, na concepção de Giddens (1991), evidenciar as conexões que se intercambiam na construção de uma política da vida sob a influência das relações globalizadas.

5 TECENDO AS TEIAS DA RSE: IMPACTOS E SIGNIFICADOS

Partindo do princípio de que as práticas de responsabilidade social empresarial se inserem em um contexto de relacionamentos e sentimentos humanos, buscamos, aqui, refletir o que ocorre nas relações de trabalho, na reprodução da vida e no Meio Ambiente, exigindo-nos que penetrássemos no universo da subjetividade para que, a partir das especificidades, pudéssemos identificar os elementos possíveis de situá-las de forma genérica.

Assim, a partir das experiências dos sentimentos das histórias narradas ao longo das entrevistas, fomos desvendando os significados, dando resposta às hipóteses que nortearam a razão de ser da pesquisa.

Nesse sentido, adotamos a concepção de responsabilidade social empresarial fundamentada na ética da sustentabilidade, que consiste numa teia de relações de responsabilidades dos diversos segmentos sociais que permeiam o Planeta, interagindo com as comunidades locais no Meio Ambiente, para garantir a sobrevivência dos negócios, respeitando a singularidade e a diversidade, promovendo o lucro e o bem-estar, como enfrentamento que permita viver o presente com dimensão no futuro.

Compreendemos que a responsabilidade social de uma organização pode ser entendida por diversas formas, especialmente, quando se trata de iniciativas empresariais cujo fim é o lucro. Mesmo assim, compreendemos que cada informante percebe os impactos das atividades que realiza ou delas participa como sujeito da ação. Consideramos, ainda, que as proposições, aqui evidenciadas, são compostas de um fragmento, mas simbolicamente representam o universo empresarial do Estado.

É importante expressarmos que, mesmo no espaço desse fragmento, os conteúdos são ricos de significados e, por isso, não precisamos referenciá-los nominalmente nem tampouco identificar a empresa ou organização a que pertencem. Suas representações são relevantes e a história de cada um pode ser a de muitos.

Portanto, especialmente neste capítulo, tratamos dos impactos da responsabilidade social numa perspectiva de interação, porém didaticamente sistematizado em duas vertentes: ambiente interno das empresas e comunidade.

Ao iniciarmos pelo ambiente interno das empresas, convém referendarmos as falas dos empregados entrevistados ao relatarem aspectos em que a responsabilidade social empresarial é portadora de impactos e de melhorias para a empresa, para si e para a comunidade, comprovando-se a primeira hipótese. Vários depoimentos dos empresários foram coincidentes com os dos empregados e, em alguns casos, também reconhecidos pela comunidade.

Dentre esses depoimentos, estão aqueles que contribuem para atender as necessidades básicas e podem ser úteis ao longo da vida. Nesse sentido, a formação das competências para o trabalho com possibilidade de gerar autonomia e “empoderamento” ao longo da vida. Assim explicitam as falas dos empresários:

O programa de capacitação está voltado para treinamento nos âmbitos operacional, tecnológico e comportamental, onde eles podem aplicar tanto no trabalho, como na vida pessoal, como também investimos em treinamento externo, levamos nossos colaboradores, para fazerem treinamento no SENAI, adquirindo habilidades tecnológicas, educação básica com o SESI, incentivamos a graduação, então essas são nossas grandes preocupações, possibilitando segurança nesses principais aspectos, que geram competências a longo prazo (EMPRESÁRIO).

Capacidade de sugerir, de propor de melhorar dentro da fábrica é revestida em maior produtividade, do lado da empresa, e também dando uma maior segurança do lado pessoal, é o que a empresa procura passar para ele (EMPRESÁRIO).

Nos depoimentos, percebemos que os trabalhadores refletem sentimentos similares, mas também são “recheados” de gratidão, de reconhecimento de realização em alguns, carregados de sentimentos de felicidades.

Treinamento é importante para minha vida profissional e pessoal, pois é o conhecimento que estou adquirindo e que ninguém pode tomar. Portanto, se você aprende aqui, você leva para a família, para a comunidade, para tua rua, teu bairro, essa é a responsabilidade (TRABALHADORA).

Aqui eu realizei meus sonhos de fazer uma faculdade, pois era assalariada; hoje, o salário dobrou, a empresa coloca a gente como estagiária quando inicia a faculdade e paga um salário a mais; com isso, o salário dobrou e eu posso pagar minha faculdade; é outra vida. Moro, hoje, numa casa que eu mesma pago (TRABALHADORA).

Notamos que essa responsabilidade da empresa com a formação não está somente no âmbito do trabalhador, ela chega à família, relata uma das trabalhadoras:

São sete anos de vivência. Aqui, minha vida transformou muita coisa, entrei aqui na produção, eles sempre me ajudando; se a pessoa tem capacidade, vai subindo, subindo; hoje estou na administração. Meus filhos foram criados praticamente aqui dentro; quando eu vinha para cá, minha filha mais velha tinha 12 anos; hoje ela tem 19. Ela já está trabalhando, tem outro que acho muito bom, não por ser meu filho, já saiu do SESI, está no Anchieta, por sinal acho muito bom, com a cabeça aberta; hoje em dia é difícil criar 04 filhos e conseguir controlá-los. Chega certo tempo que você não tem mais força com eles. Já a pequena tem a cabeça super aberta; eu acho que tem muito da formação da creche da empresa. Eu não tive tempo para criar eles, todos foram da creche, depois passaram para o reforço que é um programa da Fundação. É essa responsabilidade social da empresa com a formação que a gente reconhece (TRABALHADORA).

Com base nesses depoimentos, reafirmamos que a formação do trabalhador, no âmbito da empresa, constitui-se como alternativa de qualidade para o trabalho que responde às principais tendências do mercado global, valorizando os aspectos cognitivos, comportamentais do trabalho, por meio do desenvolvimento das competências, estimula o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao comportamento profissional para com a produtividade, o que o inclui na participação dos lucros e na melhoria pessoal. Essa foi uma prática identificada em todas as empresas pesquisadas.

Em síntese, vimos que a formação das competências é uma singularidade que compõe o reordenamento da política de qualidade de modo prático e transformador, do *modus operandi* das empresas, apoiada em conteúdos do conhecimento que exige do trabalhador a reconstrução de novos valores da convivência no cotidiano das relações sociais dentro e fora do mundo do trabalho, e adquira habilidade de trabalhar em grupo, inovar, criar, participar, tomar iniciativa, assumir responsabilidades compartilhadas e fortalecer os sentimentos de autonomia. Percebemos que tais lógicas são reconhecidas tanto pelo empresário como pelo trabalhador. Os depoimentos, a seguir, sinalizam o treinamento ou a formação desenvolvida pela empresa como estratégias que estimulam a auto-estima e implicam na construção de novas perspectivas, conforme expressam os depoimentos:

A partir do momento que o funcionário recebe curso ou treinamento e tem suas necessidades básicas e de segurança atendidas, ele tem autonomia do conhecimento(EMPRESÁRIO).

O investimento na formação e na melhoria de vida dos colaboradores nos níveis de conhecimento reveste-se também na família, que é uma dimensão da comunidade (EMPRESÁRIO).

Existe uma mudança de comportamento, de educação, de ética na formação; as pessoas passam a exigir mais a querer mais; sonhar em ter uma coisa pequena não basta, a exemplo da mulher no livro vidas secas, o sonho da mulher era uma cama e o do cachorro, ter um osso, abre o horizonte que você pode ter muito mais do que isso. Quando você ver o amor, com as pessoas bem educadas, com as pessoas bem tratadas, ela começa a exigir, ela começa a falar que gosta dela, é o que acontece com todos os trabalhos, tranqüilo, sem discussão, é um ambiente saudável, toda segunda, quarta e sexta nós temos um treinamento com ginástica laboral, onde todos se reúnem, se confraternizam e trocam.(TRABALHADOR).

Os depoimentos, que registramos, são ricos de significados; as expressões são vivas e mostram a importância da educação ao longo da vida, ancorada nas relações interativas, na valorização do outro que, de modo amplo, permite abrir caminhos de transformação. Esses sentimentos sinalizam a importância do exercício da ética da responsabilidade social, abrem possibilidades para a construção de uma sociabilidade que reafirma as prioridades do quadro 02, especialmente nos propósitos de comprometimento com os desenvolvimentos educacional e profissional e, no quadro 03, financiar projetos que favoreçam a aprendizagem, a inclusão e a autonomia, o que nos faz lembrar os fundamentos de Sen (1999) ao referi-se à economia do bem-estar, que pode ser substancialmente enriquecida, atentando-se para a ética e o estudo da ética também pode beneficiar-se de um contato mais estreito com a economia.

As expressões dos depoimentos comuns entre os entrevistados levam-nos a essa reflexão pelos impactos que impulsionam para a qualidade de vida refletidas pelas abordagens nos âmbitos da educação e da formação para o trabalho:

Fiquei realizada no trabalho, senti necessidade de terminar meus estudos,a auto-estima ganhou expressão, me incentivou, essa é uma expressão de autonomia ao longo da minha vida, é gratificante a minha realização (TRABALHADORA).

Benefício, saúde e cesta básica são muito bons, mas o treinamento é mais importante. Para operar máquina, conhecer , é preciso treinamento para ser eficiente; esse conhecimento vai comigo ao longo da minha vida, me dar autonomia no que faço (TRABALHADORA).

Todos têm direito a falar, todos discutem o melhor para a empresa, o melhor para as filhas; a gente procura levar isso pra dentro da casa deles, aí dão testemunho, vê que eles aprenderam alguma coisa, é importante isso aí, é a mudança de comportamento, é uma melhor educação, melhor formação de vida (TRABALHADORA).

Acredito que o treinamento é a forma de melhorar o funcionário no âmbito das relações. Treinamento é para vida toda (TRABALHADORA).

A minha maior alegria foi fazer a faculdade; a empresa me deu essa condição. Eu também fiquei feliz quando a minha filha passou na faculdade foi aqui na empresa que ela estudou na infância e fez reforço escolar. (TRABALHADORA).

As manifestações dos discursos, além de expressarem sentimentos e emoções de um segmento especificamente feminino, são também reveladoras de que formação é um processo que tem uma dimensão educativa e que produz impacto no crescimento pessoal a favor da autonomia.

Com relação às melhorias que impactam para as empresas, elas estão presentes nos depoimentos tanto dos empresários quanto dos empregados:

Melhoria na produtividade.

Nós temos hoje uma rotatividade muito menor do que a que nós tínhamos antes.

Rotatividade menor.

Melhoria do processo permanente.

Comprometimento dos funcionários com as metas.

Prática de valores, como compromisso e participação.

Exemplo de idéias que partiram deles para melhorar o trabalho.

A rede de comunicação fora reforçada – a reunião do bom dia é uma formação continuada; todas as segundas-feiras é feita a reflexão de um texto criado pelo Comitê da Qualidade a partir da realidade vivenciada na empresa. Nessa discussão, é aberto um espaço para que tragam o que está ocorrendo com eles e nos seus setores. Esse processo é rico de melhorias para a empresa e para os empregados.

Encontramos, nos conteúdos dos vários depoimentos apresentados, que as práticas sociais constituem uma ruptura com a fragmentação do modelo taylorista-fordista,

bem como, o ideário keynesiano. Mesmo considerando, em algumas falas, a presença de práticas pontuais com viés assistencialista, em outras, visualizamos que a trajetória das práticas sociais passam por um processo de metamorfose, por conseguinte, de consciência, da condição comum para a empresa e para o trabalhador, como argumenta Dowbor (2002), para a lógica da reprodução social. A formação do trabalhador tem um significado especial para a empresa e para ele, considerada por ambos como uma prática de responsabilidade social que gera transformação de conduta, hábito e atitudes que vão influenciar ao longo da vida, possibilitando, como se refere Draibe (1996), num grande desafio para reverter o passado e estabelecer uma sólida rede de proteção social a favor da qualidade de vida.

Além da educação e da formação das competências por meio dos treinamentos, percebemos que foram sinalizadas outras iniciativas com relação à saúde, à atenção à família, à oportunidade de acesso e ao cuidado com o Meio Ambiente; são práticas de responsabilidade social das empresas referendadas como portadoras de melhorias de condições de vida e de trabalho. Os sentimentos de pertença permearam as representações dos entrevistados, evidenciando os impactos gerados na vida das pessoas envolvidas e relatadas pelos trabalhadores:

Valorização do cuidado com a saúde.

Comprometimento com o outro.

Reconhecimento da preocupação da empresa, da educação dos filhos dos empregados.

Educação de criança, contribuindo para a formação futura.

Se estou com funcionário bem de saúde, bem-assistido psicologicamente, a consciência de produzir mais; o que faz a diferença para o empregado é a consciência que ele tem de que essa empresa é honesta, tem ética, tem esse cuidado.

Campanha de saúde, homenagem do Dia do Trabalho, prevenção às doenças do trabalho, jornada da saúde, oferecendo serviços e palestras.

A empresa dar oportunidade; se você tiver potencial, tem oportunidade de crescer.

850 funcionários fazem seleção de perfis para avaliarem as competências. Os funcionários sonham em crescer.

A gente tem para o funcionário a data comemorativa com os filhos também e a família deles, trazendo-a para junto da gente. Isso também é positivo para a empresa; fazemos passeio, cinema, visita aos filhos dos funcionários, lanche teatro.

Transformação na sua vida, a criação dos filhos só foi possível com a mãozinha da empresa valorizando a creche e o reforço escolar para os filhos.

A empresa proporciona também para o empregado educação ambiental com dimensão ao longo da vida, possibilitando uma consciência preventiva sobre Meio Ambiente, questão ética de responsabilidade com o Meio Ambiente, levando essa atitude para a família e para o resto da vida.

Acreditamos que essas conexões, formuladas nas representações dos trabalhadores entrevistados, proporcionam aprendizados para as pessoas que realizam. O conhecimento, as informações, o reconhecimento e a consciência que advêm das práticas de responsabilidade social e os impactos gerados se propagam para os mais diversos ambientes dentro e fora do espaço empresarial, permitindo a recriação de novas formas de sociabilidade, amortecendo as contradições de classe. Durante todo o trajeto da pesquisa, não identificamos nenhum movimento de organização de classe ou sindicatos nas falas dos entrevistados.

Essa constatação nos fez lembrar as formulações de Santos (1997), para quem a conexão econômica residia em que a partilha nos ganhos de produtividade, os salários indiretos e o Estado-Providência deveriam garantir por si a reprodução social (a alimentação, o vestuário, a habitação, a educação, a saúde, a segurança social, os transportes, o lazer). Essa conexão permitia aos trabalhadores planejarem sua reprodução social e a de sua família em total liberdade e segurança, sem qualquer sujeição aos ciclos econômicos ou às exigências empresariais, porém essa não é a realidade contemporânea.

Assim, articulamos os discursos às práticas de responsabilidade social nos vários relatos e vimos que, tanto o empresário como o trabalhador, envolvidos com sentimento de agir responsabilmente, conforme formulações dos participantes das comunidades, consideram que conseguem interagir melhor ou exercer melhor suas outras funções humanas seja dentro da empresa, na família ou na comunidade de convivência.

Ao analisarmos o ambiente interno, voltamos ao pensamento filosófico de Martin Buber, ao referir-se ao **princípio do diálogo, contemplando suporte do**

relacionamento em reconhecer o valor do outro(grifo nosso).

Representamos a categoria “relacionamento” como um fio da teia na construção no labirinto da responsabilidade social empresarial, não apenas pela eloquência das falas, mas como um elemento da racionalidade que dá vida à subjetividade; subjetividade essa que põe em cena aspectos e padrões de relacionamentos sociais e humanos, reelaborando a convivência nas relações para além do trabalho.

Essa reelaboração desloca nossa visão de uma sociedade que acha que resolverá seus problemas, simplesmente seguindo a locomotiva das atividades econômicas.

As articulações entre o econômico, o social e o ambiental são simplesmente demasiadas, profundas, e os impactos de qualquer atividade são amplos para que possam aguardar ajustes espontâneos, um tipo de equilíbrio milagroso *expost*. É a lógica da reprodução social que está em questão (Dowbor, 2002a, p.145).

Nesse sentido, encontramos em Boaventura Santos (1997) o complemento da idéia da obrigação política horizontal entre cidadãos. A idéia da participação e da solidariedade concretas, na formulação da vontade geral, são susceptíveis de fundar uma cultura política e, em última instância, uma qualidade de vida pessoal e coletiva assentes na autonomia, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil.

Os depoimentos, a seguir, convergem para essas afirmações ao relatarem sobre a importância do relacionamento nas empresas:

Vínculo com a política de relacionamento na vida da empresa e dos trabalhadores; como a gente estava falando, nós não temos canais formalizados de comunicação, a comunicação é informal, o empregado tem acesso a conversar com o presidente da empresa sobre qualquer assunto. Há flexibilidade, abertura muito grande para funcionário, Há na empresa uma valorização muito forte da empresa para com o colaborador (EMPRESÁRIO).

A empresa se preocupa com a vida da gente (TRABALHADORA).

Relacionamento com empregados é muito bom; não se coloca como dono (TRABALHADORA).

Bom relacionamento ajuda muito; tem a psicóloga e aquela coisa bonita de se relacionar na empresa (TRABALHADORA).

Mudança de comportamento (TRABALHADORA).

Era amargurada, pessoa triste; a relação de amizade transformou minha vida (TRABALHADORA).

São pontos fortes da empresa a preocupação com o relacionamento e não só em vender; quando você conversa com os donos, você vê que não tem isso aí de só vender e produzir; valorizar o outro também é prioridade (TRABALHADORA).

É visível a mudança de comportamento (TRABALHADORA).

A preocupação com relações internas possibilita uma longevidade para a empresa e para o colaborador e sua família (TRABALHADORA).

A permanência e o bem-estar do colaborador por trabalhar na empresa. Sentimento de pertencimento; a empresa tem cerca de 10 empregados com 20 anos de trabalho, temos 7 anos sem uma causa trabalhista. Isso deve a essa relação informal, as formas de convivências, que fortalecem essa rede, e de outros programa, como, o bom dia, que acontece toda segunda-feira no horário de trabalho (EMPRESÁRIO).

O relacionamento da empresa com os empregados e de preocupação com o outro. Isso é deles mesmo, se preocuparem com o social. O exemplo que gostaria de citar: o funcionário chega bêbado aqui e cai, eles mandam deixar no hospital, isso é bonito, não se ver isso em todo canto, depois eles chamam para conversar ou para a psicóloga (TRABALHADORA).

Podemos dizer, então, que o exercício da responsabilidade social pode ter efeitos contraditórios. De um lado, tem efeito legitimador na construção das redes de proteção do processo produtivo, do ponto de vista da racionalidade, em reconhecer o processo produtivo socialmente responsável pelo fato de estabelecer relações harmoniosa e cooperativa baseadas na concepção do outro, mediante os bens ou serviços prestados aos trabalhadores. De outro, pode ter efeitos “encapuzados” nas simulações subjetivas para construir outra conexão de troca no mercado global, gerando cumplicidades e, conseqüentemente, “maiores ganhos” para ambos os lados, empresários e trabalhadores, compartilhando sua sobrevivência e a competitividade no mercado.

O reconhecimento da importância do outro, na conexão e riscos do mundo globalizado, tem como eixos centrais o econômico, o social e o ambiental, o que nos levou a buscarmos captar, durante as entrevistas, como as opções de regulação do mercado econômico articulavam as práticas sociais com o Estado e realizavam a interatividade com a comunidade, uma vez que está expresso no quadro 02, classificando em posição de destaque “compartilhar com acordos internacionais, pactos globais, Meta do Milênio” e

ampliar as redes de relações da empresa e empregados com a comunidade, o que analisamos, embora de maneira um tanto tímida, essa compreensão no contexto das empresas pesquisadas.

Nossa percepção, configurada nos balanços sociais das empresas divulgados pelo Prêmio Delmiro Gouveia é de que as práticas de RSE são caracterizadas como ação social das empresas para o trabalhador e de investimentos financeiros ou tecnológicos, em forma de parceria, para as comunidades ou segmentos da sociedade, colocando as organizações empresariais na posição de socialmente responsáveis; entretanto, ainda há uma forte prevalência de práticas sociais em forma de doações que levam à filantropia. Essa dupla posição é reveladora da situação desigual entre riqueza e pobreza, ambas emergentes no Ceará .

À medida que interagimos com os atores pesquisados, entendemos que a responsabilidade social das empresas, na dimensão da comunidade, não está fortalecida pelas relações próximas e diretas com os trabalhadores. O elo mais forte entre estes e a comunidades concentra-se nas ações de Meio Ambiente.

Para darmos continuidade aos objetivos da pesquisa, na busca de compreendermos os impactos dos investimentos sociais privados, contabilizados pelos balanços sociais do Prêmio Delmiro Gouveia, e que promovem melhoria das condições de vida e o fortalecimento das organizações “beneficiadas”, procuramos identificar as entidades que desenvolvem ações sociais sustentadas por esses investimentos, de forma sistemática e processual, transcendendo os aspectos pontuais da doação, não sendo esses objeto de investigação.

Encontramos, nos segmentos das comunidades entrevistadas, uma identidade muito forte com as práticas relacionadas ao Meio Ambiente, especialmente com a coleta seletiva de lixo, envolvendo parceria com o setor público, escolas e ONG, com a finalidade de entendermos também a dinâmica das relações entre mercado, governo e comunidade, constituindo a realidade de uma das empresas entrevistadas.

Em 1999, iniciamos uma parceria da Empresa com cinco escolas; hoje, nós estamos com 25 escolas; esse é o que a gente tem, é um trabalho lento, gradual, mas é sistemático e contínuo porque o nosso propósito foi começar dentro da escola e ter um reflexo dentro da comunidade. Hoje, estamos centralizados nas

escolas, mas já está na hora da gente chegar na comunidade, pois as escolas já fizeram chegar à família. Aqui, no município, já estamos passando por vários estágios. Vamos chegando ao trabalho de porta em porta, de rua a rua, vai ser por quadra; a empresa e outras, sediadas no município, serão as grandes parceiras do setor público (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Em nossa interação com os sujeitos pesquisados, foi possível detectarmos aspectos substantivos de aprendizados para estabelecermos um confronto reflexivo entre a realidade atual, que põe em risco a sociedade futura.

Quadro 9

Representações da Comunidade (Alunos) Envolvida com Educação Ambiental

- ✓ Foi bom, porque aprenderam que a água não se encontra em todo canto e tem a previsão de que alguns anos não vai mais haver água potável.
- ✓ Mudou um pouco a nossa atitude, essa questão não muda bruscamente. Na minha casa, quando alguém está escovando os dentes, eu desligo a torneira; a vida da gente começa a mudar porque se mudar bruscamente vai se tornar muito diferente.
- ✓ Importante, porque ajuda o Meio Ambiente e nós ficamos com o ar mais puro.
- ✓ A escola. Antes, era costumes se ver muitas latinhas, papel e papelões espalhados pelo colégio; agora, sempre que alguém tem material próprio para reciclar, coloca nos cestos próprios e personalizados pelas cores separadas para cada material.
- ✓ A conscientização foi muito vantajosa mas precisa ser numa dimensão maior para a família.
- ✓ Estamos gerando consciência de preservar o ar e a água.
- ✓ A empresa ganha a preferência do consumidor.
- ✓ Compromisso com as gerações futuras.
- ✓ Projetos com relação à fauna, à água, à flora, ao ar estão alinhados com riscos globais.
- ✓ A empresa proporciona Educação Ambiental com dimensão ao longo da vida.
- ✓ Possibilita consciência preventiva sobre Meio Ambiente, questão ética e responsabilidade com o Meio Ambiente, levando para o resto da vida; provoca autonomia.
- ✓ Muita gente que não se preocupa em preservar, achando que daqui a pouco vai morrer sem pensar nos filhos e na geração futura.
- ✓ Esse trabalho com a empresa é por época, portanto, não gera sustentabilidade.
- ✓ Com o envolvimento da família, teria um alcance maior e teria uma transformação maior.
- ✓ Trouxe geração de renda para a escola.
- ✓ Cada um faz sua parte, palestras, teatro é uma expressão para demonstrar as conseqüências do que pode ocorrer no futuro.
- ✓ Eu acho que pode evitar lixo para evitar a leptospirose uma coisa leva a outra. Você evita de ter latinha no quintal para armazenar água, evita que crie mosquito e prolifere doença tipo a dengue. Se minha mãe vai varrer o quintal, ela já junta as garrafas para enviar para coleta seletiva do colégio.

Percebemos que a participação dos entrevistados, envolvidos com Educação Ambiental, caracterizou momentos importantes no estudo sobre a água como fonte de vida, tudo relacionado à água, com a tarefa de representarem, simbolicamente, a empresa ecológica e o que ela fazia a respeito do Meio Ambiente. A compreensão e os sentimentos

dos alunos sobre água e a importância de preservar o Meio Ambiente instigou-nos a buscarmos maior compreensão no campo teórico sobre o tema para entendermos a lógica de intervenção das empresas.

Quadro 10

Representações da Comunidade (Professores) Envolvida com Educação Ambiental

- ✓ A causa do Meio Ambiente, eu defendo com muito garra, pois não adianta saber Matemática e Português se você não sabe preservar o seu meio.
- ✓ Uma das coisas que trabalhamos nas escolas não se restringe a estudar flora e fauna mas os valores do cidadão, a mudança de atitude. Conscientizá-lo que a mãe Natureza está necessitando de alguém para cuidar e depende de cada filho é atitude dele; não precisa ser mudado no período do projeto e, sim, no dia-a-dia, à medida que você preserva o Meio Ambiente, no caso da água.
- ✓ Eu creio que as atitudes deveriam ser mais visíveis. Esse trabalho com a empresa é por época, embora o material produzido tenha sido utilizado durante o ano e defendo que seja estudado em todas as disciplinas no conteúdo do livro didático.
- ✓ O que pude observar do projeto, em parceria com a empresa, foi que ele é um alerta, um toque para acordar a necessidade de cuidar da água para que, no futuro próximo, possa ter água.
- ✓ A conscientização foi muito vantajosa, mas precisa ter uma dimensão maior para a família. Para criança pequena, levar para casa, é importante mas não tem voz ativa para fazer a transformação dentro de casa. Com envolvimento da família, teria um alcance maior e uma transformação maior. A cultura da família é para gastar água.
- ✓ O projeto deve ter um raio para a família e para a comunidade em si.
- ✓ Para mim, eu estou mais consciente, à medida que a gente vai trabalhando com o aluno, a gente vai se fortalecendo e se tornando mais consciente.
- ✓ Repassar para o aluno aquilo que a gente nem tinha atentado, logo vai introjetando também novas atitudes e novas percepções.
- ✓ Aqui na escola foi feito um bom trabalho inclusive na coleta seletiva do lixo.
- ✓ Com geração de renda para melhoria da escola.
- ✓ Quando se passam nas ruas não se vê mais os amontoados de lixo misturados. O lixo é colocado nos pontos de coletas separados em sacos plásticos. Já se vê uma separação do lixo, ecológico que não é de um modo geral, mais já é visível essa cultura, ou seja, esse cuidado que antes não existia.
- ✓ A questão do Meio Ambiente não devia se limitar à Escola, acho bom quando vejo os meios de comunicações se manifestando. A mãe Natureza deveria ser olhada por todos: igreja, governo e comunidade, pois é bíblico. Em Gênesis diz que devemos cuidar e dominá-la e não acabá-la.

Nos depoimentos dos professores, quadro 10, notamos uma dinâmica de identidade com o tema, ao se referirem à natureza como força materna de vida, considerando a importância da educação em assumir dimensões na formação ética voltadas para a construção de novos valores na percepção ecológica. Giddens argumenta que a preocupação com os danos ao Meio Ambiente está agora difundida e é um foco de atenção para os governos em todo o mundo. Não só os impactos externos, como também a lógica dos desenvolvimentos científico e tecnológico, sem amarras, deverão ser confrontados se

for para evitar danos sérios e irreversíveis. A humanização da tecnologia é propensa a envolver a crescente introdução de questões morais na relação, agora, amplamente “instrumental” entre seres humanos e a natureza.

Para o referido autor, na medida em que a maior parte das questões ecológicas conseqüentes é tão obviamente global, as formas de intervenção, para minimizar os riscos ambientais, terão necessariamente uma base planetária. Um sistema geral de cuidado planetário pode ser criado, tendo como meta a preservação do bem-estar ecológico do mundo como um todo; esse é um sentimento que também percebemos nos depoimentos dos professores.

Ainda com relação à questão ambiental, encontramos outros projetos que são evidenciados, como o de recursos hídricos, envolvendo a despoluição dos rios e lagoas, com participação dos órgãos públicos e comunidades; a recuperação da mata ciliar e também a prioridade com a reciclagem e a coleta seletiva. Notamos que essa última é uma ação desenvolvida por todas as empresas, objetivando desenvolver a Educação Ambiental interna e a externa. As empresas geram renda para a população desprovida de subsistência ou trabalho, conforme refletido dos depoimentos:

Entre nossos programas de responsabilidade social, temos vários que incluem ações que visam à preservação do Meio Ambiente, como o Recicla, que ganhou um prêmio no Dia Mundial de Limpeza de Rios e Praias. A comunidade tem tipo um galpão onde separa e vende o lixo; o dinheiro é para eles. A empresa pega também os tambores de óleo e repassa para a comunidade da barra do Cocó no Caça e Pesca; tira da marginalidade as pessoas que desenvolvem o Projeto Recicla (EMPRESÁRIO).

Nesse Projeto, a gente trabalha selecionando material, quer dizer, cada material tem seu lugar; aqui, a gente separa todo o pet; a gente coloca naquele quadradinho lá; a gente vai separar aqui no papel e no meio do papel tá o pet, então, a gente vai dividindo, a gente coloca na caixa de papelão que é despejada lá, onde o rapaz vai fazendo a seleção do material, ou seja, o pet as garrafas de coca-cola, água mineral, isso que é o pet, os plásticos são aquelas garrafas de quiboa, xampu, então já é separado em outro lado (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Depois que a gente separa, vem o dono de uma outra central, que compra pra vender pra fora, pra reciclar (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Na minha vida, pode se dizer que melhorou foi tudo, o pessoal pode falar muita besteira, muita heresia, nós somos muito injustiçados porque nós trabalhamos aqui e o pessoal fica dizendo: “e tu trabalha no lixão, por que você trabalha no lixão”? E eu digo: eu trabalho no lixão mas eu não peço nada a ninguém. Eu

estava desempregada, eu tenho 6 filhos pra sustentar e eu cheguei aqui, pedi pelo amor de Deus; eu estava a vê navio, não existe coisa pior do que você chegar em casa e seu filho dizer: mãe, eu quero comer e você não ter um real pra comprar uma merenda pra ele (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

O pessoal todo aqui agradece muito ao líder comunitário, a gente pode nem ganhar essas coisas, mas dá pra gente sobreviver. Aqui, dá para faturar 40 reais por semana porque o material do lixo caiu muito de preço. (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Refletindo sobre estes depoimentos e a realidade de trabalho dos trabalhadores da coleta seletiva de lixo, verificamos a existência de outras formas de relações de trabalho. Os trabalhadores do lixo são autônomos, sem vínculo empregatício, sem nenhuma proteção à saúde e à segurança; a rentabilidade desse trabalho representa a única fonte de renda para garantir a sobrevivência.

Um dado concreto é que o material doado pela empresa é revertido em renda. Essa renda possibilitaria aumentar a renda das pessoas e beneficiar um número maior. Esse Projeto Reciclar é auto-sustentável, tem essa perspectiva. Muita gente se apegou a essa perspectiva de parceria com a iniciativa privada, não com o pires na mão, pedindo esmola, porque a empresa, muitas vezes, faz isso muito de fachada (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Visualizamos, aqui, duas grandes complexidades nas práticas de coleta seletiva de lixo. Na primeira, presenciamos as ações de Educação Ambiental (alunos), demonstrando comportamentos e atitudes com relação à sustentabilidade do Planeta. A segunda, é caracterizada por arranjos produtivos de geração de renda, para um segmento especialmente de mulheres, desprovidas de condições mínimas de subsistência, única fonte de renda, garantindo apenas a alimentação, embora que precária, tendo como fim último beneficiar as empresas de reciclagem de lixo.

Em relação aos programas comunitários de coleta seletiva de lixo, beneficiados pelas empresas, com objetivo de gerar renda para a população pobre, percebemos a existência de condições subumanas. Os espaços de trabalho nos remeteram à impressão de ser um espaço de produção a distância que deságua no lucro da indústria de reciclagem, mas essa é, ao nosso ver, uma questão que merece maior aprofundamento.

Como fundamento para compreendermos esse contexto, encontramos base em Boaventura Santos (1997) quando assinala que a natureza é uma relação social que se

oculta atrás de si própria e que, por isso, é duplamente difícil de politizar. A politização da natureza envolve a extensão do conceito de cidadania, o que significa uma transformação radical da ética como política da responsabilidade ambiental pela via da preservação da vida.

Além da ação com o Meio Ambiente, encontramos outros projetos mantidos com financiamento das empresas, articulados com a comunidade. Dentre esses, está o restaurante popular, que oferece refeições para 300 pessoas a preço de R\$ um real. O referido restaurante é administrado por uma fundação não vinculada à empresa. Segundo a Presidente a Fundação Luís Coelho, esta é uma organização sem fins lucrativos, que mantém projetos financiados pela empresas para melhorar a qualidade de vida da população de extrema pobreza. Muitos dos que comem no restaurante catam lixo para vender e com o dinheiro pagam alimentação à Fundação que, com esse recurso, contrata estagiário para a distribuição da comida e faz a manutenção do restaurante.

Aqui, a gente trabalha diretamente com a alimentação; eu atendo 300 pessoas por dia com alimentação de qualidade pra pessoas que, muitas vezes, ficam pedindo de 10 centavos no comércio para juntar 1 real para vir almoçar aqui, e ainda vêm pessoas aqui que juntam latinhas de refrigerante, reciclável, que vende para poder almoçar aqui. Existem pessoas que vêm almoçar aqui e a pessoa que eu estou me referindo tem um netinho doente e ela junta 1 real para almoçar - ela e seu neto (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Na concepção do representante da empresa, com esses e outros projetos, procuram, ao máximo, envolver a comunidade nos programas de responsabilidade social, mas sempre levando em consideração o conceito da sustentabilidade que prioriza o compromisso com a perenização da vida e a auto-suficiência. À medida que a empresa se aproxima das comunidades, entendemos melhor o mercado e a região onde atua: “somos mais bem percebidos pelas comunidades locais.”

Nesse sentido, estamos diante de uma grande complexidade. As falas dos entrevistados refletem o duplo significado nas práticas da responsabilidade social. De um lado, a importância da ampliação das redes de reconhecimento da imagem da empresa, a partir do fortalecimento do seu entorno, reafirma um empresário: “Desenvolvemos novos valores e temos, a cada dia, uma melhor imagem na sociedade.”

Por outro lado, os relatos dos beneficiários, pertencentes à comunidade, mostram sua realidade. Nesse cenário, o competitivo do mercado interage, conciliando a lógica do processo produtivo com um posicionamento de agir socialmente diante das seqüelas de uma sociedade extremamente pobre. De acordo com o depoimento da presidente da Fundação, a comida é boa e, para alguns deles, é a única alimentação do dia.

No compromisso de entendermos essa teia que intermedeia a comunidade e a empresa, procuramos vivenciar o momento de distribuição das refeições. Ao conversarmos informalmente com alguns, presenciamos várias manifestações: agradecimentos a Deus pela comida recebida a preço de R\$ um real, silêncio, mastigação rápida, olhares distantes, gula, satisfações, inquietações, grupos interagindo, encontros, expressões de contentamento e outras; colhemos alguns relatos que impactaram na melhoria das condições vida:

Melhorou a saúde; antes, tinha pressão alta, vivia nos hospitais; depois que começou a se alimentar melhor, ficou mais forte, não tem mais doenças freqüentes (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Ganhou amigos, mora só, não tem família, vem cedo para a fila só para conversar e fazer amizade (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Ajudou a outros que não podiam pagar a taxa, pois tem gente que não tem 1 real, como sou aposentada, posso ajudar (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Mudou o hábito alimentar; antes, comia pão, não gostava de verdura, hoje, como toda a verdura que vem (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Trabalho na rua, antes, ficava sem almoçar, agora almoço aqui no restaurante. O momento da refeição começa cedo, pois não só a comida é importante para eles, como também vivenciam a socialização, o encontro com o outro, onde conversam, guardam lugar na fila e trocam idéias e até mesmo namoram. São várias as histórias de vida contadas e recontadas na espera do almoço (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Nossa percepção é que a dinâmica envolve e estimula a participação do investimento social privado. As empresas pesquisadas, de forma geral, estão voltadas para a melhoria das condições de vida, mesmo se tratando de atividades diferenciadas, seja pela via das organizações comunitárias, seja via fundações, mantidas pelas empresas.

Nas entrevistas com essas instituições sociais, observamos que elas detêm rica diversidade, que refletem também as possibilidades de aproximação ou distanciamento,

entre a empresa e seus empregados, fortalecendo a dimensão dos valores contidos na missão das empresas ou constroem os seus próprios valores, onde o beneficiário não reconhece a empresa, mas a comunidade à qual pertence.

A Fundação Perpétua Magalhães faz parte de uma das empresas pesquisadas. Sua história está intrinsecamente ligada à história da empresa. Assim se refere a coordenadora pedagógica:

A Fundação nasceu há 25 anos atrás fazendo esse trabalho para pessoas carentes, especialmente, para pessoas especiais que antigamente eram excepcionais. Esse trabalho nasce criado ao legado da família da empresa, deixado pela Mãe. Eles fazem esse trabalho mas não vêem a necessidade de mostrarem esse trabalho; não fazem mídia. O trabalho da Fundação é importante e consolidado, mas eles, empresários, não acham que esse trabalho precisa ser mostrado, pois faz parte dos valores e da cultura da família; é responsabilidade cultivada. Muito antes de pensar a concepção de responsabilidade social, antigamente, se entendia como filantropia. Esse pensamento novo de responsabilidade social, para nós, tem 25 anos. O trabalho da Fundação tem reconhecimento da comunidade local pelo compromisso dos que trabalhamos aqui com as crianças, pelo amor, dedicação e crença no crescimento deles. Quando a Fundação começou, as crianças eram desacreditadas, hoje são reconhecidas. Hoje pertence ao mundo das letras, são alunos, antigamente eram excluídos das unidades de ensino, hoje são chamados para participar e apresentar seus talentos. A comunidade não só reconhece como valoriza a Fundação e as crianças. Esse trabalho é feito com compromisso, zelo e dedicação numa parceria da empresa com o setor público (Estado e município) e comunidade.

A Fundação mantém 205 alunos, entre crianças e adolescentes, sendo escolarizados, em sua maioria, portadores de deficiências auditivas e mentais, oriundas de segmentos da população pobre no Município de Caucaia. Nossa interação com os entrevistados foi emocionante; testemunhamos o trabalho silencioso e de grande significado. Nas entrevistas com o empresário da Empresa e com os funcionários da Fundação foi-nos comum a afirmação de que a ação dessa Instituição ultrapassa os objetivos do *marketing* ou da imagem da Empresa. Essa afirmação se reflete na fala da professora.

Aqui, a responsabilidade é de cada um, cada um dar um pouco ou muito de si. Não temos divulgação. No entanto, temos um trabalho sólido. O quadro de pessoal é composto de psicólogos, professores, fonoaudiólogos, funcionários do Estado ou voluntários; buscamos todos os dias nos especializar para realizarmos um trabalho de educação e formação humana com compromisso e amor. Os frutos e os ganhos não têm dimensão ao testemunharmos o crescimento do aluno e a participação dele na sociedade.

Para os professores, os impactos desse trabalho são percebidos no dia-a-dia pelas manifestações da sociedade e pela mudança de atitude das crianças:

Visibilidade da criança – elas são hoje convidadas para apresentações em diversos eventos aqui.

Aumentou a auto-estima e ela vai interagindo mais com os colegas e com a família.

Ampliação da possibilidade de serem aceitos socialmente. Certeza de que pode estar junto com os outros. Aqui é um lugar que tem um compromisso com o que faz. É um serviço feito com amor.

O reconhecimento da comunidade local é uma constatação. No desfile cívico, todos esperam os nossos alunos passarem para aplaudir. E isto tudo é fruto de um trabalho desenvolvido com compromisso e zelo.

Crescimento pessoal permanente é aspecto marcante que impacta no desenvolvimento intelectual e no cultural.

É um exercício de amor; a paciência dos professores possibilita conhecer as crianças em seus mínimos detalhes o que favorece o acompanhamento.

A família tem participação permanente, ampliando aprendizagem na convivência com a criança, valorizando e incentivando.

Além da escolarização, lá eles desenvolvem habilidades de arte, cultura lazer, educação, saúde, tanto com as crianças, como junto à família. Com esses trabalhos, conquistaram grandes avanços:

Conclusão de ensino médio de alunos que iniciaram aqui e terminaram em escolas regulares.

Inserção em atividades de trabalho com geração de renda.

Desenvolvimento de habilidades e competências para teatro, música, dança.

Ao finalizarmos a entrevista, a professora manifestou o desejo de deixar uma mensagem para a empresa:

Há necessidade desse trabalho ser mais divulgado dentro da Empresa, e que eles pensem no futuro das crianças, fazendo uma troca maior da Fundação com empregados da Empresa, considerando ser a Fundação dissociada do convívio mais íntimo com a Empresa e com os empregados.

Essa experiência de educação, desenvolvida pelas organizações empresariais, sinaliza-nos a existência da inversão ideológica que vem sendo produzida pela ética de mercado que, por conseguinte, também constitui-se em uma força que impacta no processo de reprodução social.

No que se refere, ainda, aos impactos portadores de melhorias de qualidade de vida, destacamos, com base no depoimento de uma professora: as possibilidades de ampliar o tempo médio de vida por meio da conscientização dos alunos e familiares, importância dos tratamentos de saúde e a descoberta de novas tecnologias.

Com base nos referenciais aqui postos, entendemos que as especificidades de interagir educação, saúde, Meio Ambiente, cultura, lazer como propulsores de novos perfis de competências e de relacionamento entre mercado e sociedade constituem uma nova teia de regulação da economia mundial.

Após essa trajetória, na qual narramos e descrevemos as falas, nos propomos realizar a análise qualitativa dos discursos e da prática, dando significados reais, os quais os balanços sociais não capazes de contabilizar. A diversidade dá contorno aos movimentos da responsabilidade social que remetem à ambigüidade e às controvérsias sobre o tema, substituindo as indagações iniciais, em constatações reais, gerando fundamentos de análise.

A responsabilidade social empresarial revela ser, sobretudo, um processo em construção. Mais do que um modismo ou uma questão da mídia, é uma exigência das conexões da reestruturação do capital e do trabalho no mundo globalizado.

Não há como reeditar o fordismo, nem como permanecer com o lucro indivisível, sobreviver aos riscos globais, abrir espaço para o capital financeiro, melhorar as condições de vida, preservar o Meio Ambiente e ampliar as relações com a sociedade; essas foram as lógicas mais evidenciadas nos discursos e nas práticas do universo pesquisado.

Os referenciais teóricos, que nos permitiram compreender os dados empíricos, apontam-nos que as práticas estão consolidadas nos discursos e, de certa forma, as intermediações financeiras das empresas são meios e não os fins na inserção de comportamentos socialmente responsáveis nos âmbitos do mercado, do Estado e da

sociedade. É nessa arena que o *Welfare Plurams* elabora identidade com a ética social, estabelecendo competências, compromissos compartilhado e combinado entre mercado, Estado e sociedade civil, articulando pactos de regulação e de reprodução social.

É importante, ainda, considerarmos a lógica compreensiva de que os mercados, por meio das organizações empresariais, precisam encontrar caminhos para a redistribuição da renda e de aplicabilidade do investimento social privado, comprometendo-se, também, com a pesquisa e avaliação, formando redes de proteção social que sejam capazes de reverter a fragilidade do tecido social esgarçado pela consequência nefasta das políticas econômicas excludentes.

Enfim, a leitura da realidade das comunidades pesquisadas revelou-nos a permanência dos estágios perversos de exclusão em que está submetida a vida humana, sem que o Estado tome para si o papel de definidor de políticas sociais. Nesse sentido, Boaventura Santos (1995), ao analisar o papel do Estado, pensa que a forma de regulação social, gestada e articulada com o mercado e a sociedade, significa, na prática, a minimização da responsabilidade social do Estado. Portanto, precisa ser revisitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que trilhamos foi longo, marcado por encontros e travessias, cheio de contradições, possibilidades e limites; momentos de dúvidas e de certezas, sentimentos e emoções. Nossa chegada a cada empresa era sempre “recheada” de insegurança, expectativa, preocupação sobre como seria nossa receptividade, que cuidado deveríamos tomar nas abordagens; nossa atitude, justando-se à realidade de cada entrevistado. Foi preciso improvisarmos saídas estratégicas, maneiras carinhosas ou mesmo formais na interação. Foram experiências e aprendizados que permearam a trajetória de nossa pesquisa. Valeu a pena!

Foi com essa determinação que demarcamos “pegadas”, rompemos fronteiras e chegamos ao produto final, tornando mais explícitos os significados da responsabilidade social empresarial na dimensão da sustentabilidade. Nossa missão, porém, continua, pois o conhecimento é insaciável e sua projeção é infinita.

Cabe-nos concluirmos essa sistematização, mas não lhe dando como finalizada. É preciso darmos corpo e voz aos significados que nos propomos estudar e compreender. Por isso, retomamos a cada passo os fundamentos que subsidiaram nossas reflexões, tomando como ponto de partida o modelo triangular advogado por Abrahamson (1995), que colocamos logo no início do referencial teórico, o qual concebe o mundo moderno numa relação triangular em que o Estado, o mercado e a sociedade têm importante papel na provisão do bem-estar.

Portanto, o primeiro ponto que consideramos, na realidade das empresas pesquisadas, é como elas percebem sua relação com o Estado. Após concluirmos as análises dos dados, verificamos nas falas dos empresários que eles sentem a ausência do Estado.

Já no segmento das comunidades, tanto o Estado como a empresa são referidos na condição de parceiros, por possibilitarem a extensão de iniciativas sociais realizadas pela empresa ou pelo setor público. Constatamos, ainda, nas falas dos empresários, abordagens de protesto sobre o não cumprimento legal do papel do Estado como provedor de bem-estar social.

A lei exige que se cumpra os direitos sociais, e nós vamos fazer mesmo que a lei não exigisse, mas por uma questão de valores próprios da Empresa. Responsabilidade social está na cultura da Empresa, faz parte de nossos valores. Por isso, a diretoria vai continuar a fazer o seu trabalho social. A cada dia, os funcionários vão ficando mais envolvidos e a gente passa para eles que não é uma questão de lei e sim de responsabilidade mesmo porque, infelizmente, isso era para ser feito pelo Governo e não fez (EMPRESARIO).

Nesse mesmo patamar, observamos a abertura de diálogo e de ações compartilhadas entre a empresa e o setor público na complementação de ações ou programas sociais.

Existem dois projetos que a gente vem trabalhando em parceria com a empresa privada, Estado e a comunidade: o projeto da coleta seletiva de lixo e o projeto dos recursos hídricos têm resultados a curto, médio e longo prazos certo e, também, a curtíssimo prazo, a reciclagem; os resultados são também para a indústria, tendo em vista a redução do custo da energia, de consumo de água, a gente, a curto prazo, tem o alimento, da longevidade do aterro sanitário, dando uma vida mais longa ao aterro, no caso do lago, que é muito importante. Com relação à reciclagem, observa-se o combate ao mosquito da dengue, aquele material de reciclagem a latinha, que se encontrava no terreno baldio, e que no período de chuva, ali poderia ser um local onde poderia ter uma grande proliferação do mosquito da dengue, deixa de existir; então, eu acho assim de grande importância a parceria com a empresa e com outras que não se encontram na lista da pesquisa e que contribuem com as políticas de saúde pública (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

Assim, também, interatuam as organizações sociais, criadas e mantidas pelas empresas, constituindo as redes sociais potencializadoras da responsabilidade social como extensão da empresa para a sociedade.

O trabalho da Fundação é uma extensão dos valores da empresa; os projetos sociais desenvolvidos com as crianças são mantidos pela empresa e, pelo o Estado, é uma parceria, mas não tem diferença de responsabilidade; estamos aqui porque acreditamos nesse trabalho (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

A empresa possibilitou ao bairro Lagoa Redonda oportunidades de emprego, bem como a valorização da área. Atualmente possui uma relação de parceria com a comunidade da Rua Roseno Lopes, localizada ao lado de sua sede, onde vem possibilitando auxílio aos moradores através de benefícios tais como: beneficiamento com água potável com o custeamento de taxas, obras e participação em datas festivas, como forma de integração e bom relacionamento com a comunidade, feito através de distribuição de brinquedos, para as crianças e cestas básicas para os mais carentes (EMPRESARIO).

A empresa tem feito contribuições financeiras e materiais (doação de um ônibus para a Fundação Raimundo Fagner, cestas básicas, cadeiras para as escolas e de ônibus especiais sempre que solicitada), e divulgação em bus door de campanhas educativas para as seguintes instituições: Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), Instituto Peter Pan, Instituto do Câncer e IPREDE (Instituto de Prevenção à Desnutrição e à Excepcionalidade), Projeto Sonhar Acordado e Associação Curumim (EMPRESÁRIO).

Constatamos que essas formas contingenciais ou de longevidade de intervenção das ações sociais, que convergem para interesses econômicos, sociais e ambientais, não constituem uma primazia das empresa pesquisadas e, sim, uma realidade mundial que, ao compreenderem as lógicas da economia globalizada, “passaram a entender que resgatar as condições de governabilidade, de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável, é vital para todos”(DOWBOR, 2003, p.115).

Uma questão singular das empresas, que percebemos, é que essa relação de parceria com a sociedade tem uma característica forte com o investimento social privado, conforme demonstrado nos balanços sociais divulgados pelo Prêmio Delmiro Gouveia.

Para explicarmos esse posicionamento das empresas, *a priori*, pode parecer racional, em que ao mercado cabe o dinheiro e o financiamento de seus investimentos, bastando-se na assistência e no repassar de recurso. Ao buscarmos explicações nos fundamentos teóricos, encontramos em Dowbor,(2002) que o princípio da aproximação não trata de dotar as administrações centrais de “dedos longos” das empresas com criações de representações locais, mas de deixar as comunidades gerirem efetivamente as necessidades locais. Para o autor, o interesse local é um poderoso organizador de cidadania. É indispensável que, no plano local, isto é, as comunidades, possam articular-se em torno dos seus interesses de longo prazo e, assim, restituir ao cidadão o direito de decidir sobre a conquista da dimensão social da sua qualidade de vida.

Nesse sentido, o autor sugere que, para garantir o espaço democrático e o fortalecimento das organizações, em realizar suas atividades para atender às necessidades básicas da população participante, é também estratégico criar canais de autonomia de governabilidade das organizações sem o aporte dos “dedos longos” da gestão empresarial.

Outro aspecto, que refletimos na “travessia” deste estudo, foram as formas de reprodução social, entendendo essa concepção como um processo que envolve tanto a

produção como os serviços sociais e as diversas atividades da gestão de responsabilidade social e sustentabilidade a longo prazo. Essa sintonia envolveu todo processo de exposição e análise dos dados empíricos, que apresentamos, e se refletem nas citações de aspectos fundamentais de dupla cumplicidade entre trabalhadores e empresários, tendo como princípio o processo de combinação e reciprocidade dentro da empresa.

Os dirigentes da empresa acreditam que não adianta a Empresa crescer sozinha. Quando eles recebem qualquer troféu ou *e-mail*, valorizando o material ou empresa, eles sempre reúnem todo mundo no auditório e mostram o troféu dizendo - esse troféu é nosso; só foi possível porque você contribuiu (TRABALHADORA).

As ações voltadas para o público externo, visam propiciar mudanças positivas na sociedade, como retribuição ao que recebemos na agregação de valores dos nossos serviços prestados. Esse mesmo pensamento está voltado ao nosso público interno, pois acreditamos que a Empresa não é apenas uma fonte de renda, mas um agente socioeconômico que deve se preocupar com o desenvolvimento e bem-estar de seus colaboradores, como verdadeiro patrimônio intelectual (EMPRESÁRIO).

Buscamos a melhoria integral de nossos empregados, não apenas atendendo às suas necessidades básicas, mas despertando-lhes o interesse para novas descobertas que possam trazer melhoria às suas vidas e de seus familiares e a produtividade (EMPRESÁRIO).

Investimos na mudança de visão tanto dos sócios como dos colaboradores, pois todos perceberam que a função da Empresa não se restringe apenas ao lucro, mas o quanto é importante trabalhar com o sentido de preservação do meio ambiente e retorno à sociedade (EMPRESÁRIO).

Os sistemas combinados e solidários são a forma de regulação para estimular o estabelecimento de uma relação harmoniosa defendida pelos autores clássicos, a exemplo de Durkheim que, ao pensar o industrialismo, nos princípios da Modernidade, já antevia que o industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada através de uma combinação da divisão do trabalho e do indivíduo, citado por Giddens (1991), na perspectiva de reconhecer a política emancipatória vinculada à política da vida e de auto-realização.

A idéia de emancipação teve uma compreensão fortalecida nas práticas de educação tanto nos discursos dos entrevistados nas empresas como nas comunidades. Contraditoriamente, também se fez presente a prática social no sentido da ajuda,

especialmente nos programas voltados a doações, campanhas etc. Percebemos, nas organizações comunitárias entrevistadas, a noção de que o desenvolvimento sustentável, como criação de um novo senso comum nas dimensões ética, política, social, de promoção da redução das desigualdades sociais, ainda se encontra no estágio embrionário.

A perspectiva de sustentabilidade, talvez pelas condições de extrema pobreza ou por não contar com uma definição clara, não foi apropriada pelos entrevistados, embora reconheçam a importância da contribuição para a educação e a preservação ambiental e de atenção às necessidades sociais dos trabalhadores e das comunidades voltadas às gerações futuras, como expressam os depoimentos:

O que pude observar foi que o projeto em parceria com a empresa foi um alerta, um toque para acordar a necessidade de cuidar da água para que, no futuro próximo, possa ter água (REPRESENTANTE DA COMUNIDADE).

A Empresa proporciona educação com dimensão para a família e possibilita consciência preventiva sobre Meio Ambiente, e responsabilidade social para a melhoria de vida, possibilitando autonomia para as gerações futuras (TRABALHADOR).

Recorrendo aos discursos empresariais, percebemos que o termo sustentabilidade, como está posto, tem uma conotação muito próxima com sobrevivência dos negócios a longo prazo e, conseqüentemente, possibilita contribuir para o desenvolvimento social e o ambiental. Consideramos que essa concepção encontra-se em construção, por conseguinte, ainda não incorporou a sustentabilidade numa perspectiva ética que pressupõe, como princípio, a perenidade da vida.

Acerca da responsabilidade social, analisamos os discursos, contidos no imaginário empresarial, e consideramos a aproximação nos pensamentos de Milton Friedman, que atribui à empresa o papel social de oferecer emprego, bens e serviços para a sociedade, referendando, como essência, o cumprimento da lei.

No mesmo universo, encontramos discursos na perspectiva do pensamento de Martim Buber, considerando importantes os estabelecimentos de uma rede dialogal nas dimensões interna e externa à empresa.

A partir dessas constatações e dos conteúdos dos fragmentos expostos nos quadros de análise, podemos concluir que a temática da responsabilidade social

empresarial tem seu nascedouro no processo produtivo globalizado, fortalecido nas duas últimas décadas como condição fomentadora dos investimentos em mercado e capital, explicitado na contextualização do Prêmio Delmiro Gouveia.

Nesse percurso, configuramos as categorias: competitividade, produtividade, qualidade, melhoria de vida, competências, solidariedade e participação como de novos paradigmas de responsabilidades das empresas ancoradas, como diz Giddens, na estância da vida, adotando comportamento compartilhado para além do econômico.

Consideramos que essa mesma lógica, presente nas empresas, ainda se encontra em fase de aprendizagem, especialmente na capacidade de lidar com o risco e a agilidade do mundo competitivo além de seus muros. Assim se refere este empresário:

Percebemos a sociedade não apenas como um mercado consumidor, mas como um conjunto de cidadãos a quem devemos respeito e do qual fazemos parte. Portanto, responsabilidade social, para nós, é mais que assistencialismo, é gestão estratégica.

Constatamos que, para os representantes das comunidades, o contato direto com as pessoas necessitadas as torna mais humanas, mais sensíveis às dificuldades a que está submetida a maior parte da população. Acreditamos que o contato direto leva ao enfrentamento da solidariedade e incentiva o compartilhamento, desde que o exercício dessa solidariedade não seja apenas um paliativo para amortecer, pela via do assistencialismo, a busca da autonomia e do empoderamento das comunidades.

Nessa perspectiva, retomando as concepções dos autores, podemos, em tese, considerar a importância do investimento social privado e da articulação das organizações corporativas, face às diversas necessidades sociais, mas sem que o Estado transfira para o mercado ou mesmo para a sociedade a responsabilidade que lhe cabe. Nesse sentido, argumenta Draibe (1990), ao Estado compete a responsabilidade insubstituível de garantia de direitos sociais. E à sociedade, nesse estudo representada pelas comunidades beneficiadas pela RSE, cabe articular formas de mobilização para exigir do Estado políticas públicas que garantam formas de inclusão e promoção da qualidade de vida dos cidadãos ao longo da vida, criando coletivamente condições emancipatórias.

Compartilhamos do pensamento de Draibe, na tese da responsabilidade do

Estado, na garantia dos direitos sociais e em prover condições mínimas de sustentabilidade; a intervenção do mercado é necessária e deve ser efetivada complementarmente à ação do Estado.

Dentre os fatores que merecem atenção, necessitando de um aprofundamento e reflexões em torno dos significados, e que são pistas para novas pesquisas, destacamos a coleta seletiva de lixo, pela peculiaridade e novas relações de reprodução do processo produtivo e do trabalho.

Em síntese, reconhecemos que são crescentes as práticas de RSE pelas empresas cearenses, constituindo-se na aplicação das estratégias de sociabilidade, além de seus muros, provocadoras de estudos e pesquisa sobre o tema no Estado.

Os discursos, que analisamos, evidenciaram que as iniciativas de responsabilidade social, desenvolvidas pelas empresas, são portadoras de melhorias que impactam na vida das pessoas, entretanto, não realizaram transformações substanciais na perspectiva de sustentabilidades humana e ambiental, nas dimensões do empoderamento e da autonomia, mas constituem um caminho que leva à construção de novas relações de sociabilidade entre o mercado, o Estado e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSON, Peter. **Welfare plurams**: para um consenso na política social europeia. Tradução por Potyara Amazoneide P. Pereira. Brasília, DF, 1995.

AFONSO, Fátima. Responsabilidade social: os novos (e animadores) rumos das empresas. **Revista Planeta**, São Paulo, ano27, n. 8, p. 23-26, ago. 1999.

AGUILAR, Francis J. **A ética nas empresas**: maximizando resultados através de uma conduta ética nos negócios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

AMARAL FILHO, Jair do. Capital social, cooperação e alianças entre os setores públicos e privados. **Revista Políticas Públicas e Sociedade**, Fortaleza, v. 1, n. 6, p. 21-32, jul./dez. 2003.

ARENDT. **A condição humana**. São Paulo: Editora da USP, 1981.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução L. Vallandro e G. Bornheim da versão Inglesa de WD. Ross. São Paulo: Abril Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

ASHLEY, Patrícia Almeida; COUTINHO, Renata Buarque Goulart; TOMEI, Patrícia Amélia. Concessão de serviços públicos em um contexto de regulação por valores e orientação para o mercado. In: ENCONTRO NACIONAL DE ANANPAD, 24., 2000, **Anais...** [S.l: s.n.], 2000^a.

_____. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Gestão egocêntrica e consumo responsável: desafios para a responsabilidade social corporativa. In: WORD CONGRESS OF BUSINESS, ECONOMICS AND ETHICS, 2., 2000, **Anais...** São Paulo: CENE, 2000b.

_____. Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ANANPAD, 24, 2000, **Anais...** [S.l: s.n.], 2000c.

_____. Responsabilidade social corporativa em um contexto de fusões, aquisições e alianças. **Revista Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 6, n. 16, p. 105-114, set./dez. 1999.

BANCO MUNDIAL. **Brasil**: estratégias de redução da pobreza do Ceará: desafio de modernização incluyente: relatório mundial. [S.l.], 2003.

BARBOSA, Wilmar do Vale. **Ética e desenvolvimento**. Brasília, DF: SESI, 2000.

BARCELAR, Janice. **Ação local e desenvolvimento sustentável**. In: KONROD, Adenauer Stiftung (Org.). *Ação local e desenvolvimento sustentável*. [S.l.: s.n.], 1996. (Debates, n. 11).

BARROSO, Marcelo. Um retrato da responsabilidade social. **Gazeta Mercantil**, p. A-21, mar. 2001.

BARTHOLO JÚNIOR, R. S. **Você e eu Martim Buber presença palavra**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BARTHOLO JÚNIOR, R. S. (Org.). **Ética e responsabilidade social**. Brasília, DF: SESI, 2002.

_____. **Responsabilidade social empresarial**. Brasília, DF: SESI, 2005.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: aventura da modernidade**. São Paulo: CIA das Letras, 1987.

BNDES. **Balanco social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa**. Rio de Janeiro, 2000a. (Relato Setorial, n. 1).

_____. **Empresas, responsabilidade corporativa e investimento social: uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro, 2000b. (Relato Setorial, n. 2).

BOAVENTURA SANTOS, de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3. ed. [S.l.]: Cortez, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. [S.l.]: Bertrand Brasil, 1989.

BRINSKIN, Alan. **A riqueza espiritual no ambiente de trabalho: quando o sucesso nos negócios depende do seu bem-estar**. São Paulo: Futura, 1997.

BUARQUE, Cristovam. **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BUBER, M. **1878-1965: eu e tu**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.

CAPPELLIN, Paola; GIULIANI, Gian Mauro. Compromisso social no mundo dos negócios. **Orçamento e Democracia**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 11, p. 10-11, fev. 1999.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

_____. **As conexões ocultas: ciências para uma vida sustentável**. Tradução Marcelo Brandão Cipola. São Paulo: Cultrix, 2002.

_____. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos alemães vivos. Tradução Newton Roberval El Chenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARROLL, Archie B. Ethical challenges for business in the new millenium: corporate social responsibility and models of management morality. **Business Ethics Quarterly**, v. 10, n. 1, p. 33-42, jan. 2000.

CARVALHO, Alba Pinho. **O Brasil em questão**: um resgate do olhar crítico do cientista social. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 1999.

_____. Processo de globalização e seus rebatimentos no Estado. In: CONGRESSO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO AMAZÔNIA, 1997, **Anais...** Belém, 1997.

CASTELLS, M. **The information age**: economy, society and cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. V. 1. Tradução portuguesa: A sociedade em rede.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Gustavo; CARVALHO, Edgard A.; ALMEIDA, Maria C. (Org.). **Ensaio de complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento do Estado. **Plano desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará**: 1995-1998. Fortaleza, 1995.

_____. **Plano de governo 2003/2006**: Ceará cidadania: crescimento com inclusão. Fortaleza, 2003.

CEBDS. **Brasil sempre**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, dez. 1999/jan. 2000.

CELENE Companhia Eletrônica do Nordeste. Disponível em: <<http://www.celene.com.br>> acesso em: 14 de set.2006.

CENTRO DE ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO DO TERCEIRO SETOR. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/adm/ceatslado-dir.htm>>. Acesso em: 2004.

COLLINS, James C.; PORRAS, Jerry I. **Feitas para durar**: práticas bem-sucedidas de empresas visionárias. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro, 1991.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). **Mapa estratégico da indústria**: 2007-2015. Brasília, DF, 2005.

CONSENSO de Washington. **Autonomia**, n. 48, p. 10-16, jul./ago. 1994.

COSTILLA, Lúcio Oliver. **Transformações do Estado e sociedade civil na América Latina**. [S.l.: s.n.], [19--].

D'AMBRÓSIO, D.; MELLO, P. C. A responsabilidade social que dá retorno social. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 10 nov. 1998.

DANTAS, R. G. Educação e alfabetização de adultos. In: CONFERÊNCIA, 2003, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2003.

DEMO, P. **Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade**. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. **Avaliação qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1980.

DONAIRE, D. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 68-77, mar./abr. 1994.

DOWBOR, Ladislau, Ianni Otavio; EDGAR, Paulo (Org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Novos rumos da gestão social**. Fortaleza: Escola de Formação de Governantes, 2001. (Cadernos de Formação política, n. 2).

_____. **A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. _____. Petrópolis: Vozes, 2003.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Proteção social e desenvolvimento humano na América Latina: as políticas sociais de nova geração**. New York: Preparatory Stange, 1996.

_____. O Welfare State no Brasil: características perspectivas. **Revista da ANPOCS**, n. 12, p. 53-78, 1988.

DRAIBE, Sônia Miriam; LIMA, Aureliano. **A especificidade do Welfare State brasileiro: economia e desenvolvimento brasileiro**. [S.l.]: MPAS, 1989.

DRUCKER P. **A administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.

_____. **Fator humano e desemprego**: o melhor de Peter F. Druker sobre Administração. São Paulo: Pioneira, 1981.

DUARTE, Gleuso D.; DIAS, José M. **Responsabilidade social**: a empresa hoje. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999^a.

_____. A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WERTEIN, J.; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999b.

EXAME. O Brasil e o Mundo. São Paulo, ano 33, n. 26, dez. 1999.

FALCÃO, Joaquim. O empresário e o terceiro setor. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, CIDADANIA PARTICIPATIVA: RESPONSABILIDADE SOCIAL E CULTURAL NUM BRASIL DEMOCRÁTICO, Rio de Janeiro, 1995. **Anais...** 1995.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Crise do Estado e políticas públicas**. São Paulo, 1999. Texto produzido para Curso de Especialização em Planejamento e Gestão Governamental na Escola Fazendária do Estado de São Paulo.

FERREIRA, Geraldo de Sousa; BARTHOLO JUNIOR, R. S. **Responsabilidade social empresarial**. Brasília, DF: SESI, 2005.

FIRMO, Érico. No vácuo do Estado. **Revista de Políticas e Gestão Pública**, Fortaleza, ano 1, n. 2, p. 20-30, 2004. Entrevista com Ladislav Dowbor.

FONTES, M. Social não é gasto nem custo, é investimento. **Revista Conjuntura Social**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 53, maio 1999.

FÓRUM Nacional de Empresa Cidadã. **O Povo**, 15 out. 2003.

FRANCO, Augusto. O desafio da inclusão social. **Revista de Políticas e Gestão Pública**, Fortaleza, ano 1, n. 2, p. 42-45, mar. 2004^a.

_____. **O lugar mais desenvolvido do mundo**: investimento no capital social: projeto DLIS, sistema AED. [S.l.: s.n.], 2004b.

FRIEDMAM, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Arte Nova, 1997.

FROES NETO, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

FUKUYAMA, Francis. **A grande ruptura: a natureza humana e a reconstrução da ordem social**. Tradução de Nivaldo Montingelli J. R. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E SOCIAL. **Ética na atividade empresarial: pesquisa 1999**. São Paulo, 2000. (Documentos FIDES, 2).

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. [S.l.]: Fundação Petrópolis, 2000.

GAEBLER, Ted; OSBORNE, David. **Reiventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. Brasília, DF: Comunicação, 1994.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOES, Sérgio; ROHDEN, Fabíola. **Empresas e filantropia no Brasil: um estudo sobre o prêmio ECO: texto de pesquisa**. Rio de Janeiro: ISER, 1996.

GRAJEW. Odede. O que é responsabilidade social. **Revista Mercado Global**, São Paulo, n. 107, p. 44-50, jun. 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

GUEDES, R. C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: conceitos estratégicos para empresa face à globalização**. Tese (Mestrado em Administração de Empresas) - PUC, 2000.

GUIMARÃES, Heloísa Werneck Mendes. Responsabilidade social da empresa: uma visão histórica de sua problemática. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 24, p. 211-219, out./dez. 1984.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, F. V. X. de. **Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente**. 2. ed. Porto Alegre: Edipues, [20--].

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Teoria da globalização**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IBASE. **Balço social**: cidadania e transparência pública das empresas. Rio de Janeiro, 1998.

INSTITUTO ETHOS. **Ferramenta de gestão**: empresa de responsabilidade social. São Paulo, 2005.

IPEA. **Pesquisa de ação social das empresas**. 2. ed. [S.l.: s.n.], 2004.

JARA, Júlio Carlos. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: IICA, 2001.

KARKOTLI, Gilson Suely (Org.). **Responsabilidade social**: uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis: Vozes, 2004.

KISIL, M. **Filantropia e investimento privado**. Rio de Janeiro, 2002. (Clipping Terceiro Setor, n. 236).

KLINKSBERG, Bernardo Chaves. **O desafio da exclusão**: para uma gestão social e eficiente. São Paulo: FUNDAP, 1997.

_____. **Falácia e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Pobreza: uma questão inadiável. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INVESTIMENTO SOCIAL ENAP/CLAD/UNICEF. [S.l.], [19--]. **Anais...** [S.l.]: Fundo de Cultura Econômica, [19--].

KOTLER, P. Amstrong A. **Princípios de marketing**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

KROETZ, C. **Balço social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Balço social: uma demonstração de responsabilidade social, ecológica e gestorial das entidades. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, v. 28, n. 113, p. 42-51, set./out. 1998.

KUENZER, A. **Pedagogia da fábrica**. São Paulo: Cortez, 1985.

KUSTER, Ângela. **Democracia e sustentabilidade**: experiências no Ceará, Nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad-Adenauer, 2003.

KUSTER, Ângela KLAUS, Hermanns; ARMS, Paulo César. **Agenda 21 local**: orientações metodológicas para construção e avaliação. Fortaleza: Fundação Konrad-Adenauer, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LANDIM, Leilah; BERES, Neide. **Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas**. Rio de Janeiro, 2000. Curso de Especialização em Gestão de Iniciativas Sociais. Apostila de Disciplina Estado e Sociedade.

_____. **As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

LANDIM, Leilah. **Para além do mercado e do Estado?** filantropia e cidadania no Brasil: textos de pesquisa. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LEAL, G. Qual é a empresa que está surgindo?. In: CNI. **O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

LOGAN, D.; ROY, D.; REGELBRUGGE, L. **Global corporater citizenship: rationale and strategies**. Washington, D.C.: The Hitachi Foudation, 1997.

MACNEILL, Jim; WINSEMIUS, Pieter; YAKUSHIJI, Taizo. **Para além da interdependência: a relação entre a economia mundial e a ecologia da terra**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MARX, K. E. F.; ENGELS. **Prefácio à contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Sociais, 1977. (Texto 3).

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1995.

MELO NETO, Francisco P.; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

_____. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MINAYO, Cecília S. (Org.). **Pesquisa social, teoria, método e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO, C. Das lógicas do estado as lógicas do socialismo civil: Estado e terceiro setor em questão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 59, p. 63-72, mar. 1999.

MORIN, Edgard. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, Gustavo; CARVALHO, Edgard A.; ALMEIDA, Maria C. (Org.). **Ensaio de complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

OFFE, Claus. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WERTEIN, Jorge; SOLA, Lourdes. (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

OSVALDO, R. **O mito do desenvolvimento**: os países inviáveis no séc. XXI. Tradução Ricardo Anibal Rosembusch. Petrópolis: Vozes, 2002.

PATRÍCIO, Zuleica M. **Ser saudável dá felicidade-prazer**: uma abordagem ética e estética pelo cuidado holístico-ecológico. Florianópolis: UFSC, 1996.

PELIANO, A. Da filantropia ao compromisso social. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 13 jun. 2000. Suplemento Empresa e comunidade.

PELIZOLLI, M. L. **A emergência do paradigma ecológico**: reflexões ético-filosóficas para o século XXI. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (Org.). **O público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. **Gestão cidadã**: ações estratégicas para participação social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano** 1999. Lisboa: Trinova, 1999.

POLANY, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRÊMIO Delmiro Gouveia: as maiores & melhores do Ceará 2004. **Jornal O Povo**, 29 abr. 2005. Suplemento Especial 2ª edição.

PUTNAM, D. Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma sociedade**. São Paulo: Nobel, 1999.

RELATÓRIO de desenvolvimento humano, publicado para o programa das Nações Unidas para o desenvolvimento PNUD. [S.l.]: Trinova, 1994.

RESPONSABILIDADE social. **Jornal da FIEC**, Fortaleza, ano 15, n. 206, maio 2005a.

RESPONSABILIDADE social. **Revista de Gestão e Políticas Públicas**, ano 5, n. 9, p. 24-32, 2005b.

RIGOTTO, Raquel (Org.). **As tramas da (in) sustentabilidade**: trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará. Fortaleza: CEPAL, 2001.

RINZLER, Alan (Org.). **O novo paradigma nos negócios**: estratégias emergentes para lideranças e mudança organizacional. São Paulo: Cultrix, 1996.

ROBERTSON. **Teoria social-cultural/global**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUEZ, Octávio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

RUSCHEINSKY, Aluísio. **Metamorfoses da cidadania**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, H. S. A análise econômica e financeira da empresa cooperativa. In: PINHO, D.B. (Org.). **A empresa cooperativa: análise social, financeira e contábil**. São Paulo: Coopercultura, 1986.

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. **Práxis e responsabilidade**. Porto Alegre: PUC, 2002.

SCHUMPTER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SCOUR, Henry Robert. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética e economia**. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Desenvolvimento e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STIGLITZ, Joseph. E **a globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

SILVEIRA, Maria do Carmo Aguiar da Cunha. **Educação do trabalhador: princípio de responsabilidade social: reflexão sobre o SESI/CE**. Fortaleza: FIEC, 2000.

SITE: <http://www.premiodelmirogouveia.com.br>

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações**. Tradução de Conceição Jardim, Maria do Carmo Cary Eduardo Nogueira. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleções Pensadores).

SOARES, George. **Globalização**. Rio de Janeiro: Campus 2003.

SOROS, George. **Globalização**. Tradução Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campos, 2003.

SROUR, Robert H. **Ética empresarial**: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. São Paulo: Campus, 2000.

SUCUPIRA, João. A responsabilidade social das empresas. **Orçamento e Democracia**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 9, p. 3-5, jun. 1999.

SUSTENTABILIDADE. **Revista Relações com os investidores** n°. 100, junho. 2006.

TEIXEIRA, Alberto. **Planejamento público**: de Getúlio a JK (1930-1960). Fortaleza: CORECON, 1997.

TEIXEIRA, Nelson Gomes (Org.). **A ética no mundo da empresa**. São Paulo: Pioneira, 1991. (Coleção Novos Umbrais).

TENDLER, Judith. **Bom governo nos trópicos**: uma visão crítica. Brasília, DF: ENAP, 1998.

TORRES, Ciro. Responsabilidade social das empresas. In: AYRES, A. R. Soares (Org.). **Ética e responsabilidade social**. Brasília, DF: SESI, 2002.

_____. Responsabilidade social e transparência. In: _____. **Orçamento e democracia**. Rio de Janeiro: IBASE, 1998.

TORO, Olga Lúcia; REY, Germán. **Empresa privada y responsabilidad social**. [S.l.]: Impreandes Presencia, 1999.

UNIETHOS. **Um novo paradigma de gestão**. [S.l.], 2001.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

VIA urbana. Disponível em: < www.viaurbana.com.br/index.shtml>. Acesso em: 14 de set. 2006.

VIANA, M. L. T. W. Políticas versus economia: notas (menos pessimistas) sobre a globalização e estado de bem-estar social. In: GIRSCHMAN, S.; VIANA, M. T. W. (Org.). **A miragem da pós-modernidade**: democracia e políticas sociais no contexto da globalização. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

VOIGL, Leio. Investimento privado e responsabilidade social empresarial. In: CONGRESSO NACIONAL SOBRE INVESTIMENTO PRIVADO: ARTICULAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA CONSTRUÇÃO DE NOVA ORDEM SOCIAL, 2., Fortaleza, 2002. **Anais...** Fortaleza, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1992.

WOLFE, Alan. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, estados e sociedade civil. In: WOLFE, Alan et al. **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONG's**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

WOOD J. R.; THOMAZ. **Organizações espetaculares**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - MATRIZ DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DE RS E SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA

D i m e n s ã o E c o n ô m i c a	Vetores de Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Itens a serem avaliados	Elencar em ordem de prioridade de 1 a 5				
	Grau de Prioridades		1	2	3	4	5
		Principais vetores que levam a empresa a investir em RS e sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar produtividade. 	1	2	3	4
	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir as obrigações legais e tributárias. 		1	2	3	4	5
	<ul style="list-style-type: none"> • Gerar emprego e bens de serviços. 		1	2	3	4	5
	<ul style="list-style-type: none"> • Agregar valor à imagem da empresa. 		1	2	3	4	5
	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer uma relação de confiança ao consumidor. 		1	2	3	4	5
	<ul style="list-style-type: none"> • Ser competitiva. 		1	2	3	4	5
	<ul style="list-style-type: none"> • Conciliar eficiência econômica, proteção ambiental e pratica social. 		1	2	3	4	5
	<ul style="list-style-type: none"> • Compartilhar com acordos internacionais, pacto global, metas do milênio etc. 		1	2	3	4	5
	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parceria com o governo. 		1	2	3	4	5
	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar certificação. 		1	2	3	4	5
	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer diálogos com as partes interessadas. 	1	2	3	4	5	

	Vetores de Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Itens a serem avaliados	Elencar em ordem de prioridade de				
	Grau de Prioridades		1	2	3	4	5
D i m e n s ã o S o c i a l	Diálogo e participação: Responsabilidade da empresa com melhorias de vida dos empregados e terceirizados	<ul style="list-style-type: none"> Priorizar a gestão participativa nas ações de R.S. e ambiental 	1	2	3	4	5
		<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer rede dialogal entre os empregados com éticas e transparência 	1	2	3	4	5
		<ul style="list-style-type: none"> Comprometer-se com o desenvolvimento educacional e o profissional 	1	2	3	4	5
		<ul style="list-style-type: none"> Cuidar da saúde, segurança e condição de trabalho. 	1	2	3	4	5
		<ul style="list-style-type: none"> Adotar política de remuneração, de benefício e carreira. 	1	2	3	4	5
		<ul style="list-style-type: none"> Adotar política de atendimento à família. 	1	2	3	4	5
		<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver entretenimento, cultura e lazer. 	1	2	3	4	5
		<ul style="list-style-type: none"> Participar dos lucros. 	1	2	3	4	5
	Comunidade: Responsabilidade com a comunidade em seu entorno	<ul style="list-style-type: none"> Gerenciar o impacto ambiental da empresa na comunidade em seu entorno. 	1	2	3	4	5
		Colaborar no combate à desigualdade social.	1	2	3	4	5
		<ul style="list-style-type: none"> Financiar projetos que favoreçam a aprendizagem, a inclusão e a autonomia. 	1	2	3	4	5
		<ul style="list-style-type: none"> Contribuir com estratégias de sustentabilidade da comunidade. 	1	2	3	4	5
		<ul style="list-style-type: none"> Ampliar as redes de relações da empresa e empregados. 	1	2	3	4	5
		<ul style="list-style-type: none"> Favorecer as iniciativas referentes aos direitos 	1	2	3	4	5

D i m e n s ã o A m b i e n t a l	Vetores de Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Itens a serem avaliados	Elencar em ordem de prioridade de 1 a 5				
	Grau de Prioridades		1	2	3	4	5
	Meio Ambiente: Responsabilidade com gerações futuras	<ul style="list-style-type: none"> Comprometer-se com a melhoria da qualidade ambiental. 	1	2	3	4	5
		<ul style="list-style-type: none"> Comprometer-se com a sustentabilidade ambiental. 	1	2	3	4	5
		<ul style="list-style-type: none"> Gerenciar o Impacto ambiental da empresa na comunidade em seu entorno. 	1	2	3	4	5

APÊNDICE B - FORMULÁRIO DE PESQUISA (EMPRESÁRIO)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE MESTRADO EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

-FORMULÁRIO DE PESQUISA-

Título da pesquisa: _____

Pesquisadora: _____

Orientadora: _____

Categoria do informante: _____

CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Sexo _____ Estado civil _____

Idade _____

Instrução: _____ Profissão: _____

Função: _____ T.S. _____

Empresa _____

Código de identificação da empresa _____

Natureza da atividade: _____ Tamanho: _____

Procedência: _____

INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS - EMPRESÁRIO/REPRESENTANTES

1. Há quanto tempo a empresa está atuando no mercado cearense?

- Menos de 1 Ano
- 1 Ano
- 1 a 2 Anos
- 3 a 4 Anos
- Mais que 4 Anos

2.. Há quanto tempo adotou a RS como estratégia de Gestão?

- Menos de 1 Ano
- 1 Ano
- 1 a 2 Anos
- 3 a 4 Anos
- Mais que 4 Anos

Percepções iniciais:

3. Qual é o conceito de Responsabilidade Social Empresarial adotado pela empresa?
4. O que levou a empresa a investir em RS?
5. No entendimento dos dirigentes, por que a empresa desenvolve ações de responsabilidade social para o público interno e externo?
6. Quais são os programas, projetos ou ações de responsabilidades social priorizados pela empresa para os empregados e para a comunidade?
7. Que melhorias importantes ocorreram na empresa a partir da atuação de RS para a comunidade?
8. Em sua opinião, a atuação da empresa na prática responsabilidade social na comunidade, tem contribuído para preservar o meio ambiente?
9. Na percepção dos dirigentes a responsabilidade social da empresa contribui para atender às necessidades básicas dos empregados, gerando condições emancipatórias ao longo da vida?
10. Que ganhos ou mudanças foram percebidas na empresa a partir da interação com a RS?
11. Como é percebida a avaliação de impacto dos resultados alcançados a partir da ação de Rs para a empresa, para o empregado e para a comunidade.
12. Quais são os principais parceiros da empresa na sua atuação de RS?
13. Como os dirigentes percebem a participação da comunidade nos programas de RS da empresa?
14. Quais são os principais comprometimentos éticos da empresa com o público envolvido com as práticas de RS?
15. Que valores foram percebidos pelos gestores nos empregados da empresa envolvidos com a responsabilidade social na comunidade?

APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE PESQUISA (TRABALHADOR)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE MESTRADO EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

FORMULÁRIO DE PESQUISA

Título da pesquisa: _____

Pesquisadora: _____

Orientadora: _____

Categoria do informante: _____

CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Sexo: M F Estado civil _____ Idade _____

Instrução _____ Profissão/Função _____

Tempo na empresa _____

Outras informações _____

INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS - TRABALHADOR

1. Para você, o que é Responsabilidade Social Empresarial?
2. No seu entendimento, por que a empresa desenvolve ações de responsabilidade Social?
3. Que programas, projetos ou ações de responsabilidade social desenvolvidos pela empresa contribui para:
 - 3.1 - A melhoria de vida dos empregados?
 - 3.2 – A sustentabilidade ambiental?
 - 3.3 – O fortalecimento da comunidade?
4. Na sua opinião, a responsabilidade social da empresa contribui para atender às necessidades básicas dos empregados e da comunidade, gerando condições de melhoria de vida e sustentabilidade ao longo da vida?
5. Que melhorias foram importantes na sua vida como participante das ações de responsabilidade social na empresa?
6. Como você percebe a sua participação nos programas sociais da empresa?
7. Para você, quem são os parceiros da empresa em Responsabilidade Social?
8. Como você percebe o relacionamento da empresa com a comunidade, meio ambiente e o empregado?
9. Como você percebe a responsabilidade social sendo realizada para a comunidade com a sua participação?
10. Que melhorias são percebidas por você nos demais empregados envolvidos com as ações de Responsabilidade Social empresarial?

APÊNDICE D - FORMULÁRIO DE PESQUISA (COMUNIDADE)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE MESTRADO EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

FORMULÁRIO DE PESQUISA

Título da pesquisa: _____

Pesquisadora: _____

Orientadora: _____

Categoria do informante: _____

CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Entrevistado _____

Sexo: M F Estado civil _____ Idade _____

Instrução _____ Profissão/Função _____

Tempo de moradia na comunidade _____

Ação RS _____

INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS - COMUNIDADE

1. Para você, o que é Responsabilidade Social Empresarial?
2. Quais são os programas, projetos ou ações de responsabilidade social desenvolvidos pela empresa para sua comunidade?
3. No seu entendimento, por que a empresa desenvolve ações de Responsabilidade Social para sua comunidade?
4. Na sua opinião, a atuação da empresa na prática responsabilidade social na comunidade tem contribuído para a melhoria de vida e do meio ambiente?
5. Que ganhos ou atitudes foram percebidos por você, na comunidade a partir da interação da empresa ?
6. Que melhorias importantes ocorreram na sua vida a partir da atuação responsabilidade social da empresa na sua comunidade? Quais os pontos de sustentabilidade?
7. Na sua opinião, quais os impactos ocorridos na comunidade a partir dos projetos sociais realizados ou financiados pela empresa?
8. Para você, quem são os parceiros da ação de responsabilidade social da empresa na comunidade?
9. Você sabe identificar quem são os empregados da empresa envolvidos com responsabilidade social ?
10. Como você percebe a participação da comunidade nos programas de RS da empresa?
11. Como você percebe a responsabilidade social da empresa com a geração futura?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)